



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 9 DE JANEIRO DE 2024

ATA Nº. 1 / 2024

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
- 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO TRINTA E UM, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
- 3.2.1.1. VOTAÇÃO
- 3.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JACQUES DELORS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
- 3.4.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.4.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.4.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.4. VOTAÇÃO
- 3.4.5. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ ARCOS DOS REIS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.5.1. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 3.5.2. VOTAÇÃO

- 3.6. SR.^a DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.8. SR.^a DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.9. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.10. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.11. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.12. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.13. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.14. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.15. SR.^a DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.16. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.17. SR.^a DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.18. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.19. SR.^a DEPUTADA GLÓRIA SARMENTO (PSD)
- 3.20. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.21. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.22. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.23. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.24. SR.^a DEPUTADA GLÓRIA SARMENTO (PSD) - DEFESA DA HONRA
- 3.25. SR. DEPUTADO ROMEU MONTEIRO (IL)
- 3.26. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.27. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.28. SR. PRESIDENTE DA C.M.O
- 3.29. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.30. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1068/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – RELATIVA AO P.º 04/DRU/2021 – HABITAÇÃO JOVEM – ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1070/2023 – DMEDSC/DACPH/DTGE – RELATIVA AO CIRCO VÍTOR HUGO CARDINALI – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO ALUGUER, COLOCAÇÃO, RETIRADA E HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1089/2023 – DMOGAH/DOM-UPGO - RELATIVA AO P.º 2022/84-DEM – “CONSTRUÇÃO DO PÓLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” – RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.3.1.1 SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.3.1.2 SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1018/2023 – DMOTDU/DOTPU/DPIUM - RELATIVA À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
 - 4.4.1.1 SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1104/2023 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3.º TRIMESTRE DE

2023, DA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. - APRECIADA

4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1120/2023 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS

4.6.1. VOTAÇÃO

4.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1130/2023 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS DURANTE O ANO DE 2023 - APRECIADA

4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1144/2023 – GAF – RELATIVA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO – AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º 390/2021 – RENOVAÇÃO N.º 147/2022 – TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS – RETIFICAÇÃO DA PD N.º 933/2023

4.8.1. VOTAÇÃO

4.8.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR.ª ÁGATA BRANCO, DIRIGENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS LOCAIS – STAL

5.2. SR. ANTÓNIO GONÇALVES MOURA, REPRESENTANTE DO CCD

5.3. SR. CARLOS ISRAEL DIAS, FUNCIONÁRIO DA C.M.O.

5.4. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

5.5. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.

5.6. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)

5.7. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

5.8. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 5.9. SR. DEPUTADO ROMEU MONTEIRO (IL)
- 5.10. SR.ª DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 5.11. SR.ª DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO
DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: unanimidade			
a 06-01-2024			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	12		
PS	2		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL			
CH	1		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS			
INNOVAR BARCARENA			
INNOVAR CARNAXIDE QUEIJAS			
INNOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS SARTAS			
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 9 DE JANEIRO DE 2024

----- ATA Nº. 1 / 2024 -----

----- Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David

Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, João Rafael Marques Santos, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Romeu Rabaça Monteiro, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinhã Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeira Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira, do Partido Social Democrata, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Romeu Rabaça Monteiro, do Partido Iniciativa Liberal. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1068/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao P.º 04/DRU/2021 – Habitação Jovem – Atlético Clube de Porto Salvo – Prorrogação de prazo e Reprogramação Financeira; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1070/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Circo Vítor Hugo Cardinali – Isenção do pagamento de taxas relativas ao aluguer, colocação, retirada e higienização de equipamento de deposição de resíduos urbanos; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1089/2023 – DMOGAH/DOM-UPGO - relativa ao P.º 2022/84-DEM – “Construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, em Carnaxide” – Ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente de aprovação de reprogramação financeira; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1018/2023 – DMOTDU/DOTPU/DPIUM - relativa à Adesão do Município de Oeiras à Rede de Cidades e Vilas que Caminham; -----
5. Apreciação da Proposta CMO N.º 1104/2023 – GMA – relativa ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2023, da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1120/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Constituição de Direito de Superfície – Novo Quartel dos Bombeiros de Oeiras; -----
7. Apreciação da Proposta CMO N.º 1130/2023 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Relatório de Benefícios Fiscais Concedidos durante o ano de 2023; -----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1144/2023 – GAF – relativa à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – Auto de Transferência N.º 390/2021 – Renovação N.º 147/2022 – Transferência inter-rubricas – Retificação da PD N.º 933/2023. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Ainda estava a ligar o microfone, estávamos aqui a desejar um Bom Ano e, portanto, para todos um Bom Ano em primeiro lugar, com paz, saúde, que realmente é muito importante.

Há ali um comentário, eu também concordo: nos bolsos qualquer coisa a tilintar também dá jeito.

-----Eu vou pedir aqui ao nosso colega para fazer a chamada.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS-----

3.2.1. Ata da Vigésima Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a doze de dezembro de dois mil e vinte e três – Ata número trinta e um, de dois mil e vinte e três-----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e seis votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos e Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira, do Partido Social Democrata e João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Temos a seguir dois votos de pesar. -----

----- Infelizmente, hoje, os documentos que deram entrada na Mesa foram votos de pesar. Portanto eu passo a ler, para que as pessoas que nos veem em suas casas possam acompanhar, dado que pelos senhores deputados foi distribuído, mas quem nos acompanha online não tem o documento.” -----

3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JACQUES DELORS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nascido a vinte de julho de mil novecentos e vinte e cinco, Jacques Lucien Jean Delors faleceu a vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e três, em Paris, sua cidade natal.---

----- Economista e gestor, foi na política francesa que se afirmou devido às suas fortes

convicções democráticas, de socialista humanista e de defensor dos direitos sociais. -----

-----O seu relevante papel como Ministro da Economia e das Finanças de França, após mil novecentos e oitenta e um, dilataram o seu prestígio internacional e estão na origem do apoio franco-alemão, liderado por François Mitterrand e por Helmut Kohl, à sua nomeação para Presidente da Comissão Europeia, em janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco.-----

-----O seu mandato, sucessivamente renovado até mil novecentos e noventa e cinco, fez dele o Presidente da Comissão Europeia em funções durante mais tempo e o mais prestigiado da história da Europa. -----

-----Ao longo de uma década, desempenhou um papel fundamental na construção da União Europeia, como espaço comum a todos os cidadãos europeus, como iguais, promovendo a coesão social a par do crescimento económico. -----

-----A sua liderança foi crucial para o avanço do projeto europeu e a inclusão de novos membros, incluindo Portugal. -----

-----Devemos-lhe a visão de uma Europa aberta e sem fronteiras, tão patente na promoção do Ato Único Europeu, assinado em mil novecentos e oitenta e seis, que procurou eliminar as barreiras comerciais internas na EU e criar um mercado único, fomentando assim a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital.-----

-----Devemos-lhe, igualmente, a autoria do Relatório Delors, que delineou a criação da União Económica e Monetária (UEM), estabelecendo as bases para a introdução da moeda única europeia, o euro. -----

-----O pensamento de Delors está ainda patente, de forma indelével, nas mais diversas dimensões do que é hoje a Europa que conhecemos; seja na sua dimensão social, seja na forte valorização da educação e da formação profissional. -----

-----Sempre defendeu a afirmação social da Europa, através de uma abordagem social para a integração europeia, evidenciando a importância do diálogo social, dos direitos dos trabalhadores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e da justiça social na construção de uma Europa coesa e de futuro. -----

----- E, ao estimular, promover e liderar a Comissão que elaborou o relatório “Educação: Um Tesouro a Descobrir”, colocou a educação e a formação ao longo da vida, no centro das políticas europeias, influenciando de forma significativa as atuais políticas educativas em toda a Europa.-----

----- Defensor da integração europeia como um projeto de paz e de aproximação dos povos após as divisões causadas pela Guerra Fria, foi o grande impulsionador dos programas de mobilidade dos jovens, como o Erasmus e o Leonardo.-----

----- O papel e o legado de Jaques Delors na política europeia e na história da União Europeia são de uma dimensão e importância que, dificilmente, se pode enunciar neste Voto de Pesar.-----

----- Mas poderemos, decerto, reconhecer que ele ficará na história, como o verdadeiro arquiteto da unidade europeia. -----

----- A Assembleia Municipal reunida a nove de janeiro em sessão extraordinária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Jacques Delors e transmite à Comissão Europeia e à República Francesa as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio. -----

----- O presente voto de pesar deve ser remetido aos Governos da República Portuguesa e da República Francesa e ao Escritório da União Europeia em Portugal e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.” -----

3.4.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todas e a todos. Votos de um Bom Ano profícuo em tudo o que tanto precisamos, nomeadamente a paz no mundo. -----

----- A propósito do Jacques Delors e do voto de pesar que aqui apresentámos, queria em primeiro lugar começar por dizer que é difícil em duas páginas e pouco mais do que isso, expressar

aquilo que foi, a pessoa que representou Jacques Delors para o projeto europeu, para a União Europeia, para aquilo que somos hoje como povos europeus. De facto, dizer que ele é o grande, “o” arquiteto da Europa, não é mentira nenhuma, pelo contrário, é pouco para afirmar a sua visão de futuro, a visão que teve para a Europa que nós hoje conhecemos.-----

-----Queria também, Senhora Presidente se me permite, dizer que este voto que nós apresentámos foi também subscrito pelo Grupo Político Inovar Oeiras e, portanto, queria transmitir à Senhora Presidente o nosso gosto em contar também com o Grupo Político do Inovar Oeiras a apoiar este texto que aqui apresentámos.-----

-----Muito obrigado.”-----

3.4.2. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhor Vereador, colaboradores desta Assembleia Municipal, munícipes.-----

-----Simplesmente para corroborar as palavras do Senhor Deputado Jorge Rato (PS), porque quando ia iniciar a redação de um texto exatamente sobre o mesmo tema, redigindo um voto de pesar relativamente ao falecimento de Jacques Delors, constatei que o Partido Socialista tinha apresentado já um documento idêntico. Estando redigido de uma forma perfeitamente correta, é com orgulho que me associo a este voto de pesar, daquele que eu consideraria, para além daquilo que o Deputado Jorge Rato (PS) afirmou, como o último grande estadista europeu do século vinte. O último grande estadista europeu do século vinte. Pena é que o século vinte e um não tenha produzido ainda um estadista do mesmo nível, do mesmo estatuto e da mesma craveira.

-----É com muita pena que, de facto, constato que homens deste nível e desta craveira só muito raramente a sorte nos permite ter o privilégio de com eles conviver, e do seu prestígio e da sua sabedoria poder usufruir.”-----

3.4.3. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado.-----

----- Como disse o nosso colega Jorge Rato (PS), difícil é pôr em duas folhas o que foi e a importância que teve Jacques Delors, não foi para França, foi para a Europa, foi para todos nós, para a Comunidade Europeia, de que ele no fundo, foi o grande arquiteto. E foi. Não só da Comunidade, como também da moeda única, o que ele pensou que seria a Comunidade Europeia, de que nós ainda estamos a viver. Mas Deus permita que consigamos, durante ainda muitos anos, manter aquilo que Jacques Delors sonhou existir, e fez com que existisse. Não foi só sonhar. Eu penso que isto será um voto de todos nós.-----

----- Aliás, eu vou pôr à votação este voto de pesar, e farei um minuto de silêncio depois, porque temos um outro voto de pesar. Mas vou pôr à votação, porque assim mandam as normas, porque penso que não era sequer necessário.”-----

3.4.4. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villalobos Freire Caldeira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 1/2024**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JACQUES DELORS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Salvo, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Jacques Delors e transmitir à Comissão Europeia e à República Francesa as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio, bem como remeter este Voto de Pesar aos Governos da República Portuguesa e da República Francesa e ao Escritório da União Europeia em Portugal, e a sua publicação no sítio da Assembleia, e em, pelo menos, um jornal de dimensão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.4.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Está, portanto, aprovado por unanimidade. Se os senhores aceitarem, será um voto da Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ ARCOS DOS REIS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nascido a vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e quarenta e dois, José Arcos dos Reis faleceu em Lisboa a vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

----- José Eduardo Arcos dos Reis, licenciado em Economia e Gestão Empresariais foi, desde cedo, militante da secção de Algés e Linda-a-Velha. Dedicou a sua vida à militância política e à causa pública. Foi diretor-geral do Partido Socialista e candidato a Vereador à Câmara Municipal de Oeiras pelo Partido Socialista.-----

----- Desempenhou as funções de Secretário de Estado da Saúde no XIII Governo da República, liderado por António Guterres, entre mil novecentos e noventa e cinco e mil novecentos e noventa e sete. Foi administrador de várias empresas. -----

----- Agraciado com a Medalha de Ouro pelo Município de Oeiras a sete de junho de mil novecentos e noventa e nove, José Eduardo Arcos Gomes dos Reis era estimado pelos seus

camaradas, e granjeou ao longo do percurso cívico fortes amizades entre os seus pares.-----

-----A Assembleia Municipal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Arcos dos Reis, e transmite aos seus familiares e amigos as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem, com um minuto de silêncio. -----

-----O presente voto de pesar deve ser remetido aos seus familiares e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos um jornal de dimensão nacional.”-----

3.5.1. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) observou o seguinte:-----

-----“Muito boa tarde. Senhora Presidente, senhores membros da Assembleia, funcionários da Assembleia, um Bom Ano para todos. -----

-----José Arcos dos Reis, de facto, foi candidato em mil novecentos e oitenta e cinco a vereador, na mesma eleição, em que o Senhor Presidente Doutor Isaltino Morais concorreu pela primeira vez. Foi nessa época em que José Arcos dos Reis foi candidato. Depois disso, foi Secretário de Estado da Saúde, com a Ministra Maria de Belém. E foi durante o seu mandato de Secretário de Estado que esteve previsto e agendado no Orçamento do Estado, o centro de saúde de Queijas. Esteve durante dois orçamentos lá o centro de saúde, só mais tarde deixou, caiu, penso que foi para dar privilégio à necessidade de um centro de saúde com dignidade em Carnaxide. Mas foi com ele que começou a ideia do centro de saúde. -----

-----Depois, foi administrador dos CTT e durante o seu mandato de administrador dos CTT foi possível criar aquilo por que à época o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Manuel Roldão tanto lutava, que era a estação de correios de Porto Salvo. É com ele, com o José Arcos dos Reis e com o Manuel Roldão que é possível criar esta estação de correios, que Porto Salvo tanto precisava ou pretendia. -----

-----Portanto, foi um homem empenhado no país, no Partido Socialista e também no Concelho. Por isso, aqui a minha referência ao papel que ele desempenhou, muito importante. ---

-----Houve outros dirigentes históricos que também viveram em Queijas, mas este foi um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deles, que cá morou connosco.”-----

3.5.2. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villalobos Freire Caldeira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 2/2024**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ ARCOS DOS REIS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Arcos dos Reis, transmitindo aos seus familiares e amigos as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio, bem como remeter o presente voto de pesar aos seus familiares e a sua publicação no sítio da Assembleia, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em memória de Jacques Delors e de José Eduardo Arcos dos Reis.**-----

3.6. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Antes de mais cumprimentá-la, cumprimentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todos os presentes e a quem nos assiste também em casa. -----

----- Desejar um Bom Ano a todos, e perguntar se existe algum plano de contingência para o frio. Se sim, se já foi ativado e em que é que consiste. -----

----- Obrigada.” -----

3.7. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na primeira sessão da Assembleia Municipal realizada no ano que se iniciou há dias, cumpre fazer os votos tradicionais, onde a saúde ocupa sempre o primeiro lugar, mas a que hoje se junta em idêntica relevância um voto pela Paz, voto quando constatamos que a besta que julgávamos adormecida regressou com toda a sua fúria destruidora no cortejo de horrores que diariamente nos indigna e revolta. Guerra, que ainda que fosse única, seria sempre uma guerra a mais.-----

----- Ainda mais revoltante, quando a sua ferocidade se acentua ao mesmo tempo que o resto do mundo se vê adormecido nos sonhos idílicos de uma internacional hipocrisia diplomática. É tempo, é mais do que tempo, de fazer calar os senhores da guerra. Todos, sem exceção.-----

----- Entre nós, a guerra tem um nome mais prosaico. Limitamo-nos a designá-la por crise. Que cada vez mais é abrangente, alargando o seu âmbito e atingindo os que, ainda há muito pouco tempo, se julgavam imunes à desgraça. É a crise da habitação, é a alta de preços dos mais básicos produtos alimentares. -----

----- Por isso em Oeiras nos empenhámos a sério, arregaçando as mangas e colocando a mão na massa, para debelar o problema da habitação em Oeiras. Os vários programas em execução apontam para que nos próximos anos ultrapassemos esta dificuldade, apesar dos que, mesmo dentro e fora desta Assembleia, sob os mais diversos subterfúgios falaciosos tentam dificultar a sua concretização. -----

----- A este propósito, convém lembrar que, até ao próximo dia quinze, se encontram disponíveis as inscrições para o programa Habitação Jovem nos centros Históricos, programa

inédito a nível nacional e cuja importância importa ressaltar pelo duplo efeito que acarreta. Ao mesmo tempo que dá resposta à falta de habitação para os mais jovens, contribui fortemente para a revitalização e o rejuvenescimento dos centros históricos, questão tanto mais importante quanto o concelho de Oeiras é um dos mais envelhecidos do país. -----

-----Nós sabemos, o Grupo Político INOV sabe, que na habitação reside a essência básica de uma vida com dignidade.-----

-----Este executivo compreendeu-o desde o início e aqui devemos saudá-lo por isso. Parabéns, Senhor Presidente.-----

-----É essa sensibilidade social manifesta em todos os atos deste executivo que, para celebrar a data da solidariedade por excelência (a data de Natal), este executivo entregou dois mil e quinhentos cabazes aos munícipes com carência económica.-----

-----A mesma sensibilidade que, desde ontem, garante gratuitamente, em cooperação com a Associação Nacional de Farmácias, a realização de testes de rastreio à população de forma a promover a deteção precoce dos casos de VIH e Hepatites Virais (VHC- hepatite C e VHB- hepatite B). -----

-----A mesma, também, que garantiu a um enorme grupo de crianças dos três aos dez anos residentes nos bairros sociais de Carnaxide, partilhar da magia de um espetáculo, em sessão exclusiva, do Peter Pan no Gelo. -----

-----Se alguma dúvida houvesse sobre a importância desse evento, bastava observar o enlevo e o brilho daqueles olhos ávidos de tanta beleza e de tanto encantamento. A registar com profundo agrado, Senhora Vereadora Carla Rocha. -----

-----E porque nem só de pão vive o homem, umas palavras simples sobre a iniciativa das Bibliotecas Municipais sobre literacia informática para adultos que hoje mesmo se inicia.-----

-----Mas também a “Aventuras na Fábrica da Pólvora” para crianças entre os sete e os doze anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E ainda, a magia da poesia de Eugénio de Andrade que, no próximo dia dezanove, estará disponível no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, pela voz do ator Paulo Pires acompanhado pela harpa de Emanuela Nicoli. -----

----- E os workshops de fotografia do World Press Photo dois mil e vinte e três, com fotógrafos profissionais de renome em diversos estilos de fotografia. Gratuitos, numa iniciativa conjunta da revista Visão e da Câmara Municipal. -----

----- Sem esquecer a exposição “As faces da Música” patente no Palácio do Egipto, coletânea de partituras musicais, autêntico tesouro do Arquivo Ephemera de José Pacheco Pereira.

----- Para trás, entretanto, já ficou o “Natal do Palácio Encantado”, a inauguração do novo edifício de Habitação Jovem, a entrega de chaves de Habitação Municipal, e ainda, a assinatura do protocolo para a construção de mais setecentas e setenta novas casas e ainda a comemoração do centésimo vigésimo quinto aniversário do Aquário Vasco da Gama que aguarda, esse também, a visita dos oeirenses. -----

----- Para o futuro, entre outros, fica o apoio financeiro de cinquenta e cinco mil euros, destinado a participar o desenvolvimento do projeto 'Leões na Tua Escola', distribuídos para os agrupamentos escolares de São Bruno, Aquilino Ribeiro, Paço de Arcos e Carnaxide-Portela. -

----- Mas porque de um novo ano se trata, importa recordar que, pelo terceiro ano consecutivo, decorrendo do Orçamento para dois mil e vinte e quatro aprovado nesta mesma Assembleia no passado dia dezanove de dezembro, os oeirenses irão manter o IMI no mínimo legal, correspondendo a zero vírgula três por cento, o que significa abdicar, por parte do município, de uma receita de cerca de dezasseis milhões de euros. -----

----- É assim, que ao longo de dois mil e vinte e quatro, o INOV prosseguirá o desígnio de Inovar Oeiras e, por tudo isso, Senhor Presidente Isaltino Morais, está de parabéns e, por isso, daqui o saúdo.” -----

3.8. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Os meus cumprimentos a Vossa Excelência Senhora Presidente e, na sua pessoa, à restante Mesa, ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, aos Deputados, aos serviços de apoio administrativo desta Assembleia e a todos quantos nos assistem aqui e lá em casa. -----

-----Enquanto órgão executivo, a Câmara Municipal terá sempre por missão definir e executar políticas que promovam o desenvolvimento do Concelho nas mais diversas áreas, tendo como fim último a defesa do interesse comum na prossecução do bem-estar e da qualidade de vida dos Oeirenses. -----

-----Em dois mil e vinte e três, o Concelho de Oeiras assistiu a impasses, desgovernos, constrangimentos económicos, promessas não cumpridas e a episódios constrangedores que em nada dignificam o potencial da nossa terra. -----

-----Assistimos à contestação social, à criação de associações pela defesa do conforto, da tranquilidade e dos receios que a proliferação do cimento poderá trazer à população. -----

-----Assistimos também ao desgoverno financeiro de algumas empresas municipais, à necessidade de auditorias que teimam em não chegar e às empresas intermunicipais que insistem em manter uma situação de irregularidade no que concerne às suas contas. -----

-----Mas assistimos ainda aos gastos desmesurados em eventos de grande escala que, devido à falta de planeamento temporal absorveram dos cofres do Município muito mais do que seria aceitável. -----

-----Mas o dinheiro dos Oeirenses, em dois mil e três (deverá querer dizer dois mil e vinte e três), serviu também para suportar grandes repastos acompanhados de vinhos correntes, muitas vezes consumidos só por convidados especiais ou funcionários dignos de prémios de consolação. Sim, porque o Executivo, esse, preferiu ficar-se pelas saladas. -----

-----E por falar em funcionários: em outubro de dois mil e vinte e três os trabalhadores da recolha noturna iniciaram períodos de greve ao trabalho, nomeadamente ao sábado e à terça-feira, e durante as festas natalícias, porque querem regressar à semana de trabalho de segunda a sexta-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

feira. Alegam os trabalhadores que, quanto ao trabalho a realizar aos sábados, nos termos do Acordo Coletivo de Empregador Público, podem ser convocados para o trabalho extraordinário até duzentas horas por ano, desde que seja devidamente fundamentado, podendo chegar a sessenta por cento da remuneração base; o que aliás foi autorizado durante as Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- A falta de diálogo do Executivo, as teimosias e contradições conduzem ao estado de degradação da limpeza de contentores e ilhas ecológicas que em muito incomoda os Oeirenses. Providências cautelares, promessas incumpridas, recusa na negociação de direitos sob pressão, e nada se resolve. O impasse persiste e continua tudo na mesma... -----

----- A verdade é uma só: as prioridades dos Oeirenses não mudaram! -----

----- O modelo de desenvolvimento não está no caminho certo. Faltam vias de comunicação, faltam transportes e incentivos à utilização dos mesmos, faltam universidades e escolas técnicas, faltam políticas de incentivo à natalidade, faltam creches, falta turismo, faltam incentivos à visita aos ex libris do concelho, falta capacidade de atração de investimento em áreas tecnológicas, falta criação de riqueza, falta competitividade, faltam espaços de lazer, faltam medidas de defesa da sustentabilidade. -----

----- Mas não nos falta o carácter conciliador. Em dois mil e vinte e três assistimos à capacidade camaleónica do INOV. Mais para a direita, mais para a esquerda, mas o certo é que ex militantes do Partido Socialista marcaram presença na convenção autárquica do PSD, qual claque pouco motivada, mas obediente. -----

----- Antigos militantes do PSD marcaram presença em eventos do PS e todos receberam de braços abertos o primeiro-ministro António Costa com rasgados elogios por parte do Senhor Presidente da Câmara de Oeiras que não esconde, alto e bom som, a sua inclinação partidária no PS. -----

----- Mas não nos admiremos: a Social Democracia inundou a política portuguesa: Agora o

PS é Social Democrata, o Bloco de Esquerda é Social Democrata e ora se pisca os olhos a uns, ora se pisca a outros, ora se criticam uns, ora se criticam outros, mas o importante é que todos se unem na tão badalada Social Democracia. -----

-----A política deve ser feita de convicções, de princípios, de valores. Foi assim com os grandes estadistas e se pensarmos bem identificamos as causas que dão origem à falta de credibilidade e respeito pela política em geral. As brisas dos interesses e das escolhas superficiais sobrepõem-se às reais convicções fazendo do ator político um catavento desacreditado e permeável. -----

-----Que em dois mil e vinte e quatro as políticas em Oeiras tenham como fim único as pessoas. Que haja coragem, frontalidade e hombridade. -----

-----E que o quadro do Marquês de Pombal cumpra única e exclusivamente o seu papel histórico/decorativo para que não seja ele o ditame conselheiro do futuro.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, peço-lhe que termine...” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --- -----

-----“Porque o que vigorava no passado ... pode já não fazer falta ao futuro! -----

-----Muito obrigada!” -----

3.9. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos assiste, e a todos desejo um Bom Ano de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Trago hoje neste ponto de Antes da Ordem do Dia três assuntos. -----

-----O primeiro é relativo ao lixo no Concelho de Oeiras. Depois das greves ocorridas no final do ano temos uma nova greve que se iniciou ontem. Eu não me vou referir ao período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

greve (porque todos os trabalhadores têm direito à greve e sabemos os seus impactos), eu vou-me remeter para o final, para os dias do final deste fim de semana, os dias que antecederam então esta nova greve. Portanto, dias de lixeiras que permanecem sistematicamente nas ruas, por exemplo, em Algés, e é algo que se passa agora sistematicamente estarem lixeiras nas ruas por vários dias até aos resíduos serem recolhidos. Isto deveria ter sido prevenido. Se a greve é agora de dia oito a dia onze, podia-se ter prevenido este impacto tão grande que se vê hoje, nomeadamente esvaziando os contentores durante o fim de semana e tal não aconteceu, porque as imagens que vos trago aqui hoje, são precisamente de sábado. Pedia-se um cuidado extra nos recipientes, o que não foi feito.

----- Esta, por exemplo, é uma imagem no topo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e esteve assim de sábado até hoje e, apesar de haver greve, foi limpo hoje de manhã. Já o quarteirão anterior permaneceu também hoje cheio de lixo, a transbordar, e não foi limpo. Permanecem sacos abertos ao lado dos contentores e não foram despejados. Os contentores de lixo mais pequenos também estão a transbordar com saquinhos pequeninos de resíduos de cães e outros, que estão junto a estes contentores ditos “inteligentes”. Temos esta outra imagem da Quinta do Marquês, e os munícipes indicam que esta situação é regular e não é derivada da greve. Mas também recebemos queixas (e seguramente não somos o único grupo político a recebê-las), por exemplo, junto ao Pavilhão Noronha Feio.-----

----- Também já assisti ao esforço de muitos funcionários da limpeza que, mesmo não sendo a sua função, limpam quando podem. Situação que assisti, por exemplo, junto ao miradouro de Queijas este fim de semana, quando dois funcionários da recolha de monos saíram da carrinha para limpar caixas de cartão que estavam junto a um ecoponto, e de facto, não era a sua missão. Por isso, não colhe responsabilizar os funcionários que são na maioria casos exemplares, o que queremos é uma decisão política. É preciso fiscalização por parte da Câmara, é preciso rever as rotas, os horários de recolha, etc. O problema dos resíduos amontoados nas ruas não ocorre só nos dias de greve e não se resolve apenas com sensibilização, ou com discursos de culpabilização dos

municípios e de falta de civismo, como regularmente ouvimos por parte da Senhora Vereadora Joana Baptista, e, para isso, basta ver as atas. A Câmara tem a responsabilidade de tomar as medidas para resolver este problema e é essencial reforçar a fiscalização e a respetiva punição de comportamentos ilícitos. -----

-----O segundo assunto que trago aqui hoje são as obras nos terrenos da Serra de Carnaxide. Mais uma vez a Serra de Carnaxide, Senhor Presidente. Mais uma vez continua o fantasma da construção em plena Serra de Carnaxide, quase já não se vê o Farol da Mama. Já não basta tudo o que já foi construído da estrada para baixo, visitámos agora o terreno da Serra de Carnaxide junto à estrada do Casal de Canas (que tinha uma famosa placa, pelo menos há dois anos, a dizer “vende-se” e que está em plena Serra de Carnaxide), e verificámos que foi feita uma obra de ligação a infraestruturas (portanto, isto é da estrada para cima, é do lado da Serra). Não me diga que também vai dizer que também não é Serra de Carnaxide ali... Que obra é esta? Que licenciamento da obra foi concedido? E requeremos, então, mais informação e documentos de suporte a este licenciamento desta obra. -----

-----O terceiro assunto que trago cá é relativo à contratação pública de dois mil e vinte e três. O Município de Oeiras publicou recentemente uma notícia no seu site, indicando que a Câmara Municipal aprovou a abertura do concurso público para realizar várias pequenas intervenções no Concelho. Muito estranhámos que o Município não dê também destaque a outros tantos contratos que também são do interesse dos municípios, e que não são realizados por concurso público. Para que a população de facto perceba quantos contratos faz o Município num ano e de que tipo, fizemos nós este balanço: A Câmara Municipal de Oeiras lançou em dois mil e vinte e três, cento e oitenta e um concursos públicos e celebrou setecentos e sessenta e seis contratos. Os factos a relevar quanto aos contratos celebrados: -----

-----quarenta e sete por cento foram precedidos de ajustes diretos; -----

-----dois terços foram precedidos de consultas prévias onde só foram apresentadas uma ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

duas propostas; -----
----- catorze ponto seis foram precedidos de concurso público onde houve um único
concorrente; -----
----- cinquenta e um vírgula dois por cento dizem respeito à aquisição de serviços; -----
----- vinte ponto cinco são locações e aquisições de bens; -----
----- dez ponto sete são projetos; -----
----- e dezassete ponto um são empreitadas. -----
----- Senhor Presidente, gostaríamos que, em dois mil e vinte e quatro, fosse reforçada a
transparência também nestes concursos e que fossem realizados mais concursos públicos.-----
----- Muito obrigada e boa tarde.”-----

3.10. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----
----- Pedi a palavra apenas para pedir um esclarecimento. -----
----- Tendo constatado.... Confesso a minha ignorância, não sabia que a Senhora Deputada
Sónia Gonçalves (PSD) tinha mudado de residência e que já não residia em Oeiras. Pelo menos
depreendi isso da sua intervenção, dado o desconhecimento crasso da realidade do Concelho de
Oeiras. Mas peço desculpa pela minha ignorância, gostava de saber se foi comunicado à Mesa da
Assembleia e a Mesa da Assembleia se esqueceu de transmitir aos senhores deputados, a
eventualidade do PSD nesta Assembleia se ter coligado com o Chega, e ter passado a constituir
um único grupo político. É que da sua intervenção, foi isso que eu conclui. Era este pedido de
esclarecimento que eu gostava de ver satisfeito.” -----

3.11. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Excelentíssimo Executivo Camarário, perante vós os cumprimentos a todos os
presentes e também às pessoas que nos assistem. -----
----- Começo por citar São Tomás de Aquino, ilustre teólogo italiano que dizia, e bem, que:

“tem que haver uma unificação entre a razão humana e a fé, para que exista aquilo que é o entendimento”. Dizia também o ilustre teólogo que “o primeiro degrau para o conhecimento e para a sabedoria está na humildade”, como também alegava, e muito bem, que “todo aquele que disser muitas verdades terá muitos inimigos”. -----

-----Qualquer pessoa de bem hoje em dia quando diz a verdade é muitas vezes apontado. Quando se fala em Portugal que efetivamente aumenta o branqueamento de capitais, tudo aponta o dedo “que não, que não...”. Quando se fala que os órgãos de polícia criminal não têm condições para desempenhar os seus bons officios, “que disparete, têm tudo”. Quando se fala que não existem tachos em Portugal, logicamente é uma vergonha, estamos minados de tachos. -----

-----Num país como o nosso onde toda a gente reclama direitos, mas ninguém quer logicamente contribuir com os deveres e com as obrigações, chegámos onde chegámos: a um país, todavia, minado por todo o lado, onde a corrupção não é só financeira, mas também a corrupção é intelectual. -----

-----No passado congresso do PS, alegou o Doutor António Costa que “a Direita era o Diabo”. Eu achei, sinceramente, muito interessante, porque geralmente, o diabo é aquele que nos engana e todos aqueles que todavia defendem a eutanásia; que defendem todavia o abandono dos idosos (uma vez que o Chega quis uma medida de proteção do abandono de idosos e o PS foi contra); aqueles que todavia arruinaram o país em cinquenta anos, virem dizer que “a Direita é o Diabo” dá vontade de rir ou não fosse o próprio a personificação humana do diabo. -----

-----Para terminar, e vou ser muito sucinto, quero aqui dizer que o Partido Chega não tem nada contra ninguém, não deitamos raios cósmicos dos olhos, não deitamos fogo de metralhadora pelos ouvidos, não somos racistas, não somos nada disso. Somos um partido que quer o que é de bem. -----

-----E aquilo que posso dizer é que a corrupção política é apenas uma consequência da escolha do povo.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.12. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, a todos os presentes, funcionários e quem assiste em casa. Desejamos desde já um bom dois mil e vinte e quatro, um ano que certamente será de grande exigência, desafios e também oportunidades para continuarmos a transformar para melhor as nossas vidas, nomeadamente com eleições e com lutas que no dia a dia também se fazem. -----

----- E talvez aproveitando esta ideia, ligar com este tema que já aqui foi colocado, da luta que está em curso, pelos trabalhadores da recolha do lixo da Câmara de Oeiras, fazendo aqui um voto também de solidarização com esta luta. Tivemos oportunidade de estar presentes no piquete, que no primeiro dia de greve, dia vinte e um de dezembro, iniciou esta luta com a qual, de facto, pensamos que é importante haver um diálogo que permita estabelecer pontos de contacto com aquilo que são os anseios, as preocupações e as dificuldades muito concretas que estes trabalhadores estão a viver. Não nos podemos esquecer que são trabalhadores cujo rendimento é dos mais baixos da Administração Pública e que, naturalmente, enfrentam desafios enormes, e a organização ou desorganização da sua vida pessoal passa muito pela forma como os horários são geridos e, portanto, fazer aqui este apelo, que a Câmara Municipal encete diálogo com os trabalhadores, com as estruturas representativas dos trabalhadores, com os sindicatos que, no fundo, possam permitir ultrapassar as visões divergentes que atualmente estão em cima da mesa.

----- Um segundo ponto ainda também, que tem a ver com um requerimento que colocámos há uns tempos, sobre o Projeto da Cidade do Padel, para o qual obtivemos a resposta da Câmara Municipal, do Senhor Presidente da Câmara, em que dos três pontos que procurámos colocar de uma forma muito concreta, muito clara, procuramos sempre fazê-lo sem grandes artificios e de forma muito explícita, aos três pontos que pedimos, apenas um foi respondido.-----

----- Ficou por responder os termos do contrato ou do protocolo que foi estabelecido com a

Federação Portuguesa de Padel, com a Câmara Municipal de Oeiras e que enquadra o desenvolvimento deste projeto, e também não nos foi comunicado os dados caracterizadores do projeto que foi efetivamente submetido e que estará em apreciação. -----

-----Ficou esclarecida a formalidade, de facto, da contradição que tinha havido entre a informação prestada pelo Senhor Vice-Presidente, aqui em Assembleia, e aquilo que tinha sido transmitido pelo Senhor Vereador Pedro Patacho aos moradores. Uma formalidade, um desacerto certamente de menor importância, mas que não deixamos de assinalar. -----

-----Portanto, gostaríamos que o requerimento fosse integralmente respondido também nos pontos que não houve oportunidade agora de responder. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.13. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Felizmente as listas de candidatos a deputados à Assembleia da República para as eleições do próximo dia dez de março terão que estar prontas, salvo erro, no próximo dia quinze, daqui a poucos dias. Portanto, espero que as intervenções a que assistimos aqui, quer do PSD, quer do Chega, não voltem a acontecer, porque a interpretação que faço é que foram só para isso. Foram para se poder retirar daqui um pequeno filme para enviar para a sede do partido, para ver se se comprovam as qualidades dos interventores para a presença eventual em listas candidatas. -----

-----E queria dizer, e queria dar conta, que relativamente à intervenção do Senhor Deputado do Chega não me vou pronunciar, tão-só porque não consegui perceber o alcance da intervenção. Portanto, é-me difícil pronunciar-me sobre algo que não compreendi. -----

-----Sobre a intervenção da Senhora Deputada do PSD, tenho que lhe colocar aqui uma questão, que é uma questão que julgo que é séria, pelas consequências que tem. A Senhora Deputada do PSD fez a sua intervenção a título pessoal, exprimiu aquilo que é o seu sentimento pessoal, ou veio aqui expressar aquele que é o sentimento do PSD relativamente àquilo que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal de Oeiras e o seu Executivo tem feito? Porque se for a título pessoal, é lá consigo, as consequências serão consigo. Se for a título de representação do PSD, devo-lhe dizer que acho que é dificilmente compatível, depois daquilo que ouvi, continuar a assegurar um mínimo de solidariedade institucional, atendendo à presença de uma representante do PSD na Câmara Municipal. Eu quero crer que o trabalho desenvolvido pela Vereadora do PSD na Câmara Municipal tem sido positivo e, portanto, perderíamos muito em que o PSD tivesse um entendimento distinto. Mas se o entendimento pessoal da Senhora Deputada for o entendimento do PSD, julgo que haverá que ter outras conversas a este propósito, porque não é compatível aquilo que aqui disse com a permanência da Senhora Vereadora e a solidariedade institucional que deve acontecer em qualquer uma das circunstâncias. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.14. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, saúdo-o, senhores vereadores, caros colegas. -----

----- Eu estava a ficar preocupado, porque fiquei por momentos com a sensação que não estava a perceber nada do que aqui se estava a dizer. Depois ouvi o Deputado Balcão Vicente (IN-OV) e agora o António Moita (IN-OV), e cheguei à conclusão que afinal, não sou eu que estava um “bocadinho” baralhado. Foi o tom, o registo e o teor dos dois discursos anteriores que efetivamente, porque são completamente descabidos e sem qualquer nexos, me tinham criado aqui alguma dificuldade de entendimento. -----

----- Queria só, relativamente ao que a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse, dizer-lhe uma coisa: deve estar equivocada, Senhora Deputada, convinha estudar um “bocadinho”, porque o Partido Socialista mantém a sua ideologia há cinquenta anos. É Social-democrata no norte da Europa (que é o que se chama), é Trabalhista no mundo anglo-saxónico e é Socialista Democrático no Sul da Europa. É assim que a ideologia socialista é reconhecida nos diversos

hemisférios. Vossa Excelência não pode branquear a história, porque Vossa Excelência não é Social-democrata, não é Trabalhista, não é Socialista Democrática, pertence a uma coisa, a um órgão, a um movimento chamado Partido Popular Europeu. Portanto, aí se percebe as suas tendências para se encostar à Direita, como aqui demonstrou.-----

-----Muito obrigado.” -----

3.15. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa depois, por favor.”-----

3.16. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Mas Ponto de Ordem à Mesa por?” -----

-----A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) respondeu o seguinte:-----

-----“Nos termos do artigo cinquenta e três, prestar um esclarecimento.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Não, desculpe. A Mesa não fez absolutamente nada, ia agora começar a falar. A que propósito é que põe um Ponto de Ordem à Mesa?”-----

-----A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) prestou o seguinte esclarecimento: --

-----“Acabei de ser inquirida para prestar um esclarecimento à Assembleia Municipal. Senhora Presidente, diz respeito ao lugar que ocupo enquanto eleita para o órgão fiscalizador da Câmara Municipal e, portanto, nos termos das dúvidas que foram colocadas relativamente a coligações, relativamente ao papel que eu desempenho na Assembleia Municipal, Senhora Presidente, eu quero responder nos termos do artigo cinquenta e três.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, a Senhora tem o seu tempo de intervenção. Excedeu o seu tempo de intervenção e não terá mais tempo nenhum e veja lá todas as razões que entender... não. A Senhora fez uma intervenção e enfim, não é a primeira vez que está na Assembleia, não é uma pessoa, que enfim, esteja na política há pouco tempo, que não saiba as consequências daquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

diz. A Senhora aquilo que afirmou, afirmou-o convictamente. Nós podemos ter ficado...” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “E não retiro uma palavra do que disse, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Desculpe... Não retira. Pois então muito bem. Nós podemos ficar de “boca aberta” e foi o que ficámos. Muitos de nós. Mas a verdade é que a Senhora não tem mais tempo de intervenção.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte:-----

----- “Nos termos do Regimento, Senhora Presidente...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não tem mais tempo de intervenção... Nem para Defesa da Honra, nem para coisa nenhuma.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte:-----

----- “Nos termos do Regimento, Senhora Presidente, nos termos do Regimento não está em causa o tempo de intervenção que o PSD tem no Período Antes da Ordem do Dia. Estão em causa outras figuras estipuladas nos artigos em causa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não tem mais tempo de intervenção.”-----

3.17. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-- -----

----- “Muito bem. Fica registado, Senhora Presidente.”-----

3.18. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

----- “Fica registado.”-----

----- Quanto à pergunta que o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez à Mesa, se tinha sido entregue algum documento do Partido Chega, eu devo dizer-lhe que o Partido Chega

tem um representante nesta Assembleia. Representante esse que ignora por completo a Mesa da Assembleia. Aliás, se os senhores puderem verificar, vejam as atas e reparem que o Senhor representante do Partido Chega nem sequer cita a Mesa quando começa as suas intervenções. Dirige-se à Câmara e aos senhores deputados. Por isso para ele, a Mesa da Assembleia é inexistente. Para ele só existe a Presidente da Mesa da Assembleia quando se dispõe a atacá-la das mais diferentes maneiras e diferentes modos. -----

-----Claro que aquilo que eu disse à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) também se aplica a mim. Também não cheguei aqui ontem, também já estou, de algum modo, preparada para ouvir aleivosias, ou outras interpretações, ou o que lhe queiram chamar. Nem sei se vêm da Direita, se vêm da Esquerda, se de onde vêm. Oiço, tomo nota e mais nada. -----

-----Portanto, foram aqui colocadas pelo Senhor Jorge Rato (PS) umas perguntas, mas não é possível responder neste momento e neste local. -----

-----De qualquer modo, pergunto se há mais alguém que pretende utilizar da palavra? ----

-----Senhora Deputada Glória (PSD), faça favor.”-----

3.19. A Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Sim, muito boa tarde Senhora Presidente.”-----

3.20. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Não tem tempo de intervenção, peço desculpa. Não tem tempo, é pena. -----

-----Senhor Deputado Francisco Marques (CH), faça favor.”-----

3.21. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, agradeço que não manipule, nem denigra a minha imagem. Eu sou um homem educado, não sou uma pessoa mal-educada e eu dirijo-me sempre a todos com educação e elevação. -----

-----Portanto, se houver aqui alguém que todavia destabiliza, é a Senhora Presidente, que é uma pessoa que não é nada imparcial nesta Assembleia, viola manifestamente o Regimento desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Casa e, inclusivamente, até viola o artigo trinta e sete da Constituição, porque só ouve aquilo que lhe interessa. Quando não interessa, corta a palavra. Eu agradeço que respeite o meu partido...” --

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu corto-lhe já a palavra, porque já excedeu o seu tempo.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Que respeite o meu partido. Muito obrigado.”-----

3.22. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Já excedeu o seu tempo e, além disso, eu não respondo aos comentários que o Senhor faz à minha pessoa. Não faço, não.... Olhe, nem ouço. Não vale a pena. -----

----- Pergunto se mais alguém pretende usar da palavra. Pessoas que tenham, cujos grupos políticos tenham tempo de intervenção. Não há mais intervenções? Não havendo mais intervenções, ia pedir ao Senhor Presidente da Câmara se o Senhor quer usar da palavra.”-----

3.23. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Começando pela primeira questão que aqui foi colocada, o Plano de Contingência do Frio. A Senhora Vereadora Teresa Bacelar até ao fim desta reunião fará chegar uma nota com as medidas que estão a ser tomadas e com aquilo que é vulgar nestas situações. Portanto, há um Plano de Contingência nestas circunstâncias e sempre que é necessário, é acionado. É a milésima vez que é acionado, portanto, sempre que é necessário. Felizmente o número de sem-abrigo no Concelho, são relativamente poucos comparativamente ao que se passa noutros territórios, mas esse Plano de Contingência é acionado sempre que é necessário e foi justamente acionado ontem ou anteontem.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Hoje.”-----

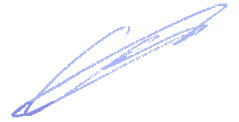
-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Ou hoje.-----

----- Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), apeteciame parafrasear alguém que a propósito – atenção, não quer dizer que seja o que eu penso -, alguém do PSD que dizia que o discurso do atual Secretário-Geral do Partido Socialista, no dia da entronização, que falava de um país que não correspondia àquele que realmente ele preconizava. Também a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) falou aqui de um concelho que não existe. Aquilo que reportou é um outro concelho. De maneira que limitava-me a dizer como de facto a vontade de mostrar provas, de dar provas de vida... Aliás, a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) como veem, compensou, já é candidata a deputada pela Iniciativa Liberal. Portanto, é óbvio que aquilo a que nós assistimos hoje não deixa de ser surpreendente, porque pouco tem a ver com o Concelho. Fazem-se intervenções que realmente são intervenções de política, ou de alguém que está a querer fazer prova de vida, ou que se sente frustrado nesta Assembleia Municipal e usa uma retórica de política a nível nacional, quando nós temos que nos preocupar é com o nosso Concelho.

-----Outros, como o caso da Senhora Deputada Sónia Gonçalves, do PSD, faz uma intervenção desenhando o retrato de um concelho que, efetivamente, não tem nada a ver com a realidade. Vejam bem, até falar aqui de criação de riqueza e de tecnologia. Oeiras é a segunda economia nacional. Não sei se sabem, mas nos últimos dados... Nós estamos sempre a estabelecer como termo de comparação aquilo que é a receita do turismo a nível nacional. E era até há pouco tempo dezoito mil milhões o turismo e vinte e quatro mil milhões a Câmara, o Município de Oeiras, melhor dizendo. Há dias alguém me chamava a atenção dizendo: “olha, o turismo já ultrapassou o Município de Oeiras”, e eu, por acaso, até tive esta reação: “ainda bem, porque eu até me sentia mal, como cidadão, que o país, realmente, crescesse tão pouco e Oeiras crescesse tanto”. Mas não, fui fazer a consulta e, neste momento, já estamos com vinte e oito mil milhões...” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Trinta e um...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

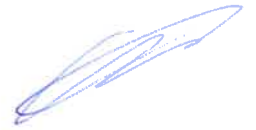
----- “Trinta e um, mas estatisticamente aquilo que me foi enviado, o turismo nacional está com vinte e quatro mil e nós com vinte e oito mil milhões. Isto é, somos, de facto, a segunda economia nacional. Ora bem, e há alguém que vem para esta Assembleia dizer que não se cria riqueza no Concelho de Oeiras. Bom, isso está tudo dito. -----

----- Mas gostaria de mostrar outra cena ainda mais caricata. Eu devo dizer-vos que sou um cidadão, como sabem, politicamente independente. Naturalmente tenho a minha ideologia e a minha ideologia é a social-democrata. É claro que o Partido Socialista (portanto, eu sou desse tempo), reivindica-se socialista, democrático, trabalhista, por aí fora. Inteiramente de acordo com a análise do Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Mas durante algum tempo, o Partido Social Democrata reivindicava ser ele o verdadeiro social-democrata e o PS era o Partido Socialista, e o Partido Socialista teve de começar a falar em “socialismo democrático” para se distinguir do socialismo totalitário. Tudo isto é muito recente, tem quarenta e pouco anos, quarenta e cinco, cinquenta anos. Mas, entretanto, as coisas foram evoluindo e, na realidade, o PSD quis entrar, o PPD do Sá Carneiro, na Internacional Socialista, mas já lá estava o Partido Socialista. Mas a verdade é que, entretanto, houve vicissitudes, foi havendo evoluções e hoje estamos a viver um tempo em que o PSD aceita ser identificado como um partido de Direita. O Doutor Sá Carneiro nunca aceitou ser considerado um partido de Direita e, portanto, estamos encurtando distâncias. Hoje, o PSD, é indiscutível, todos os dias nas televisões, nos discursos das diferentes pessoas ligadas ao PSD, aceitam ser catalogados como “Centro Direita”, ou “de Direita”, ou metidos no mesmo saco dos partidos da Direita. É tudo..., uns à Extrema-direita, outros à Direita, mas o PSD aceita ser Direita. Ora bem, eu não me identifico com a Direita, eu sou um social-democrata, e sendo social-democrata, quer dizer que há aqui três ou quatro aspetos da matriz (e Oeiras até é um bom exemplo): liberdade total ao nível da economia, uma economia pujante da iniciativa privada

neste Concelho, mas ao mesmo tempo se há município ou, se quiserem, “mini-estado social” a nível nacional, esse “mini-estado social” está aqui, porque não faltamos com nada aos idosos, seja com os medicamentos, seja com o frio, seja com o aquecimento, seja com o médico em casa, seja com os trabalhos em casa dos idosos, seja ao nível das bolsas de estudo (lembrem-se, temos bolsas de estudo a nível nacional), seja ao nível da habitação jovem, seja ao nível da habitação de renda apoiada (e agora também de renda acessível). Portanto, se há um “estado social municipal”, esse “estado social municipal” está em Oeiras. -----

-----E, portanto, reparem, ironia do destino, dizem então que este Presidente de Câmara faz “rasgados elogios” (vejam bem, uma crítica), ao primeiro-ministro. É curioso, eu pensei que se deviam fazer elogios quando é de elogiar e críticas quando é de criticar. Pensava eu que em Democracia, era assim. E pensava eu que, realmente, o bem não está todo do mesmo lado e o mal não está todo do outro. Pensava eu que, aí está, parafraseando as palavras do Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) “a sabedoria reside na humildade”. Mas é preciso que isto seja mais do que retórica. É preciso que depois não entremos em contradição, e o mal e a corrupção esteja toda do outro lado, e os portugueses é que são responsáveis pela corrupção. Não, os portugueses querem o melhor. Nós temos que acreditar nos portugueses. Os portugueses quando votam, votando desta maneira ou daquela, votando no PS, no PSD, no Chega, no Bloco de Esquerda, votem onde votarem, os portugueses, de acordo com o seu voto, estão a votar naquilo que pensam que é o melhor para eles, que é o melhor para Portugal. Portanto, nós quando pomos em causa a clarividência do povo, estamos a pôr em causa o elemento essencial deste regime: a Democracia. Ou acreditamos no voto dos portugueses, ou não acreditamos. Eu acredito. -----

-----Ora bem, mas então “rasgados elogios ao primeiro-ministro”, vejam bem a ironia. Eu, por acaso, também acho que estes elogios ao primeiro-ministro a propósito da habitação... Ainda hoje de manhã, porque não tinha reparado, já saiu o boletim de novembro/dezembro, saiu mais cedo. E ironia do destino, na primeira página vem o Presidente da Câmara, o Primeiro-ministro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

António Costa e a Ministra da Habitação. E porque é que é ironia do destino? Porque de todos os lados se diz: “não há política de habitação”, “este Governo não tem política de habitação”, “este Governo esteve lá oito anos e não fez nada na habitação”, “o Ministro das Infraestruturas, atual Secretário-geral, teve oito anos para fazer habitação e não fez nada” (se não teve oito, teve quatro, porque foi Secretário de Estado durante algum tempo). Portanto, não fizeram nada. E, de repente, aparece uma capa de um jornal a dizer: “Primeiro-ministro, Presidente da Câmara, Ministra - setecentas e setenta casas em construção”. Ora bem, se houvesse setecentas e setenta casas em construção em trinta ou quarenta municípios, estava resolvido o problema da habitação em Portugal. É tão simples como isso. Portanto, em Oeiras, está-se a fazer habitação. Em Oeiras, o Governo correspondeu àquilo que são as nossas propostas, que são as nossas ansiedades, que são os nossos objetivos. Se o Governo respondeu a isso, nós vamos dizer que o Governo esteve mal? Nós temos que elogiar o Primeiro-ministro e o Governo em matéria de habitação. Por exemplo, não me ouvem elogiar o atual Secretário-geral do Partido Socialista no que concerne a ter correspondido aos pedidos e propostas da Câmara Municipal no que diz respeito à zona ribeirinha, que me prometeu que em oito dias ia fazer um despacho a criar o grupo de trabalho que ia determinar as condições de entrega da zona ribeirinha ao Concelho, e ainda não fez esse despacho. Aliás, estive com o Ministro Galamba também há coisa de dois meses, ou três talvez, há três meses e o Ministro João Galamba também me disse que ia fazer o despacho em oito dias, e não fez. Ora bem eu não o elogio. Agora, nesta matéria da habitação, não vou elogiar o Primeiro-ministro quando ao fim de trinta anos, andamos nós a insistir com vários primeiros-ministros para receber a Estação Agronómica Nacional, ou o Mosteiro da Cartuxa, onde já estamos a investir, e vamos dizer mal do Governo? Tenham paciência, eu enquanto Presidente da Câmara tenho que ser justo e tenho que ser isento, relativamente àquilo que são as políticas do Governo. De maneira que critico aquilo que tenho que criticar e elogio o que tenho que elogiar.-----
----- No que diz respeito à social-democracia, não sei quem é que deixou de ser social-

democrata. Eu, se estou próximo deste ou se estou próximo daquele, ainda não me pronunciei. Eu sou social-democrata. Agora se o PSD deixou a social-democracia ou se há pessoas no PSD que nunca foram social-democratas.... Aliás, obviamente que todos aqueles que saíram para fundar o Chega, que estavam no PSD... O PSD sempre foi reconhecido por todos e por veteranos como eu, que era uma espécie de “albergue espanhol”, conseguia comportar todo o tipo de ideologias (populares, mais à Esquerda, mais à Direita), tudo..., o PSD era, como é que era? “O partido de Portugal mais português”. Tinha essa característica. Acontece que, por razões históricas, que têm a ver com o que foi a evolução da troika e o Governo da troika, naturalmente houve grupos de militantes que não se sentiram bem com a social-democracia, não se sentiram bem com a recentração que o Doutor Rui Rio estava a fazer. Saíram e fundaram o Chega e o Iniciativa Liberal. Obviamente que essas pessoas que fundaram a Iniciativa Liberal e o Chega nunca foram social-democratas. Mas qual é o problema? Assumiram a sua realidade, assumiram a sua vocação, assumiram a sua ideologia, estão no seu direito, a Democracia é isto. Portanto, enquanto os governos sejam do PS, sejam do PSD, sejam de coligação à Direita, sejam de coligação à Esquerda, fizerem bem a este Concelho, terão sempre o elogio deste Presidente de Câmara. Naturalmente, nas matérias específicas a que se reportam. Portanto quanto ao resto, a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) não disse nada, porque falou de um concelho que não tem nada a ver com a realidade. -- -----

-----Relativamente à Senhora Deputada Mónica Albuquerque, do Bloco de Esquerda, Chega (deverá querer dizer Volt) e Livre, eleita na Coligação Evoluir Oeiras e indicada pelo Bloco de Esquerda, Livre e Volt, essa coligação desses três partidos, veio falar aqui do lixo nas ruas. Também não percebo, porque é que estão contra os direitos fundamentais dos trabalhadores.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Interessante como eu não interrompi ninguém, como este Presidente ouve estoicamente as maiores atoardas que aqui são ditas e eu ouço estoicamente, com grande espírito democrático e, depois, fico um “bocadinho” frustrado por não terem a mesma consideração pelo Presidente da Câmara. Ora bem, o que acontece é que os trabalhadores da Câmara estão em greve. Os trabalhadores, isto é, os da recolha do lixo estão em greve. E, naturalmente... Senhora Presidente, eu gostaria que descontasse o tempo de interrupção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO). Bom, vamos lá ver... Eu não posso admitir isso, porque eu não a interrompi Senhora Deputada, e não admito que me interrompa. Só demonstra o seu espírito totalitário e antidemocrático. Desculpe, quando me interrompe, só demonstra que não tem espírito democrático, não tem o mínimo espírito democrático, porque caso contrário, ouve como eu a ouço a si. Com o mesmo respeito.” -----

----- **O Grupo Político Evoluir Oeiras interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Ouve como eu a ouvi.-----

----- Neste momento, os trabalhadores da recolha do lixo estão em greve e, naturalmente, estão a exercer o seu direito à greve. Há um processo negocial que está em curso. Naturalmente que há razões que os trabalhadores evocam para fazer greve e há razões para o Município considerar que não têm razões para fazer greve. Tudo isto começou por razões que têm a ver com a adaptação a turnos. Portanto, o que acontecia até agora é que recebiam o subsídio de turno sem fazer turno. Pronto, esta é a realidade. Estava-se numa situação de absoluta ilegalidade e, portanto, havia que corrigir a situação. Falou-se com os trabalhadores um a um. Cada trabalhador foi ouvido, procuraram fazer-se as adaptações necessárias a resolver, naturalmente, os problemas dos trabalhadores, que são muitos. Uns porque têm os filhos na creche e têm que ir levar, ou na escola, outros porque eventualmente terão até um trabalho suplementar, um trabalho extra à Câmara

Municipal. Portanto, a todos a Câmara Municipal tem procurado acolher. Naturalmente que se está... Neste momento aguarda-se, como é óbvio, que haja uma suspensão da greve para poder haver negociações. Isso é um assunto... Não é a Assembleia Municipal que vai resolver esse problema. Podem colocar-se aqui do lado que quiserem, a Câmara Municipal coloca-se do lado justo, a Câmara Municipal coloca-se ao lado dos trabalhadores, e quero-vos dizer...” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Antidemocracia, tenham paciência. Sejam democratas, aprendam a comportar-se em Democracia. Tenham paciência, aprendam a comportar-se em Democracia. “Foge-vos o chinelo para o pé”, “o pé para o chinelo”. Tenham paciência. Sejam democratas. Aguentem. É muito difícil, mas aguentem. Ora, o que acontece é que a Câmara Municipal está, como é natural, a negociar com os trabalhadores no sentido de encontrar uma solução. Sempre encontrou. Ninguém defende mais os trabalhadores do que a Câmara Municipal. Ninguém. -----

-----Estávamos bem arrançados se fosse o Bloco de Esquerda. Acabavam com os direitos todos imediatamente. Estavam eles bem arrançados se fosse o Bloco de Esquerda. E eles sabem quem os defende. Apesar de estarem em greve, sabem quem os defende e quem está com eles. E neste momento, quero-vos dizer também o seguinte: grande elogio que merecem os trabalhadores da Câmara Municipal. Todos eles. Porque apesar da greve, durante o Natal, durante o Ano Novo, apesar das imagens que mostram aí, a verdade é que de uma forma geral, o Concelho estava limpo. Naturalmente há focos de lixo aqui e além, etc., é natural, pois se há greve, tem que ser visível.--

-----Relativamente à divulgação de um contrato genérico. Não há mais transparência do que esta, acabou de a demonstrar a Senhora Deputada ao referir aqui a estatística de todos os contratos. Os contratos são todos públicos, são de acesso a toda a gente. Naturalmente, se a Câmara Municipal divulgou este, foi para fazer propaganda. E foi para fazer propaganda para quê?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Exatamente para informar, porque é um contrato genérico, de quinhentos e tal mil euros, destinado a intervenção no espaço público, determinada intervenção no espaço público, e eu próprio tenho competência, é competência do Presidente da Câmara despachar esses projetos até esse montante. Pareceu-me que era um projeto já com uma dimensão significativa, de pequenas intervenções no espaço público, e pareceu-me que devia dar conhecimento aos vereadores, à Câmara Municipal, justamente para terem a noção de que há um conjunto de contratos que têm intervenção no espaço público, porque normalmente só vão lá aqueles, digamos, para os quais o Presidente da Câmara não tem competência. É justamente para dar mais informação. E até se divulgou publicamente, dizendo que o contrato é para fazer uma intervenção no espaço público, etc. Não vamos divulgar contratos ou ajustes de cinquenta mil euros ou de cem mil euros. Mas como é óbvio, tudo isso é público e a Senhora Deputada acabou de o demonstrar agora. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado do PCP. Em relação à questão da Cidade do Padel, podemos mandar-lhe o contrato ou o acordo, o protocolo que está celebrado com a Federação de Padel, mas não podemos fazer mais do que isso. Eu ainda não conheço o projeto, sei que deu entrada um projeto na Câmara, que está a ser apreciado pelos serviços, e só quando estiver apreciado pelos serviços é que é remetido ao Presidente da Câmara. Eu não o conheço neste momento, nem me vou antecipar, esta é a minha prática. Não me vou antecipar a dizer aos serviços “deem lá o parecer em oito dias ou em quinze dias”. Eles estão a dar o seu parecer. Agora se o Senhor Deputado tem interesse em conhecer o que está lá, faça favor. O planeamento está à sua disposição e à de qualquer deputado. Agora, não me peçam para trazer à Assembleia Municipal uma coisa que eu também não conheço. Eu não vi ainda... O que é que eu conheço? O programa funcional, com base no qual foi feito um protocolo de cedência em direito de superfície da Câmara Municipal. Portanto, está a seguir os seus trâmites. Naturalmente que, de acordo com a informação que o Vice-Presidente me deu, ao que parece terá sido apresentado um primeiro projeto que terá uma área de construção a mais. Ora bem, se tem uma área de construção a mais, tem que voltar

para trás, tem que haver acerto. Portanto, logo que o projeto esteja em condições de aprovação, já poderei dar essa informação aqui à Assembleia Municipal e, naturalmente, à própria população.

-----Muito obrigado.”-----

3.24. A Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD) fez a seguinte intervenção, em Defesa da Honra: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Eu sei que o PSD já não tem tempo, no entanto, eu queria fazer a Defesa da Honra do PSD relativamente ao discurso que foi aqui marcado, porque o PSD de Oeiras desconhecia este conteúdo. E gostava também de salientar que, para o PSD, é uma honra o Município de Oeiras estar no pelotão da frente no que respeita ao projeto de arrendamento acessível, que muita falta faz aos oeirenses, nomeadamente aos jovens oeirenses.-----

-----Relativamente, e agora falo a título pessoal, na qualidade..., a título pessoal, que a veia social-democrata do Senhor Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, é conhecida por todos nós e, portanto, nesse aspeto...-----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

3.25. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde e obrigado, Senhora Presidente da Assembleia.-----

-----Queria dirigir-me ao Senhor Presidente do Executivo, Doutor Isaltino Morais. Eu se calhar sou novo aqui, mas o Senhor não é e, de facto, eu não deveria ter que lembrar que não se deve atacar quem não está cá para se defender, nomeadamente quando insinuou, sobre a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que teria aproveitado as suas intervenções nesta Câmara para fazer prova e se mostrar para voos políticos mais altos. A Deputada Mariana Leitão (IL) sempre focou as suas intervenções nesta Assembleia no âmbito local (assim como eu e qualquer deputado municipal da Iniciativa Liberal nesta Assembleia) e nunca usámos a Assembleia Municipal de Oeiras como palco para falar de temas ou fazer campanhas de âmbito nacional, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mesmo para responder quando a Iniciativa Liberal foi atacada por isso. -----

----- A Deputada Municipal Mariana Leitão (IL) sempre fez um excelente trabalho como deputada municipal e lamento que o Senhor Presidente se sinta desconfortável por a Deputada Municipal Mariana Leitão (IL) mostrar aqui o seu brio e as suas competências políticas, porque é um privilégio para todos nós que os eleitores oeirenses tenham eleito a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) para servir nesta Assembleia Municipal e, se os portugueses assim quiserem, teremos também o privilégio de ver Mariana Leitão (IL) ser eleita deputada da Assembleia da República Portuguesa já no dia dez de março (por mais que os deixe desconfortáveis).-----

----- Obrigado.” -----

3.26. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) diga-me... A Senhora já terminou o seu tempo de intervenção.” -----

3.27. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu não quero ter de usar a figura do Protesto no Regimento da Assembleia, mas se tiver que o fazer, farei um Protesto. Porque...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Protesto, não vejo por onde.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “A Senhora Presidente não tem que ver, sou eu que tenho que ver se tenho que fazer um Protesto ou não.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observo o seguinte: -----

----- “Pronto, e depois é aceite ou não. O que é que a Senhora pretende?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu lamento imenso que o Senhor Presidente em vez de me estar

a ouvir quando eu estava a falar, estivesse em conversa com o Senhor Vice-Presidente, porque se me tivesse ouvido, não teria, toda esta resposta, estado a colocar palavras na minha boca. -----

-----Eu comecei a minha intervenção referente ao lixo no Concelho por dizer que não me referia ao período da greve, que as imagens não se reportavam ao período da greve, que os funcionários tinham direito ao período de greve para defender os seus direitos e até elogiei uma situação que presenciei no fim de semana.-----

-----Portanto, não compreendo a resposta e aquilo que se percebe, é que não há resposta para a situação que eu coloquei, porque senão tinha respondido. Não me referi ao período de greve, referi-me a todas as outras e, portanto, teria esperado obter uma resposta em relação a esse período.” -- -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada... Não há mais, desculpe...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Em relação à Serra de Carnaxide também não obtivemos nenhuma resposta e, portanto, não tendo resposta, solicitamos que seja respondido por requerimento. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora fará o favor de fazer o requerimento por escrito como é costume.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** informou o seguinte:-----

-----“Já fiz, oral. Fiz oral.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“E manda por escrito, também, como costuma fazer e terá a resposta oportunamente. Mas pode ficar oralmente. -----

-----Quer responder? Então faça favor.” -----

3.28. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Meio minuto apenas. -----

----- Vejam bem onde isto chega. Onde isto “Chega...”, a Senhora Deputada trouxe aqui imagens do lixo nas ruas de Oeiras, agora que estamos em greve. Diz que não se reporta ao período da greve. Então porque é que não trouxe há três ou quatro meses?” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

3.29. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para agradecer a informação que o Senhor Presidente deu sobre a questão do requerimento da Cidade do Padel, mas no fundo, é exatamente isso que nós pretendíamos, era através do envio do protocolo com a Federação Portuguesa de Padel se ele, de facto, já contém alguns dados de enquadramento ou de base do projeto (programa funcional, o que for), isso já é um contributo importante. Não é por capricho ou curiosidade pessoal, é porque há moradores que estão preocupados, que estão a levantar questões e é importante dar a conhecer o que é que está pensado para aquele espaço. Se isso está no protocolo, excelente. Portanto, se for possível enviar, agradecemos.” -----

3.30. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Mais algum dos senhores deputados...? Bem, também não há praticamente quem tenha tempo de intervenção. Resulta que chegámos ao fim deste Período Antes da Ordem do Dia e vamos entrar na Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1068/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao P.º 04/DRU/2021 – Habitação Jovem – Atlético Clube de Porto Salvo – Prorrogação de prazo e Reprogramação Financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado Bernardo Caldeira (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, boa tarde a todos, antes de mais aproveitar para desejar um Bom Ano. Cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados. -----

-----Relativamente a esta proposta da habitação jovem no Atlético Clube de Porto Salvo, verificamos aqui na proposta de deliberação que houve um conjunto de atrasos por parte do empreiteiro, ou seja, a deliberação da Câmara data de maio de dois mil e vinte e um, a empreitada é contratada pelo valor de seiscentos e sessenta e cinco mil euros mais IVA (com um prazo de execução de quatrocentos e cinquenta dias), a empreitada é consignada dia onze de fevereiro, no entanto os trabalhos foram logo suspensos por um mês, uma vez que as instalações ainda não estavam desocupadas. Posteriormente, em setembro de dois mil e vinte e dois, a empreitada obteve uma prorrogação do prazo devido à necessidade de realizar trabalhos complementares, por um período de noventa e três dias, devendo a obra por isso ser concluída no dia oito de setembro do ano passado. Considerando os atrasos, foi solicitado ao empreiteiro, em várias reuniões, a apresentação do plano de recuperação dos trabalhos em atraso (algo que só veio a ocorrer após notificação do empreiteiro conforme prevê o CCP - Código dos Contratos Públicos) mas ao fim e ao cabo e resumidamente, e após estes atrasos e pedidos de prorrogação de prazos, verificou-se e bem, que sairia mais caro ao erário público abrir um novo procedimento por concurso público para a empreitada, pelo que apesar da situação, decidiu-se aceitar o pedido de prorrogação do prazo do empreiteiro, bem como a reprogramação financeira no valor de trinta e sete mil euros.-----

-----Importa agora concluir a obra, para que possa ficar disponível o quanto antes porque é um projeto importantíssimo de que o PSD se orgulha também de estar na base deste projeto no Município, pelo que o PSD irá votar favoravelmente esta proposta.-----

-----Gostava apenas de deixar três notas finais. Primeiro, aproveitar que esta proposta veio a discussão e propor à Câmara que no site, no separador da habitação jovem, que conste também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o valor médio das rendas por tipologia. Assim, os jovens quando vão procurar informação têm um “bocadinho” a noção dos valores. Em segundo lugar, pedir ao Executivo que pondere a questão da isenção do IMT, ou seja, o PSD propôs a isenção do IMT por parte dos jovens, foi aceite, mas para valores de habitação até aos cento e oitenta mil euros, o que é manifestamente pouco. Todos sabemos o preço do metro quadrado neste Município, o que tem feito muitos jovens abandonarem um Município que é sem dúvida um dos melhores do país, todos nos orgulhamos disso. Todos os apoios, tudo aquilo que for possível fazer, é bem-vindo. -----

----- Por fim, uma nota final, ou seja, dar o meu testemunho, não sei se mais alguém nesta Assembleia Municipal teve o privilégio de, como eu, viver durante quatro anos numa casa de habitação jovem. Claro que na altura, pelo facto de estar ligado à política, fui alvo de um conjunto de dúvidas, a pensarem que eu tive aqui alguma cunha, mas o processo é transparente, é feito por sorteio. Eu fui um privilegiado, posso dizer que durante quatro anos isso me permitiu juntar dinheiro e, em dois mil e dezanove, finalmente, depois de quatro anos, tive condições para poder comprar casa no Município de Oeiras. No entanto, dizer que eu vivi em Paço de Arcos, no centro histórico, na Rua Costa Pinto, no edificio da padaria da Apapol, a padaria da vila, mas este programa criou um problema. Porquê? Porque eu comecei a viver em Paço de Arcos, não vivia e, de facto, Paço de Arcos não é Saint-Tropez, é muito melhor do que Saint-Tropez e criou-me um problema, porque eu tinha que arranjar casa em Paço e Arcos e continuar a viver ali, porque fui extremamente feliz e, felizmente, consegui depois comprar casa. Portanto criou-me apenas este “problema” no bom sentido, naturalmente. -----

----- Para resumir, o PSD irá naturalmente votar favoravelmente esta proposta. -----

----- Obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, obrigado. -----

----- Eu, enfim, pedi para intervir para... porque esta proposta serve para explicar um

“bocadinho” aquilo que muitas vezes se passa com as câmaras municipais (e designadamente com esta), em que as vicissitudes próprias do Código da Contratação Pública, ou da contratação pública dão estas coisas, sobre as quais a Câmara tem pouca flexibilidade para corrigir. E tem uma consequência prática, estamos a falar de uma reprogramação financeira e esta proposta, assim como tantas outras, ajuda a explicar porque é que depois quando tratamos do orçamento para os anos que vêm a seguir, a margem que a Câmara tem para intervir é sempre uma margem pequena. Porquê? Porque vêm alguns encargos de anos anteriores que não era suposto virem, mas que continuam a estar lá.-----

-----Portanto, enfim, para apresentar aqui esta proposta como um exemplo, um mau exemplo, daquilo que a contratação pública causa, das dificuldades que a Câmara Municipal tantas vezes tem em resolver problemas que ela própria não criou e para que isto seja, ou fique como exemplo de tantas outras coisas que acontecem e para quem tanto critica, para quem tanto diz mal da operação da Câmara, é bom que perceba a realidade em que o Município de Oeiras, como os outros municípios têm que operar, e as dificuldades que muitas vezes surgem sem, como digo, que a Câmara Municipal tenha contribuído de alguma forma para isso. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, relativamente à proposta mil e sessenta e oito, o Partido Chega irá votar a favor.-----

-----Contudo, sendo perceptível e manifesta na documentação uma crítica, no que concerne à requisição de extensão do prazo feita pelo empreiteiro, indiciando que mais parece ser uma tentativa de evasão de responsabilidade, do que uma necessidade substancial. -----

-----Constata-se a influência das decisões do dono da obra nas definições do projeto que, embora estejam fundamentadas tecnicamente e financeiramente, indiciam ter favorecido o empreiteiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A documentação sugere a aprovação crucial e graciosa da prorrogação, lançando dúvidas sobre a real justificação para a extensão do prazo.-----

----- Contudo, iremos votar a favor porque também acreditamos que há aqui boa-fé e que, todavia, houve aqui talvez algum lapso.”-----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, só para um desabafo: depois de ter ouvido a primeira intervenção do Senhor Deputado do Chega, e ter ouvido agora esta, só me ocorre um ditado popular que acho que se aplica divinamente: “Ovelha ruiva, o que faz cuida”. Isto para quem falou tanto de humildade, é mesmo: “Ovelha ruiva, o que faz cuida”.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----

----- “Eu acho que essa expressão é lamentável para um homem da sua idade. Agora acho que o Senhor deveria sinceramente moderar a sua linguagem, está bem? Exijo respeito. O Senhor fala assim com os seus, comigo não.”-----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Não, não. Burrice saloia, isso sim, Burrice saloia, sim senhor. Burrice saloia é consigo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Meus senhores, eu peço-vos, realmente, alguma contenção. Isto é uma vergonha. Isto é realmente uma coisa.... Quem em suas casas acompanha estas gravações, quer dizer... Em suas casas ou nos gabinetes, tudo isto, as pessoas ficam perplexas. Há coisas a que não... Nós não

estamos aqui a discutir política concelhia, não estamos a discutir questões do Concelho, nada disto. Estamos a trazer para aqui coisas que não têm nada a ver com o interesse dos munícipes que nos elegeram. Há que ter um mínimo de respeito para com isso, para com os munícipes que nos elegeram. Passamos a vida a falar de eleições, eleições para cá, candidatos para lá e, depois? Há dois anos que fomos eleitos e é este o respeito e é isto aquilo que nós fazemos em relação aos munícipes que nos elegeram? -----

-----Porque cada um de nós que aqui está sentado, é porque houve quem votasse. Nós, o que estamos a contribuir é para que as pessoas não votem, para que digam: “Agora isto, vamos agora estar a eleger estes indivíduos para estarem a fazer uma sessão destas?”. Meus senhores, eu peço-vos e peço-vos encarecidamente, estamos no princípio de um ano, que realmente pensem duas vezes antes de falar. Pensem duas vezes no respeito que merece quem está sentado ao nosso lado, esteja connosco de acordo politicamente ou não. -----

-----Uma coisa são as divergências políticas, outra coisa é a falta de respeito. E a falta de respeito está, onde não se reconhece a atividade política do que está ao nosso lado. Nós não podemos vir para aqui dizer a primeira coisa que nos vem à cabeça. Desculpem, não pretendo pregar moral a ninguém, quem sou eu para o fazer. Aceito todas as críticas que me façam, justas ou injustas. Às justas, eu ouço e tento alterar, às injustas eu respondo. -----

-----Mas, meus senhores, vamos continuar os nossos trabalhos, mas peço-vos, realmente, alguma contenção. -----

-----Estou a ver ali que está a inscrever-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo. Faça favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos, um Bom Ano. Cumprimento a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vereadores, estimados colegas, estimado público.-----

----- Em duas palavras, quero apenas acalmar um pouco o que está aqui a acontecer. Primeiro, agradecer ao Senhor Presidente o ter utilizado aquele edifício para habitação jovem, que muita falta faz em Porto Salvo, mas acima de tudo agradecer por ter reconstruído um edifício altamente emblemático no centro de Porto Salvo. Esse é um agradecimento, porque é muito importante para a entrada de Porto Salvo, era um edifício que estava praticamente abandonado, e o Senhor Presidente, ao tomar conta daquele edifício, fez uma obra maravilhosa que serve Porto Salvo e serve os jovens. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Se as intervenções nesta Assembleia Municipal fossem todas como a que acabámos de ouvir, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, provavelmente do lado de lá ninguém estava com disposição para ouvir, porque as pessoas, realmente, não gostam de ouvir coisas positivas. O negativo é que dá... e, portanto, aquilo que alguns cidadãos que estão online a assistir a esta Assembleia, nem oito nem oitenta, realmente não devemos exagerar, mas se isto for morno, de tal forma, também ninguém tem “pachorra” para estar a assistir. Portanto, as senhoras e os senhores deputados sabem isso e naturalmente que muitas vezes fala-se mais para a internet do que propriamente para a Mesa. -----

----- Mas sobre esta matéria o que está em causa, devo-vos dizer que já tinha prometido a mim mesmo nunca mais usar da palavra em propostas destas, de reprogramações financeiras porque, na realidade, a reprogramação financeira não tem nada que se lhe diga. É uma reprogramação financeira, é uma questão técnica, não é uma questão política. É uma burocracia, é uma formalidade a que estamos obrigados. -----

----- No entanto, há deputados que têm uma criatividade extraordinária e que conseguem

encontrar situações suspeitas nestas questões. Ora bem, o problema é este: atualmente, não há nenhuma prorrogação de prazo que a Câmara Municipal de Oeiras não aceite. Nenhuma. E não onerosa. Por uma razão muito simples: a maior parte das situações tem a ver com a falta de mão de obra e, portanto, os empreiteiros deste país confrontam-se com problemas de mão de obra extraordinários. Obras que deviam ter trinta ou quarenta trabalhadores, muitas vezes têm dez. É óbvio que o calendário para a obra foi estabelecido num determinado prazo, se não há trabalhadores, obviamente que não é possível. Ou alguém acredita que um empreiteiro atrasa uma obra de propósito? Não acreditem nisso. Aquilo que dá lucro ao empreiteiro é fazer a obra antes do prazo, não é no prazo. Seja ela qual for. Quanto mais rapidamente ela se realizar, mais lucro o empreiteiro tem. Quanto mais se atrasa mais prejuízo o empreiteiro tem. E não se esqueçam que atualmente as empreitadas.... Vamos lá ver, veio realmente o ano passado aquela possibilidade da revisão de preços extraordinária que estabeleceu alguma compensação, mas a maior parte dos..., a fórmula de cálculo da empreitada na adjudicação era “à pele”, não sei se estão a ver. Qualquer empreiteiro hoje tem todo o interesse em fazer a obra rapidamente. De maneira que esta coisa de alguém pensar que a Câmara Municipal prorroga o prazo de uma obra e devia aplicar uma multa ao empreiteiro, se for aplicar a multa, o empreiteiro abandona a obra, porque na maior parte dos casos a multa vai “comer” completamente o lucro que o empreiteiro pode ter. Vamos lá, aí nesse aspeto temos de ser um bocado razoáveis e, pelo menos, tentar conhecer a realidade. A realidade com que nos confrontamos atualmente, ao nível de qualquer empreitada, é a escassez de mão de obra. -----

-----Muito obrigado.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Deputada Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 3/2024** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1068/2023 – DMOTDU/DPERU/DRU – P.º**

04/DRU/2021 – HABITAÇÃO JOVEM – ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e sessenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em seis de dezembro de dois mil e vinte e três, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação, de acordo com o cronograma financeiro da obra e substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada, pela seguinte: -- -----

----- Dois mil e vinte e três - quatrocentos mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e um cêntimo; -- -----

----- Dois mil e vinte e quatro - trezentos e um mil euros oitocentos e dezassete euros e oitenta e quatro cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1070/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Circo Vítor Hugo Cardinali – Isenção do pagamento de taxas relativas ao aluguer, colocação, retirada e higienização de equipamento de deposição de resíduos urbanos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** disse o seguinte: -----

----- “Dizer que o facto de a lei permitir, não significa que a lei obrigue. O aborto não obriga ninguém a abortar, a eutanásia não obriga ninguém a morrer, o casamento entre duas pessoas do mesmo género não nos obriga a casar com uma pessoa LGBTI. O divórcio também não nos obriga a divorciar. -----

----- A mensagem que esta Câmara passa ao aceitar um circo com animais, é que apoia a exploração animal. Para o Senhor Presidente, na Administração Pública, vigora o princípio da especialidade, para o PAN vigora o princípio da empatia, da não exploração de outros seres. Vigora o princípio de que o bem-estar é um direito de todos. -----

----- Votamos obviamente contra esta proposta, que mais não é que um apoio a alguém que em pleno século vinte e um vive à custa da exploração de seres sencientes, que ainda não teve tempo ou capacidade de se atualizar como outros já o fizeram e dou o exemplo do Coliseu de Lisboa. O Circo do Soleil tem o sucesso que tem e não utiliza animais. -----

----- Obrigada.” -----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Aproveito também para desejar um Bom Ano a todas, a todos aqueles que nos acompanham e a todos os presentes. -----

----- Eu vou repetir aquilo que temos defendido nas propostas que envolvem isenções de taxas. -----

----- Ao contrário do que prega a Iniciativa Liberal nestas discussões, em que as taxas são sempre um bicho papão para os liberais e que segundo os mesmos deviam ser abolidas... nós entendemos que não deve ser nada disso, as taxas devem ser aplicadas às entidades culturais que desenvolvem trabalho de relevante interesse público no nosso concelho, ora o que é que define esse interesse público? Certamente, não pode ser uma questão de gosto pessoal, caso contrário as atribuições seriam bastante injustas. -----

-----Esse interesse comunitário advém de vários fatores, o respeito pelo promotor acerca da dignidade humana, o respeito pelo ambiente e ecossistema, o preço do bilhete (se é acessível às classes mais baixas), e claro está, também aquilo que fica acordado entre a câmara e o promotor, ou seja, as contrapartidas.-----

-----No Grupo Político Evoluir Oeiras todos estes fatores contam na hora de validar uma isenção de taxa.-----

-----Não fazemos também como a bancada do INOV que aprova qualquer isenção de taxa que venha a esta assembleia, seja um evento gratuito, seja um evento com bilhetes a noventa euros, tenha ou não o evento respeito pelo ambiente. -----

-----O caso do circo Cardinali é bastante conhecido, e assim como no ano passado criticamos a possibilidade de conceder isenção a um circo que ainda possui animais selvagens, isto segundo o seu site que mostra que exibem camelos nos seus espetáculos, sei que o Senhor Deputado António Balcão Vicente vai já pedir a palavra para dizer que o camelo é um animal domesticável há não sei quantos milênios, pois bem, mas que eu saiba, honestamente, nunca foram domesticados camelos em Algés.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

-----“Não sabemos...-----

-----Isto porque se trata, claro, de uma espécie típica... se eu puder continuar... de uma espécie que habita outras latitudes, com outros climas e estados do tempo muito diferentes daqueles que temos hoje, por exemplo.-----

-----A lei indica um prazo de seis anos para o fim da utilização de animais selvagens em espetáculos circenses. E relembro que esta data vai a meio. Mas os nossos motivos para não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acompanhar esta proposta com um voto favorável, são acima de tudo motivos éticos e morais. ---

----- Gostávamos muito de entregar esta mensagem política às companhias de circo que pretendem realizar eventos em Oeiras, e também a outras entidades, certamente muitos se lembram das renas a pastar em relva artificial na capital do natal em dois mil e dezanove também em Algés, não podemos é pactuar com essas práticas. Os bloqueios de isenções de taxas ao circo podem ser uma forma subtil de forçar o circo a renovar-se e a chegar às boas práticas que o século XXI exige.

----- Obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Um bom ano para si e para a Mesa, para todos vós, para o Executivo, em especial para o Senhor Presidente, para os Presidentes de Junta, para os senhores deputados e para quem nos ouve. -----

----- Isto até março vai ser interessante... Mas finalmente, estamos a discutir questões concretas do Concelho. -----

----- Já o ano passado tivemos esta discussão. Eu tenho a maior estima pessoal pela Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN), tenho o maior orgulho no PAN, que é um partido necessário à Democracia, que defende causas animais e humanas, mas vou usar a argumentação da Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN), ou seja, não pode obrigar quem gosta de caçar a não caçar, quem gosta de tourada a não ir à tourada, e não pode obrigar quem gosta de animais domésticos, no circo, não ir ao circo, portanto, vou usar a sua argumentação. -----

----- A questão é que, não sei se têm consciência, se os senhores deputados têm noção, de quanto é que custa um bilhete do Circo du Soleil? Salvo erro anda na ordem dos cem euros. O que significaria que se todos os circos fossem como o Circo du Soleil as crianças de Oeiras não iriam ao circo, e todos já fomos crianças e todos sabemos a importância que o circo tem no imaginário e no crescimento. -----

-----Em relação à questão dos camelos, o Senhor Deputado desde o ano passado (ao menos podia ir ao Google ou ao ChatGPT) ... o camelo é um animal de estimação... Não tenha dúvidas. É um animal, tal como o cavalo, fundamental no desenvolvimento da humanidade. Na Austrália há excesso de camelos, porque levaram para lá uns camelos (porque tem muitos desertos) e eles proliferaram no estado selvagem, e hoje em dia andam a abater camelos e cangurus por questões ambientais. -----

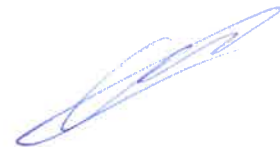
-----Se não houvesse caçadores, as pragas de javalis que existem no nosso território, e estamos a falar da zona florestal e rural, para os agricultores era um horror, portanto, os caçadores são importantes para regular a caça. -----

-----E, este circo em concreto, Victor Hugo Cardinali, merece também o nosso respeito, porque é uma vida de trabalho de uma atividade. E, desde sempre, a família Cardinali trabalhou no circo, viveu do circo, e vem há muitos anos a Algés... Eu lembro-me, por exemplo, na Praça de Touros, era eu ainda criança e eles montavam lá o seu circo. E para que fique claro, todos os animais que fazem parte deste espetáculo são animais de estimação e são animais domésticos, cavalos e camelos... são domésticos Senhor Deputado, olhe que do camelo tudo se aproveita, até urina, o leite para fazer manteiga. Portanto, é evidente que não é um animal que ande muito aqui pela Península Ibérica, andou...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“... está bem, mas Senhor Deputado, vocês não podem querer uma coisa de um lado e outra coisa do outro. Quando vêm falar de alterações climáticas, de biodiversidade... eu já os vi falarem mal de palmeiras e de coqueiros... quer dizer, esta cultura não pode ser, não faz sentido... Mas, eu queria finalizar com este ponto que é importante, para ficar em ata mais uma vez: os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

treinos dos animais no Circo Victor Hugo Cardinali são realizados com base no método do reforço positivo. Este método de treino baseia-se no comportamento do animal, é feito através do uso de comida, brinquedos, atenção, carinho ou qualquer consequência positiva para recompensar um bom comportamento. Apesar da especulação, em contrário, não é utilizada força ou medo para conseguir que um animal realize um exercício, se tal acontecesse a ligação de confiança e carinho entre o animal e o domador não era possível. Muitos estudos, feitos por peritos, revelam que os animais em circos podem viver em excelentes condições físicas e psicológicas. Ao mesmo tempo que têm uma média de vida, por vezes, superior à que teriam no habitat natural.-----

----- Mas queria mesmo terminar dizendo: a maior parte destes animais não sobreviveriam em estado selvagem.-----

----- Viva o circo, ainda bem que o circo está em Oeiras. Parabéns à família Cardinali, parabéns à Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Bernardo Caldeira (PSD) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, obrigado.-----

----- Eu, relativamente aos dromedários, não sei, não tive a oportunidade de ir ao circo. No entanto, uma coisa eu sei, tudo aquilo que forem iniciativas e atividades que promovam o bem-estar das famílias é de apoiar. E, portanto, permitir às crianças que possam ir ao circo, ainda para mais hoje em dia, em pleno século XXI, eu não acredito, eu quero crer, pelo menos, que não existe mau estar animal, ou que os animais são maltratados, não acredito. Mas, se assim fosse a Câmara, naturalmente, não iria isentar as taxas. Estamos a falar de um valor que não chega a cinco mil euros, e ainda para mais, foram em contrapartida, oferecidos à Câmara por parte do promotor do evento, duzentos e setenta bilhetes, eu fiz as contas: os quatro mil e setecentos euros a dividir por duzentos e setenta, são dezassete euros (o valor do bilhete de criança, o mais barato, são quinze euros, o de adulto mais barato são vinte e cinco euros). Portanto, isto para além de ser uma prática

comum do Município, de apoiar os promotores de eventos que já tão prejudicados foram na altura da pandemia, ainda para mais numa época natalícia ter um circo aqui à porta de casa é um privilégio. Se não estivesse aqui, provavelmente poderia ir para outro município. Estando aqui, acho que a Câmara fez muito bem e, por isso o PSD vai votar favoravelmente.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente.-----

-----Muito sucintamente... O circo é o maior espetáculo do mundo, sem dúvida.-----

-----Cumprindo o Circo Victor Hugo Cardinali os requisitos legais de não dívida, como ainda conter o Registo Central do Beneficiário Efetivo submetido com sucesso, tendo ainda facultado o valor a isentar em bilhetes para a autarquia, distribuídos de forma justa pelo Município, votaremos a favor.-----

-----Também quero dizer que, estive no circo, os animais estão muitíssimo bem tratados, os cavalos, os camelos... espero um dia não chegarmos ao ponto de termos atrações com gafanhotos e bactérias, porque assim seria destruir totalmente o que é a beleza do circo.-----

-----Disse.”-----

----- O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado Senhora Presidente.-----

-----Relativamente a esta proposta, do Circo Victor Hugo Cardinali isenção do pagamento de taxas relativas ao aluguer, colocação, retirada e higienização de equipamento de deposição de resíduos urbanas, analisando o que vem realmente na proposta... Estivemos a ler o email que foi enviado pelo Circo Victor Hugo Cardinali, e o que está escrito é: “Serve o presente email para a possibilidade de isenção de taxas ou se é possível a realização de uma permuta com bilhetes para o espetáculo do circo no valor do orçamento, em troca da cedência de equipamentos e respetiva recolha de resíduos...”, o que acaba por ser transcrito para a proposta da Câmara é: “Foi solicitado pela Senhora Lesley Jackson, Circo Victor Hugo Cardinali, a isenção do pagamento de taxas com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a contrapartida de oferta de bilhetes, cem para adultos e cento e setenta para crianças, para o referido circo a favor dos funcionários da Câmara Municipal de Oeiras”. E como proposta final: que a Câmara isente do pagamento das respetivas taxas no valor de quatro mil setecentas e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos. Portanto, se temos contrapartidas, não temos uma isenção. Como foi aqui calculado, o valor dos bilhetes representa, de facto, o valor que seria pago pelas taxas. O que nós temos na realidade, é uma aquisição de bilhetes feita pela Câmara que, não é justificada porque é que esta entidade e não outra, porque é que é este tipo de atividade e não outra, não é contabilizada a receita respetiva e despesa, ao mesmo tempo, o que contribui para uma redução de uma gestão camarária de boa transparência e de redução dos riscos. Ao mesmo tempo fala-se no enquadramento de promoção do acesso a atividades educacionais da população, quando o que vemos é que os bilhetes são distribuídos com critérios que não são educativos, não são, por exemplo, distribuídos a crianças com carências educativas ou a estudantes de artes circenses, não são distribuídos por carácter social, às famílias que mais necessitam, por exemplo, nem sequer são dirigidos a beneficiários oeirenses em geral, com sorteio, com descontos, mas sim, os funcionários da Câmara, como já em múltiplas outras propostas que vieram aqui, que os benefícios saem do bolso dos oeirenses e vão beneficiar os funcionários da Câmara. -----

----- Mesmo que estivéssemos a considerar isto uma isenção, olhando mesmo pela vertente ecológica, nós queremos, de facto, subsidiar e incentivar as atividades de produção de resíduos em Oeiras? Porque é isto que vai cobrir: recolha e tratamento de resíduos em Oeiras. -----

----- Nós não consideramos isto adequado, não é justificado, os critérios não são, de todo, transparentes ou os melhores, e vamos votar contra. -----

----- Obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria só esclarecer algumas questões, acho que uma gargalhada interrompeu um

pouco o meu discurso, e alguns deputados não conseguiram escutar aquilo que eu disse, com alguma atenção. -----

-----Certamente que o camelo é um animal domesticado, eu disse isso na minha intervenção, é uma questão milenar não vem dos dias de hoje.-----

----- A questão levantada pelo Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) acerca das palmeiras é exatamente a mesma que se coloca acerca dos camelos, não são espécies autóctones, não são animais autóctones, não se adaptam ao clima de oito graus de temperatura mínima, que temos no dia de hoje. Vamos ter camelos a habitar, como também tivemos renas a pastar em relva artificial... existem práticas que nós não devemos adotar. E, portanto, esta isenção de taxas cabe, com cunho político, dá-la a quem respeita a dignidade humana e o bem-estar animal. -----

-----É esse o nosso sentido de voto, vai contra esta proposta, porque, foi muito bem fundamentado na minha intervenção, este circo ainda não respeita, na totalidade, a dignidade animal, há de um dia respeitar, e acho que esta mensagem política é de deixar hoje entregue aqui nesta Assembleia. -----

-----Disse.”-----

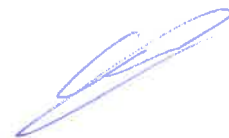
-----A **Senhora Deputada Fátima Felipe (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, senhoras e senhores deputados.

-----Começo por saudar, com votos de bom ano, todas as deputadas e todos os deputados Municipais, a Vereação, funcionários e oeirenses que assistem aos trabalhos desta Assembleia presencialmente e online. -----

-----Regularmente, na época natalícia, o Circo Hugo Cardinali, tem vindo a apresentar-se no Passeio Marítimo de Algés, sendo uma mais valia para a animação da quadra festiva, um espetáculo de encantamento e magia para os mais pequenos e de alegria para as famílias. -----

-----O pedido de isenção de taxas enquadra-se nas competências da Câmara Municipal de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa ou outra de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interesse para o Município. -----

----- O valor das taxas é do mesmo montante do ano anterior. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente, o Partido Socialista é o Partido da liberdade e rege-se pelo primado da lei, e não pretende dar lições de gosto a quem quer que seja, embora, respeitando as reservas de sensibilidade, suscitadas pelo facto de o Circo Hugo Cardinali utilizar duas espécies domesticadas que fazem parte da vida do Homem há milhares de anos. -----

----- A Assembleia da República aprovou, em trinta de outubro de dois mil e dezoito, o fim do uso de animais selvagens no circo, como macacos, leões, elefantes e outros. -----

----- O texto final, aprovado e ratificado na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, reuniu o consenso das propostas de alteração do PAN, do PS e do Bloco de Esquerda.

----- Os catorze milhões de dromedários hoje vivos são animais domesticados. Os povos antigos da Somália, domesticaram os primeiros camelos dois mil anos antes de cristo. -----

----- Um estudo da Universidade de Cambridge concluiu através de exames de DNA que os cavalos foram domesticados há seis mil anos na Eurásia, região onde se situa hoje a Ucrânia, Rússia e o Cazaquistão. -----

----- Finalmente, atestar a cumplicidade milenar que liga o Homem ao cavalo, é o exemplo da Escola Portuguesa de Arte Equestre, Património Nacional, que promove o ensino da arte e da prática da arte equestre tradicional portuguesa, património cultural único no mundo. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós estamos habituados, Senhor Presidente em Exercício, a ouvir afirmações aqui, pretensamente científicas com a maior naturalidade, como se fossem verdades absolutas.-----

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO), referiu há pouco que, os camelos não estariam adaptados às temperaturas da Península Ibérica, concretamente em Oeiras. Será que o Senhor Deputado David Ferreira (EO) sabe que no Saara o período frio corresponde a mais de três

meses e meio? E que a temperatura média no Saara anda na ordem dos sete graus e que, no mês de janeiro, a temperatura máxima é da ordem dos três graus, e a mínima da ordem de dois graus negativos?-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Vereadores, deputados e público que nos assiste.-----

-----Eu não poderia ficar calada, quando ouvi o nosso colega, Deputado da Iniciativa Liberal, falar dos bilhetes para os funcionários da Câmara. O que funciona na Câmara é que são sorteados publicamente para quem quer ver e assistir, com dia e hora marcada. E, acho muito bem que seja assim, porque é sinal que o Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Armando, pensam nos funcionários. E, muitos daqueles que não têm hipótese de ir ao circo desta maneira conseguem ir ao circo. Porque ao negociar, negocia uma série de bilhetes para os funcionários que têm meninos e meninas poderem ir ao circo. Isto é pensar nos funcionários.-----

-----Tenho dito.”-----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Eu gostava de dizer à Senhora Deputada que acabou de falar, que todas as famílias oeirenses têm meninos e meninas, e todas merecem ser tratadas de igual forma que os funcionários são tratados, não são cidadãos de primeira categoria e outros de segunda, para privilégio de receber bilhetes, quase como uma ação social, para as crianças irem ao circo. E, é muito feio, tratar desta forma os funcionários como se fossem privilegiados em relação aos restantes oeirenses, quando tudo é pago com o dinheiro de todos os oeirenses.-----

-----Obrigado.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu não vou demorar muito tempo porque, de facto, a Iniciativa Liberal e a sua ideologia tem que ser combatida, mas tem que ser dito, para ficar em ata, porque senão fica em ata é mau. -----

----- Ficámos a saber que os três mil funcionários, salvo erro, são centenas, setecentos ou oitocentos que são jardineiros, de grosso modo, e cantoneiros que têm ordenados de miséria (não é porque o Senhor Presidente da Câmara... não é ele que estabelece o ordenado). Mas, ficámos a saber que a Iniciativa Liberal, pelo menos esta Iniciativa Liberal, não defende uma gestão com solidariedade e com responsabilidade social, até para com os próprios funcionários. Não há aqui nenhuma distinção, Senhor Deputado. Até lhe digo mais, se por sorte e pelos acontecimentos não viesse nenhum circo para Oeiras e fosse para o lado, para Cascais, achava muito bem que os recursos humanos da Câmara fizessem como fazem todas as empresas Senhor Deputado... Talvez você seja muito jovem, mas era um costume, um hábito que havia em todas as empresas, sobretudo nas grandes empresas e nas grandes organizações, oferecer às crianças dos funcionários um espetáculo de circo. Isso acontecia em todo o lado, porque, naturalmente, um técnico superior, ou quem tem um ordenado melhor consegue pagar os seus bilhetes e entrada para os filhos. O problema da Iniciativa Liberal é que vê num funcionário público um inimigo, vê num funcionário público um inimigo do Estado, vê num funcionário público alguém que vive à conta do Estado, e, enquanto o Senhor Deputado não abrir os olhos e perceber que um funcionário público tem a mesma dignidade que um funcionário privado, e tem os mesmos direitos, e deve e tem de ser tratado da mesma forma... enquanto os Senhores da Iniciativa Liberal não perceberem isso, não irão muito longe, serão sempre, desculpe a expressão mas não há outra, um Partido de “queques”.

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) interveio dizendo o seguinte: -----

----- “Desculpem, eu peço, que a Senhora Presidente diga se é legítimo e educado chamar “queques” aos Deputados da Iniciativa Liberal...” -----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Presidente em Exercício, disse o seguinte:

----- “Desculpe, eu não lhe dei a palavra Senhor Deputado. Há aqui regras a cumprir.-----

-----Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? -----

-----Senhor Presidente da C.M.O., tem a palavra.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. -----

-----Bem, em primeiro lugar, lembrava que o que estamos aqui discutir é uma isenção de taxas de uma organização, ou há ou não há. Todas as questões paralelas aqui ao de cima, têm a ver com os programas de cada Partido, e cada Partido quando ganhar as eleições aplica o seu programa. Não queiram agora que este Presidente da Câmara cumpra o programa dos outros. Eu estou aqui para cumprir o programa que apresentei ao eleitorado, e para cumprir, naturalmente, um programa de todos aqueles que, de alguma forma, entenderam partilhar da governação do Município. Não estou aqui para mais nada. Não estou aqui para cumprir programas paralelos. -----

-----No entanto, gostaria de dizer como é que tudo isto mudou. Falamos aqui em sabedoria, falamos em humildade... Há trinta anos, discutia-se muito os incentivos a dar aos circos, uma coisa é o Cirque du Soleil, outra coisa é o Circo de Monte Carlo. O Circo Monte Carlo, como sabem, é organizado para o final do ano, onde são seleccionados os melhores artistas de todo o mundo e é o Circo Monte Carlo. -----

-----O circo, normalmente é associado a artistas pobres, artistas de trabalho precário, com uma vida muito difícil, artistas itinerantes, ambulantes, e, portanto, desde sempre foram vistos com algum carinho, e já há cerca de trinta anos dizia-se, muito bem, que os circos deviam ser apoiados pelas câmaras municipais e não era só a isenção das taxas, era a isenção das taxas e era até a compra de dias para oferecer aos filhos dos funcionários, a funcionários ou a outras entidades. Vejam bem, a preocupação hoje já não são os artistas do circo, a propósito de uma isenção a preocupação são os animais pseudo selvagens. Uma agenda ideológica, a querer sobrepor-se a uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questão de natureza tão simples como esta: isentar ou não isentar uma atividade artística. -----

----- Por outro lado, denota-se aqui uma senha regulamentar e controladora que, na verdade começou com a Iniciativa Liberal, e a que o Chega na altura também se associou, que é o problema do controlo dos bilhetes, como se os bilhetes desta ou daquela atividade fosse uma espécie de benesse extraordinária que se está a dar a quem quer que seja. Eu quero vos dizer o seguinte, por muito que... mas, ao mesmo tempo reparem, é contraditório com aquilo que é a filosofia do Partido: liberalismo, liberal, livre iniciativa... A TAP (por acaso agora é uma empresa pública) quando era empresa privada, todos os funcionários da TAP viajavam de borla nos aviões da TAP. A que propósito? Mas viajavam e continuam a viajar. A generalidade das empresas... mas eu acho bem, é um benefício que dá orgulho ao trabalhador, a sua empresa preocupa-se com ele. É natural que a Câmara Municipal dê uma garrafa de azeite ou uma garrafa de vinho aos trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e não dê a toda a gente. Pois se eles é que tratam do azeite, das oliveiras e tratam da vinha, porque é que a Câmara não há de dar uma garrafa de azeite e uma garrafa de vinho aos seus trabalhadores? -----

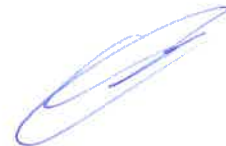
----- Mas mais, é preciso estarmos dentro da realidade. Por exemplo, há dias... reparem, isto é uma coisa estranha, como é que é possível quererem controlar tudo, quer dizer, põe-se maldade em tudo. Se se dão bilhetes a este e não se dão àquele, porque se dão àquele e não se dão a este... meus senhores, a vida é assim, nós não podemos controlar tudo. Há poucos dias, uma empresa deste Concelho diz à Câmara: “Temos setecentas entradas para Peter Pan no gelo, gratuitas, para as crianças do Concelho”, o Presidente da Câmara ia chegar aqui à Assembleia Municipal e perguntar ao Senhor Deputado da Iniciativa Liberal: como é que acha que devem ser distribuídas estas entradas? Acham que a vida funciona assim? Vou fazer um regulamento ou fazer um referendo a dizer: “Temos aqui os setecentos bilhetes. Como é que vão ser distribuídos?”... Surgiu a ideia, é para os meninos dos bairros sociais. Desta vez, tocou aos meninos dos bairros municipais, e foram setecentos meninos dos bairros municipais... -----

-----Panda, ao Panda vão lá os meninos todos do Concelho, porque eles disponibilizam-se para que os meninos vão lá. Quer dizer, como é que nós vamos controlar este tipo de situações? -

-----Futebol, três dias antes do jogo dizem assim: “Tomem lá dois mil bilhetes”, e mandam para a Câmara. Não estou a exagerar “tomem lá dois mil bilhetes para o futebol”, é o Presidente da Câmara que vai estar ali toma lá tu um, toma lá tu outro... andamos a brincar. O que o Presidente da Câmara diz é, estão aqui dois mil bilhetes, e diz aos recursos humanos, por exemplo, distribuam os bilhetes, distribuam simplesmente para quem quiser, e até se pode anunciar (e muitas vezes anuncia-se) temos tantos bilhetes para distribuir. Quem é que vai buscar? As coletividades, as coletividades desportivas, etc. Quer dizer, há determinadas instituições... nem imaginam a quantidade de instituições, de empresas, que se disponibilizam perante a Câmara Municipal, em vez de irem diretamente às instituições dizem à Câmara: Nós queremos oferecer isto, nós queremos ir pintar as paredes de uma escola, ou duma creche ou de um clube desportivo... a Câmara vai fazer um referendo a todos os clubes desportivos, a todos... Quer dizer, nós temos um conhecimento mínimo da realidade e dizemos: olha, desta vez é para estes, desta vez é para aqueles...-- -----

-----Deixemo-nos desta... é uma coisa tremenda, não faz qualquer sentido esta discussão de estar aqui a discutir porque é que os bilhetes... por exemplo o caso do circo, vejam bem a onde é que isto chega a propósito de uma isenção, a Câmara dá isenção para receber bilhetes. A Câmara não quer receber bilhete nenhum do circo, a Câmara se entender comprar um dia de circo inteiro para os setecentos, oitocentos funcionários da Câmara, compra. A Câmara não anda a mendigar nada junto dessas instituições, mas há cordialidades. O circo, independentemente de ter isenção ou não ter, diz à Câmara Municipal: nós gostávamos de oferecer tantos bilhetes... e a Câmara Municipal vai dizer: não, não queremos bilhetes nenhuns...-----

-----Ponham os pés no chão, a realidade é esta. Daqui a pouco temos de estar a regulamentar tudo, não é possível regulamentar tudo. Alguém chega com trinta pares de meias à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal, a quem é que vamos dar as meias? Estão-se a rir, mas já ofereceram, como já nos ofereceram cinco mil pares de sapatos. O que é que fazemos aos cinco mil pares de sapatos?

----- A diversidade é isto, mas há aqui deputados e deputadas que ainda acham que conseguem... quer dizer, fazem um discurso o máximo liberal possível, liberdade às pessoas, liberdade às empresas, mas depois queremos controlar os bilhetes. Isso assim não dá. -----

----- Portanto, concentremo-nos no que está aqui em causa, a isenção ou não isenção, de uma presença do circo durante x dias aqui no Concelho, é isto que está aqui em causa. -----

----- Agora, vir falar em animais domésticos, ou animais selvagens, etc., tenham paciência, é absolutamente deslocado desta questão, por uma razão muito simples, porque não estamos todos de acordo. Eu, por exemplo, sou caçador e gosto de caçar, e gosto de atirar, devo vos dizer que não atiro a uma perdiz no chão, gosto de atirar a uma perdiz a voar, também gosto de atirar a um javali a correr, a uma lebre então nem se fala... portanto, sou caçador. Não posso estar de acordo, naturalmente, com essa dimensão, por exemplo, do PAN, em que os caçadores parece que são um perigo. Mas esquecem-se de um pormenor, há trinta anos, não havia caça em Portugal, há trinta anos não havia javalis em Portugal, não havia perdizes nem lebres, quem as introduziu foram os caçadores. Não há ninguém mais defensor da caça do que os caçadores. -----

----- Mas eu não posso ter esta discussão com a Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) porque estamos em campos opostos, não é assunto para aqui, é assunto para discutir na legislação etc. Até podemos dizer assim, vamos agendar uma discussão na Assembleia sobre esta matéria, tudo bem, e aí cada um põe os seus pontos de vista. Agora, o que estamos aqui a discutir é a isenção de taxas. Cada vez que vem aqui uma isenção de taxas (e é verdade) estamos a repetir este discurso. Cada vez que vem uma isenção de taxas referente a animais, nós estamos a discutir este problema, estamos sempre no mesmo. Adiantamos alguma coisa? Nada, porque esta é uma questão ideológica, é uma questão de valores, valores diferentes. Portanto, não estamos de acordo, aí só o eleitorado é que pode decidir. Quando o PAN governar esta Câmara Municipal de certeza

absoluta que há circo sem animais. Mas isso implica o vencimento de um programa.-----

-----Agora, é uma coisa extraordinária, que partidos minoritários que, naturalmente devem ser ouvidos, com certeza, têm a sua opinião, ouvimos etc., mas quererem impor, não pode ser, não podem impor. Uma coisa é falar, expor a situação, divirjo disto e daquilo, mas não, dá impressão que todos os outros estão errados, e isso é que o problema. Nós não estamos errados, eu limite-me, neste caso concreto, a cumprir a lei. Porque é que a Câmara Municipal há de ir contra a lei nacional? Se a lei nacional não o proíbe, porque é que vamos nós proibir? Ou só proibimos aquilo que nos convém? Proibimos animais, ditos selvagens, mas que são domésticos, no circo e não proibimos outras coisas que porventura... bem, essas aí já não nos interessa? Ou proibimos tudo aquilo que efetivamente podemos proibir, se a lei nos deixa proibir, ou deixamos ao legislador nacional, ao legislador da República, que faça a legislação e nós cumprimos através de regulamentos. Dá a impressão que às vezes queremos que nos substituamos ao próprio legislador nacional, ao legislador da República. Nós não somos legisladores.-----

-----Portanto, votemos e debrucemo-nos sobre a questão da isenção ou não isenção. É isso que está em causa.”-----

-----**O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** disse o seguinte:-----

-----“Antes de mais, penso que ninguém aqui está a impor nenhum sentido de voto a ninguém. Cada força política demonstrou as suas razões pela qual vai votar a favor ou vai votar contra esta isenção de voto, e é assim que funciona o espaço democrático.-----

-----Queria só acrescentar mais uma pequena coisa, o nosso voto foi fundamentado na minha intervenção e queria apenas sublinhar que domesticar um camelo no deserto é bastante diferente de domesticar um camelo numa caravana, é bastante diferente...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Já terminou o seu tempo de intervenção...”-----

-----**O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte: -- -----

----- “Era apenas isso. É bastante diferente, é muito mais desumano...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Deixemo-nos da teoria da domesticação de camelos.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmiento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira), um do Partido Chega (Francisco José O’Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com sete votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos

Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) -----

-----A Senhora Deputada Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 4/2024**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 1070/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – CIRCO VÍTOR HUGO CARDINALI - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO ALUGUER, COLOCAÇÃO, RETIRADA E HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e setenta barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em seis de dezembro, e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com sete votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas, relativas ao aluguer, colocação, retirada e higienização de equipamento de deposição de resíduos urbanos, no valor total de quatro mil setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1089/2023 – DMOGAH/DOM-UPGO - relativa ao P.º 2022/84-DEM – “Construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, em Carnaxide” – Ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente de aprovação de reprogramação financeira (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Deputada **Silvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, votos de bom ano e que tenhamos e contribuamos para um bom e salutar convívio e entendimento nesta Câmara. -----

----- Relativamente a esta matéria e falando da importância do polo de formação profissional e de uma agência de empreendedores sociais em Carnaxide, gostaria de destacar a importância significativa para o desenvolvimento socioeconómico da comunidade. Primeiro, porque contribui para o desenvolvimento de competências profissionais, para a redução do desemprego, cria estímulo ao empreendedorismo social, fortalece a economia local, melhora a qualidade de vida, promove a integração social e comunitária, dinamiza a sustentabilidade e a responsabilidade social e promove a atração de investimentos e parcerias. -----

----- Relativamente a esta a proposta em concreto, da ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente que aprova a reprogramação financeira e verificados os tempos que levaram a esta reprogramação financeira, nomeadamente houve uma deliberação a trinta e um de maio, em

que depois houve o visto do Tribunal de Contas a treze de outubro, e foi consignada a obra a vinte de novembro. Esta é uma obra que tem um prazo de concretização de setecentos e trinta dias, e tendo em conta que o final do ano se aproximava seria necessário fazer uma reprogramação plurianual da empreitada face à programação financeira plurianual inicial. -----

-----Olhando para a proposta, suscitou-me aqui algumas dúvidas, nomeadamente que a reprogramação financeira que está apresentada na informação, refere para o ano dois mil e vinte e três, sessenta e três mil zero vinte e quatro euros e trinta e sete cêntimos mais IVA, seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e um euros e oitenta e dois cêntimos mais IVA e um milhão seiscentos e sessenta mil oitocentos e vinte e três euros e zero vírgula dois cêntimos, mais IVA, para os anos respetivamente vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco. Se verificarmos nos quadros da informação e fizermos as contas, uma vez que estes montantes não tinham IVA, se fizermos a verificação dos montantes com IVA incluído, eles não correspondem e para além disso, no ano dois mil e vinte e três, no quadro dois, existe uma reprogramação ou o montante em que a reprogramação cabe setenta e seis mil quinze euros e trinta e quatro cêntimos, o que não se consegue perceber face aos sessenta e três mil identificados. Dois mil e vinte e quatro está correto e dois mil e vinte e cinco apresenta o valor sem IVA.-----

-----Eu gostaria de saber quais são as justificações, as fundamentações relativamente a esta matéria, porque não me parece que estes valores sejam corretos.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Os deputados avaliam hoje a proposta de aprovação da reprogramação financeira da construção do Polo de Formação Profissional.-----

-----Depois do visto do Tribunal de Contas e após a consignação da obra a vinte de novembro de dois mil e vinte e três, é natural haver a necessidade de uma reprogramação financeira do contrato, e o Grupo Político Evoluir Oeiras compreende esta situação e a importância desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

obra. -----

----- Trata-se de uma proposta cuja competência da aprovação seria do Executivo Municipal, mas a mesma já chegou a Reunião de Câmara para ratificação do ato exercido pelo Presidente Isaltino Morais e isso está até patente na proposta onde se lê, e passo a citar: “atente o facto de que a reprogramação em causa deveria ser decidida pelo Executivo Municipal, por ser este o órgão competente para o efeito, importava submeter esta submissão à sua aprovação”. -----

----- Também refere a proposta a justificação da urgência que terá levado ao ato praticado pelo Presidente e indica também, passando a citar: “Porém, face à necessidade de se efetuar reprogramações urgentes, conforme o despacho oitenta e nove/dois mil e vinte e três, do signatário, verificou-se que à data da informação técnica, a decisão necessária não era compatível com a submissão ao órgão executivo”. Qual é que é o problema? É que o despacho que serve de justificação a esta ratificação - oitenta e nove/dois mil e vinte e três – é de setembro e, já agora, é citado nesta proposta que também é remetida aqui aos deputados, mas não acompanha a proposta e também não é acessível aos deputados, nem a qualquer cidadão que o queira consultar porque não é público, já que também não consta no Boletim Municipal. -----

----- A segunda questão é que a proposta é datada de cinco de dezembro e foi a Reunião de Câmara a onze de dezembro, pelo que a urgência era terem feito a proposta atempadamente. Portanto, se houve a consignação da obra a vinte de novembro, logo de seguida podia ter-se feito a proposta e não esperar quinze dias para fazer a proposta, para depois ir à Câmara e justificar que o problema é a Reunião de Câmara, porque não é. Portanto, não justifica a ratificação urgente, porque o prazo apertava. -----

----- Quando não se cumpre esta metodologia, ou há uma razão fundamentada para a urgência, ou está-se a desrespeitar as competências do órgão executivo, usando as ratificações. --

----- Da nossa análise relativamente a este contrato, gostaríamos ainda de referir algumas coisas:-----

-----Primeiro. A consignação da obra foi efetuada para além do prazo de trinta dias, contado a partir da data da celebração do contrato, que está estipulado no número um, do artigo trezentos e cinquenta e nove, do Código de Procedimento Administrativo.-----

-----Número dois. O número quatro da cláusula três do contrato devia explicitar qual é o escalonamento financeiro plurianual, isto é, devia indicar o montante máximo a pagar em cada um dos anos de execução do contrato. Por questões de transparência, devia estar neste e noutros contratos da Câmara com encargos plurianuais. Sabemos que está no plano plurianual de investimentos, mas este não é um documento público e de acesso fácil. Por isso, deveriam todos os contratos com plurianuais da Câmara ter isto para ficar visível no Portal Base essa informação. Na cláusula sexta devia explicitar-se que a revisão de preços será calculada através da aplicação de uma fórmula plurinomial e indicar a respetiva fórmula, uma vez que nesta empreitada não se recorre à aplicação de uma das duas fórmulas tipo previstas em dois despachos, já de dois mil e quatro. -----

-----Os contratos só têm a informação mínima que a lei obriga (o resto fica omissis), é opaco e alguma da informação por vezes fica no caderno de encargos quando é colocado o link para o mesmo no Portal Base, o que não ocorre sempre. -----

-----Relembro até um parecer anexo à proposta de deliberação novecentos e quarenta e nove, de dois mil e vinte e três, que foi a Reunião de Câmara, no qual logo no primeiro parágrafo a jurista da Câmara afirma e passo a citar: “Em relação à redação que se poderia dar à cláusula terceira dos contratos, pese embora muitas entidades adjudicantes não o façam, é a aplicação do decreto-lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, na sua redação atual, que determina, no número dois, do artigo vinte e dois, que os contratos que deem lugar a compromissos plurianuais devem fixar o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico”. Fim de citação. Por isso, e havendo um parecer, não se percebe porque é que se mantém então esta prática de incumprimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por fim, o Grupo político Evoluir Oeiras **solicita** toda a correspondência trocada neste processo com o Tribunal de Contas, desde o envio do ofício ao Tribunal de Contas para efeito do visto, até à comunicação do Tribunal de Contas relativo à concessão deste visto, que consideramos serem documentos que deveriam constar nos documentos fornecidos aos deputados para apreciação. -----

----- Muito obrigada.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmiento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco José O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo

Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com quatro abstenções do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques). -----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 5/2024**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 1089/2023 – DMOGAH/DOM/UPGO – P.º. 2022/84-DEM -**
“CONSTRUÇÃO DO PÓLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE
EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE” - RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO
PELO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e oitenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de dezembro, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com quatro abstenções do Partido Socialista, aprovar a reprogramação financeira da empreitada de obras públicas “Construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, em Carnaxide”, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

traduzido naquela deliberação. -----
----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----
----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Passo, portanto... Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) e Jorge Rato (PS) querem fazer declarações de voto? Façam favor.” -----
4.3.1.1 A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -
----- “É sim, para o efeito uma Declaração de Voto que entregaremos por escrito. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----
----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta apresentada pois considera natural haver necessidade de uma reprogramação financeira do contrato e a importância desta obra. Alertamos no entanto que a consignação da obra foi efetuada para além do prazo de trinta dias, contado a partir da data da celebração do contrato, estipulado no número um do artigo trecentésimo quinquagésimo nono do CCP - Código dos Contratos Públicos; que na cláusula sexta devia explicitar-se que a revisão de preços será calculada através da aplicação de uma fórmula polinomial e indicar a respetiva fórmula, uma vez que nesta empreitada não se recorre à aplicação de nenhuma das vinte e três fórmulas tipo previstas nos Despachos número mil quinhentos e noventa e dois de dois mil e quatro, de oito de janeiro, ou número vinte e dois mil seiscentos e trinta e sete de dois mil e quatro, de doze de outubro. Como referimos consideramos que algumas melhorias deviam ser apresentadas nos contratos CMO: A legislação invocada, número dois, do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, só obriga à inclusão do escalonamento financeiro plurianual nos contratos com a locação e aquisição de bens e serviços. No entanto, o grupo político Evoluir Oeiras defende que o mesmo

deve ser aplicado aos contratos de empreitada de obras públicas. Assim, defendemos que os contratos que deem lugar a compromissos plurianuais devem fixar o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico, como de resto também é patente no parecer anexo dois à Proposta de deliberação número novecentos e quarenta e nove/dois mil e vinte e três. Consideramos que é também uma forma de garantir a transparência dos contratos públicos e o equilíbrio contratual.” -----

4.3.1.2. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----O Partido Socialista absteve-se nesta proposta, uma vez que, como foi aqui referido pela minha colega Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), a proposta não está bem redigida, os valores parecem não condizer, e nesse quadro, a nossa abstenção. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Propositadamente não me pronunciei sobre esta matéria, nem me pronunciarei nunca sobre questões de reprogramação financeira. -----

-----Parto do princípio, que os serviços estarão corretos, se porventura... obviamente que registo aquilo que foi a intervenção, designadamente, da Senhora Deputada Sílvia Santos (PS). Se houver algum problema de números que não batam certo, serão corrigidos no momento próprio. Neste momento, o que se trata é de uma reprogramação financeira aprovada pelo Presidente da Câmara, a ratificar pela Câmara, a Câmara ratificou, e agora a aprovar pela Assembleia Municipal.

-----Portanto, não vamos agora alterar aquilo que são dois atos de aprovação, do Presidente da Câmara e ratificação da Câmara Municipal. Se porventura houver algum erro técnico em termos de número será corrigido, como é obvio. Não se mantem o erro se porventura for mesmo um erro. Agora, tem que ser verificado pelos serviços, não vamos para responder à questão que aqui foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

colocada, suspender esta questão, ao suspendermos aqui, teríamos que suspender a obra, como é óbvio. E nós não podemos suspender a obra. Por isso é que foi retificado, por isso é que foi aprovado pelo Presidente da Câmara com ratificação... e aí está na competência do Presidente da Câmara, ao contrário do que aqui foi dito, a competência é do órgão Executivo, naturalmente, o ato final, mas o Presidente da Câmara tem competência nessas situações de urgência, em aprovar. Devendo submeter a retificação na primeira Reunião de Câmara que se seguir. É isso que estamos aqui a fazer, e veio à Assembleia Municipal. -----

----- Naturalmente, se houver algum erro de natureza técnica, algum valor que não bate certo, com certeza que será corrigido.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Eu gostaria de saber, gostaria que a Mesa me informasse, ao abrigo de que artigo do nosso Regimento é que o Senhor Presidente faz esta intervenção após a votação dos deputados? -

----- Gostava de saber.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Mas qual é o seu problema? -----

----- Não queria que houvesse uma explicação da parte do Senhor Presidente?” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu o seguinte:-----

----- “Quería. Na altura própria, antes da votação. Não é em resposta às Declarações de Voto dos Deputados.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Presidente não fez comentários à votação. Fez um comentário ao ponto.” -

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Senhora Deputada, onde está dito que deveria ter sido feito antes e que não pode fazer um comentário depois?” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“No Regimento? Diga-me lá, em que artigo é que diz que o Senhor Presidente da Câmara não pode intervir para esclarecer os senhores deputados? Diga-me lá qual é o número no Regimento.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, o Regimento, como bem sabe, tem períodos próprios para intervenção. Não é após uma votação.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Tem... Diga-me lá onde é que há um artigo que diga que o Presidente da Câmara não pode dar um esclarecimento aos senhores deputados?” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, não precisa de haver um artigo a dizer que o Senhor Presidente não esclarece...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não tem.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... O que indica é quais são os momentos em que tem que o fazer. E não é em resposta às Declarações de Voto, que não têm resposta.” -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não é sobre a Declaração de Voto, é sobre o assunto em si. E os senhores parece que não querem é ser esclarecidos. Gostam de ficar a protestar, não faz mal. -----

----- Não há nada que impeça que eu dê a palavra ao Presidente da Câmara para ele dar um esclarecimento.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1018/2023 – DMOTDU/DOTPU/DPIUM - relativa à Adesão do Município de Oeiras à Rede de Cidades e Vilas que Caminham (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A Senhora Deputada Glória Sarmiento (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Relativamente a esta proposta, que o PSD olha com muito agrado e conseqüentemente não pode deixar de votar favoravelmente, porque se trata de uma proposta, que eu diria, positiva e saudável. Saudável porque incentiva a melhoria da atividade pedonal e conseqüentemente a atividade física dos munícipes, dos cidadãos. Permite também, um incentivo ao comércio local através de toda esta divulgação dos vários lugares do Concelho. E permite uma outra atividade que é o desenvolvimento da atividade turística, através da descoberta dos troços, dos passeios, dos lugares do nosso Concelho, que muitas vezes são desconhecidos quer para os próprios munícipes e ainda para os restantes cidadãos. -----

----- Portanto, esta rede de cidades e vilas, através da prática da atividade pedonal, nomeadamente de uma atividade física que está ao alcance de todos os cidadãos, em qualquer idade e independentemente de qualquer apoio financeiro que tenham, só é de louvar, e o PSD só tem que acompanhar a apresentação e a votação desta proposta e votar favoravelmente. -----

----- Obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Iniciativa Liberal quando analisa esta proposta de adesão do Município de Oeiras à

rede “Cidades e Vilas que Caminham”, o que nós verificámos é: quais são os compromissos assumidos com esta adesão? Ou seja, nós esperamos que com a adesão a este tipo de iniciativa fossem definidos um mínimo de compromissos com conceitos relativos à pedonalização da cidade, à caminhabilidade da cidade, da vila, por exemplo, a pedonalização dos centros históricos ou a limitação de circulação de tráfego. E nós não vemos, nesta proposta, qualquer definição: seja que para aderir o Município tem que cumprir x requisitos nesta área, ou que tem que se comprometer a um, a dois ou a três anos, a chegar a estes objetivos. Existe apenas uma declaração de intenções, de que o Município deve promover práticas neste sentido, o que não compromete o Município de forma nenhuma concreta, compromete apenas de forma financeira, numa quota anual de quatro mil e quinhentos euros, mas em termos de garantir aos munícipes que, de facto, a pedonalidade vai melhorar, não existe qualquer compromisso. -----

-----Isto, parece-nos mais uma declaração de intenções, um clube de chá que depois é obrigado a caminhar muito para gastar todas aquelas calorias, mas que promete muito pouco. Olhemos para o artigo número oito, “Deveres do Município: partilhar os objetivos da rede, promover as ações, destacar uma política e técnica para o acompanhamento dos trabalhos e pagar as anuidades. Condição de participação: pagamento da anuidade”, é só isto. A condição não é ter um Município caminhável, é pagar a anuidade. E isto para nós é muito pouco, não garante nada, em concreto, aos munícipes e devia. Precisávamos de políticas mais concretas e compromissos claros da parte da Câmara Municipal para este tipo de iniciativas não serem só propaganda, ficarem só bonitos e serem só cerimónias de entregas de adesão, como se vê listado, que vai ter direito, se aderir, a uma cerimónia de adesão a esta rede. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Avaliamos hoje a Adesão do Município de Oeiras à Rede de Cidades e Vilas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Caminham. -----
----- Um mero pró-forma já que independentemente da decisão de hoje dos deputados desta Assembleia, o Município já se apressou na divulgação desta adesão nas suas redes sociais, com uma publicação muito fofinha ilustrada com uma foto do Reino Unido. Não tendo sequer aguardado pela decisão da Assembleia Municipal, uma óbvia falta de consideração pelas decisões que aqui são tomadas pelos deputados. Esperamos que não se volte a repetir, já que não é a primeira vez que isto acontece. -----
----- O Grupo Político Evoluir Oeiras é sensível a muitos dos pontos que são referidos na proposta como a descarbonização dos territórios e da sociedade, o reforço das condições, o aumento da segurança na circulação pedonal e viária, a melhoria da qualidade de vida e dos parâmetros de saúde pública, a contribuição para a igualdade de género, a formação e sensibilização de técnicos e da população em geral. O objetivo de garantir melhores condições para quem anda a pé, é um objetivo que nos é muito caro mas verificamos que em Oeiras entre localidades continuamos sem ter passeios, o que inviabiliza a que as pessoas se possam deslocar até em percursos extremamente curtos, porque não têm as condições de segurança para o fazer. Exemplo, quem vive no Murganhal, em Caxias, e apesar de ser muito perto, não tem condições de chegar ao Jamor ou a Queijas a pé. -----
----- O objetivo desta rede é assim positivo, mas parece-nos importante garantir que aderimos a uma rede que traz mais-valias para a mobilidade pedonal e que tem um trabalho reconhecido. Parece-nos, no entanto, de uma insanável contradição que o mesmo movimento político IN-OV que governa o Município e que tem maioria nesta Assembleia, pretenda a adesão a esta rede, ao mesmo tempo que: -----
----- Ignora os constantes alertas de situações concretas de falta de acessibilidade pedonal e ciclável feitas pelo Evoluir Oeiras. -----
----- O mesmo IN-OV que constantemente chumba nesta Assembleia propostas do Evoluir

Oeiras que promovem aquilo que esta rede defende: a abertura dos portões do Parque dos Poetas e de outros parques com horários alargados, a proposta de alargamento de trinta quilómetros/hora em alguns sítios, a proposta de melhor acessibilidade e mobilidade nas escolas de Oeiras etc. A desculpa é sempre a mesma: ou não querem fazer ou já está tudo feito. Vê-se! -----

-----Que seja o mesmo que promove obras e licenciamentos que cortam acessibilidades. Não vamos longe: a própria obra da Assembleia Municipal, aqui no edifício, cortou a acessibilidade pedonal durante sessenta dias no passeio lateral quando nem um carro foi retirado do estacionamento contíguo. -----

-----Na nossa opinião esta é uma adesão que além de ser de um valor mais elevado do que a generalidade de adesões deste tipo e não está devidamente justificado, nos parece uma proposta preocupada com os peões, num Concelho dedicado aos carros e cujo o Executivo nada faz para alterar esta tendência. Na reunião de Câmara já colocamos algumas questões quanto à forma e conteúdo desta proposta e que permanecem por esclarecer:-----

-----Questionámos por exemplo quais as contrapartidas da adesão a esta Rede com uma quota avultada de quatro mil e quinhentos euros? E onde pode ser visto o trabalho desenvolvido por esta associação, já que não consta no seu site? Também não se consegue perceber quem é o grupo de pessoas responsável pela associação que promove a rede que aqui votamos. Na ata da primeira reunião de Câmara, em que esta proposta foi discutida, indica que se trata de uma rede de partilha de conhecimento, com dois congressos, distribuição de boas práticas, seminário “online”, e algumas contrapartidas que ainda têm de ser esmiuçadas. Pois nós consideramos que a adesão devia ser ponderada e esmiuçada antes e não depois. Há que saber a que corresponde exatamente o valor da adesão em contrapartidas para os oeirenses.-----

-----Para nós também é importante garantir que o Município, efetivamente faça este trabalho de garantia da segurança para as pessoas andarem a pé e não que promova uma adesão a uma rede só para dizer muito bem, estamos preocupados. Não pode ser mais uma oportunidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

show-off sem nenhum retorno ou benefício para os oeirenses. -----

----- Quanto à forma: também já indicámos nas duas reuniões de Câmara onde esta proposta foi que: o registo de beneficiários efetivos não está conforme e, portanto, não pode estar no nome apenas de um beneficiário tratando-se de uma associação são no mínimo duas pessoas, e nesta associação sabemos que são três pessoas na direção (portanto, os beneficiários são três). Quanto a isto constam nas atas do técnico responsável, dizer que também lhe restam dúvidas e que lhe assistem e que não conseguia responder. Ou a própria afirmação do Presidente, que diz que: “Não está aqui a referência à composição dos órgãos e que a proposta só deve ir à Assembleia quando realmente tiver toda a informação”, mais uma vez não tem. -----

----- Depois veio o departamento de contencioso tentar explicar que, os estatutos indicam os órgãos (certo, os estatutos indicam os órgãos, mas não indicam quem é que são as pessoas que estão nos órgãos). Também o Registo de Beneficiários Efetivos, o próprio parecer jurídico da Câmara diz que: o RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo) admite que no caso das associações basta um titular para efetuar o registo (certo, basta uma pessoa para efetuar o registo, mas têm que registar todos os beneficiários, não só um). E por isso, como o próprio parecer jurídico indica, os beneficiários das associações são os membros da direção ou então uma pessoa que detenha o poder total, o controlo final, e, obviamente, temos que ter prova disso.-----

----- O Presidente indica que: “Só é remetida a proposta à Assembleia Municipal com toda essa documentação”. Pois, Senhor Presidente, não foi. O RCBE, que consta, é exatamente o mesmo e por isso inválido. Não ter resolvido estas questões pode dar problemas com o Tribunal de Contas no seu visto e por nós que consideramos que podiam ter sido resolvidas, são razões suficientes para votarmos contra. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Deputada Fátima Felipe (PS)** disse o seguinte:-----

----- “A Rede de Cidades e Vilas que Caminham foi lançada em setembro de dois mil e

vinte e dois, resultando de uma parceria entre o Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, com sede na cidade do Porto, e com a Red de Ciudades que Caminan de Espanha, sedeada em Pontevedra, unanimemente considerada como um modelo de mobilidade urbana. -----

-----Esta Rede trabalha tendo como objetivos a humanização e descarbonização dos territórios, o reforço das condições de caminhabilidade, a melhoria do comercio local, o aumento da segurança na circulação pedonal e viária como valorização e melhoria da qualidade de vida, da saúde pública, da igualdade e da inclusão. -----

-----Esta rede, tem em vista a capacitação de candidaturas aos novos fundos estruturais, que versam sobretudo sobre a mobilidade sustentável, através de programas de apoio, nacionais e europeus para o incremento e adaptação do território para caminhantes. -----

-----Mais de quarenta municípios portugueses aderiram já a esta Rede, sendo a última adesão (já neste mês de janeiro) o Município de Palmela. -----

-----Olhando para o território de Oeiras, faz sentido uma parceria que alavanque medidas como a “utilização da rua como espaço de sociabilidade, recuperação da dimensão humana do caminho das escolas, e da transformação sócio urbana dos bairros e lugares.” -----

-----O Partido Socialista deseja que os objetivos desta rede sejam suficientemente inspiradores e auspiciosos para a efetiva promoção e realização de ações concretas no nosso Município, em condições de concorrer ao prémio Nacional das Cidades que Caminham. -----

-----E disse.” -----

-----O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Saúdo na sua pessoa a Mesa, o Executivo, os senhores deputados, quem nos apoia e nos segue em casa. -----

-----Já foi hoje aqui sugerido que, em Algés, em Oeiras ou em Portugal só deveriam de estar as espécies animais e vegetais, como palmeiras, oriundas daqui de Portugal. Se assim fosse,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

teríamos que pôr de parte as batatas, o milho, as palmeiras e os seres humanos, dizem os historiadores que o Homo sapiens vem de África, portanto, deveríamos ir todos para África e deixar a Península aos coelhos (parece-me que são originários da Península Ibérica), aos gafanhotos e à selva. -----

----- Já hoje, foi sugerido aqui que o Estado, quer seja na administração central quer local, deve reduzir, reduzir e reduzir as suas funções. -----

----- Já hoje foi sugerido aqui que a administração, pelo menos local, poder local, deve esperar, esperar e esperar que os deputados se pronunciem e, portanto, deve refrear a sua ação.---

----- Senhora Presidente, não é isso que os oeirenses que votaram no IN-OV massivamente, esperam nem dos deputados que fiscalizam a ação do Executivo, nem do Executivo que apresentou um programa com uma visão de futuro e grande dinamismo. Por isso, na função que nós temos de acompanhar e fiscalizar o Município, cabe-nos, e é isso que esperam os munícipes que votaram em nós, apoiar o Município e dizer: Senhor Presidente está bem, a sua visão foi referendada, vamos para a frente, não podemos perder nem um minuto a favor de todos os cidadãos, dos munícipes de Oeiras e do futuro. -----

----- Disse.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Aqui há uns anos, o Município de Oeiras aderiu à Rede Cidades Educadoras. Não foi o Município de Oeiras que fundou, aderiu. Foi uma adesão à Rede Cidades Educadoras, que já existia. Integravam esse grupo municípios que porventura até estariam mais avançados do que Oeiras, nessa área, outros que estariam mais atrasados, mas todos movidos de uma intenção: fazer melhor e beneficiar da experiência uns dos outros para poderem realmente desenvolver boas práticas na respetiva temática.-----

----- Há poucos dias, fomos convidados, por essa Rede de Cidades Educadoras, a apresentar

o nosso projeto Oeiras Educa, num encontro mundial que vai ser realizado em Curitiba no Brasil.

-----Do que se trata aqui, é de uma rede já existente dos Municípios e Cidades e Vilas que Caminham, e curiosamente há muitos sítios por onde caminhar. Provavelmente, nós já temos aqui no nosso Concelho aquilo que é o espaço onde se juntam mais caminhantes a nível nacional, que é o Passeio Marítimo. O Passeio Marítimo é já hoje um dos grandes centros de caminhantes deste país. Dificilmente se encontra outro espaço que junte tantos caminhantes. Depois temos os percursos da Quinta de Cima do Marquês de Pombal, cento e cinquenta hectares, onde eu cada vez vejo mais caminhantes. Temos a Serra de Carnaxide com trilhos já definidos onde isso mesmo acontece. O Parque dos Poetas é um sítio extraordinário de caminhantes. -----

-----Naturalmente que, no momento em que o Município adere às Cidades e Vilas que Caminham, argumentar que ainda não se caminha bem, ou ainda há determinadas localidades que não estão devidamente ligadas por passeios, ou percursos de ciclovias, etc., é um argumento muito pouquinho (utilizando uma expressão muito cara aí em alguns setores). Na realidade, como diz nos próprios estatutos da Associação e que estão aqui transcritos: “Visa-se reforçar as condições de caminhabilidade na cidade, vila e de mais lugares habitados, melhorem a qualidade de vida urbana, enriqueçam as sociabilidades...”, porque as pessoas também conversam quando estão a caminhar, “... melhorem os parâmetros de saúde pública, universalizem a utilização do espaço público para todos, melhorem o comércio local através de centros comerciais ao ar livre, beneficiem a economia circular, diminuam a emissão de gases poluentes, contribuam para a igualdade de género, incrementem a intermodalidade, aumentem a segurança da circulação pedonal e viária, formem técnicos para abordagem específica transversal, sensibilizem a população para os benefícios da caminhabilidade, colaborem e cooperem com todas as entidades públicas e privadas em várias ações nesta matéria”. Estamos aqui perante objetivos programáticos. O que é que isso quer dizer? Se houve necessidade de constituir uma Rede de Cidades e Vilas que Caminham, é absolutamente para incentivar as responsabilidades das cidades e vilas a criarem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

condições para que mais pessoas caminhem, é programático. E, portanto, é um propósito que todos nós assumimos, é uma responsabilidade que assumimos, que as cidades e vilas assumem no sentido de ir neste sentido. Aliás, devo vos dizer que, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (talvez não saibam, eu irei enviar esses números em breve), Oeiras é dos Municípios onde fazem mais percursos a pé a nível da Área Metropolitana de Lisboa e do país. Onde já há uma percentagem extraordinária de pessoas, vinte ou vinte e cinco por cento, que usam a modalidade de se moverem a pé. -----

----- Não percebo como é que pode haver alguém que se manifeste contra o propósito que o Município aqui manifesta, perante um programa que é o das Cidades e Vilas que Caminham, o Município predispor-se programaticamente a cumprir esse problema, e, portanto, fazer todos os possíveis para melhorar as condições de vida da população exatamente nos moldes propostos por esta rede de cidades que caminham.-----

----- Não estamos a dizer que em Oeiras já somos um paraíso, que as pessoas já podem ir a pé para todo o lado... não estamos a dizer isso. Estamos a construir isso. O programa, por exemplo, de ciclovias, não estamos a cumprir o plano do Bloco de Esquerda, mas estamos a cumprir o programa do IN-OV. Ainda há dias inaugurámos uma ciclovia da Estação de Oeiras à Praia da Torre. Foi consignado há dias, não sei se a obra já começou, um passeio pedonal e ciclovia de Vila Fria a Leceia.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “Já começou? Pronto, já começou...”-----

----- E depois há de ir de Leceia ao Taguspark, e há de ir do Taguspark à Quinta da Fonte, ou ao Lagoas Park e há Quinta da Fonte (à Quinta da Fonte já está e irá ser ligado ao Lagoas Park) e ficará esse circuito ligado. -----

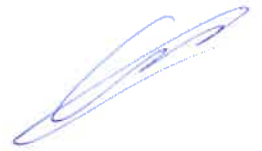
-----Portanto, é um trabalho em construção. De maneira que, a adesão a esta associação visa que, programaticamente o Município se associa neste propósito de criar condições para maior mobilidade para que as pessoas caminhem mais. É isto. Não estamos aqui a dizer que está tudo feito, se estivesse tudo feito, não precisamos de aderir à rede de Cidades e Vilas que Caminham. Estamos, justamente, a reconhecer com humildade, como diria o Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH), que temos um longo caminho à nossa frente para criar condições para que as pessoas deste Concelho caminhem com segurança, com igualdade de género, com diminuição dos gases de efeito estufa, ou seja, andando mais a pé, que façam compras no comércio local... criar todas essas condições de acessibilidade, de mobilidade, etc... -----

-----Como é que pode haver alguém contra este propósito? É uma coisa estranha. Como diz o outro “É preso por ter cão e por não ter”.-----

-----Muito obrigado.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villalobos Freire Caldeira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco José O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com quatro votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 6/2024”**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 1018/2023 – DMOTDU/DOTPU/DPIUM – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e dezoito barra dois mil e vinte e três, a que se refere as deliberações números oitenta e nove e dezoito, das Reuniões da Câmara Municipal realizadas, respetivamente, em seis e vinte e sete de dezembro, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal

Inovar Porto Salvo, e com quatro votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e um do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a adesão do Município de Oeiras à Rede de Cidades e Vilas que Caminham, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, só para informar que entregaremos uma Declaração de Voto escrita. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras é sensível a muitos dos pontos que são referidos na proposta como a descarbonização dos territórios e da sociedade, o reforço das condições e aumento da segurança na circulação pedonal e viária, a melhoria da qualidade de vida e dos parâmetros de saúde pública, a contribuição para a igualdade de género, a formação e sensibilização de técnicos e da população em geral. O objetivo de garantir melhores condições para quem anda a pé, é um objetivo que nos é muito caro e o objetivo desta rede é assim positivo, mas parece-nos importante garantir que aderimos a uma rede que traz mais-valias para a mobilidade pedonal e que tem um trabalho reconhecido. O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a proposta apresentada uma vez que consideramos que não ficaram esclarecidas as dúvidas que apresentámos desde a primeira reunião de Câmara a seis de dezembro de dois mil e vinte e três e apesar de ter sido indicado pelo Presidente Isaltino Morais que a informação seria adicionada à Proposta da Assembleia Municipal, tal não ocorreu e a proposta chegou à Assembleia com as mesmas faltas e incorreções que já tinham sido por nós identificadas nas reuniões de Câmara. Consideramos que não foi devidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecido o trabalho desenvolvido por esta associação e quais as contrapartidas da adesão a esta Rede para os munícipes de Oeiras e que são necessários para compensar a quota de quatro mil e quinhentos euros para esta Associação. Também permaneceu por esclarecer quem é o grupo de pessoas responsável pela Associação que promove a Rede, o que não é de todo aceitável. O registo central de beneficiários efetivos não está válido uma vez que não estão registados os três elementos que constituem a Direção da Associação.”-----

4.5. Apreciação da Proposta CMO N.º 1104/2023 – GMA – relativa ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2023, da Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

----- “Cara Senhora Presidente.-----

----- Relativamente à Municíпия S.A., enquanto Chega, nós compreendemos que enfrenta uma condição financeira precária, e penso que isso é perceptível a todos nós, por meio dos acumulados encaixes financeiros que são efetuados ao longo dos anos. Os resultados trimestrais negativos apresentados no relatório, destacam a fragilidade económica da empresa.-----

----- Surge uma inquietação em relação à celeridade do processo de auditoria em curso e à subsequente entrega do relatório, um componente essencial para uma compreensão abrangente da gestão da empresa, especialmente em suas interações com o Município de Oeiras.-----

----- A busca pela transparência e entendimento, tanto no âmbito financeiro quanto operacional, é premente, considerando que as empresas não são meramente entidades abstratas, mas empregam pessoas, friso pessoas, cujas vidas estão intrinsecamente vinculadas ao êxito empresarial.-----

----- Na expectativa por informações detalhadas provenientes da auditoria, emerge uma questão: como equilibrar a urgência de compreender a situação financeira imediata da Municíпия,

com a necessidade de uma análise minuciosa, que sustente decisões estratégicas mais robustas à ata? -----

-----A resposta a essa indagação torna-se essencial para orientar ações que assegurem a sustentabilidade e a progressão da Município no atual cenário económico. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Este é um relatório do terceiro trimestre e vamos esperar pelo quarto trimestre e Relatório de Atividades e Contas bem como da auditoria em curso, para fazer uma melhor avaliação e mais consequente. -----

-----Mesmo assim, referimos que foram iniciados projetos, concluíram-se vários e deram-se continuidade a outros. Apesar disso, verifica-se uma desaceleração ao longo dos trimestres do ano dois mil e vinte e três, quer em termos de número, quer em termos de valores, tanto nas propostas apresentadas como nas adjudicadas. -----

-----Uma das dúvidas que surge é que, aparece um número relativamente às propostas apresentadas e depois das propostas adjudicadas, ora, parece-me a mim que esse número deveria ser as propostas apresentadas, e das propostas apresentadas haveria um certo número de propostas adjudicadas, mas a apresentação vem de outra forma. -----

-----De qualquer forma, parece haver uma melhoria no terceiro trimestre de dois mil e vinte e três, face a dois mil e vinte e dois. Contudo, neste trimestre, o valor dos rendimentos não foi suficiente para cobrir o valor dos gastos, representando um agravamento dos valores negativos de duzentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e três setenta e cinco, face ao período homólogo que foi de duzentos e onze mil zero quarenta e sete euros. -----

-----No seguimento das intervenções anteriores do PS sobre a Município e a sua atividade, gostaríamos de questionar da oportunidade de fazer o cadastro do Município de Oeiras, que já tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alguns anos, à semelhança do que a Município tem feito para outros municípios no Algarve. E que esse cadastro fosse em três D. E a oportunidade e a necessidade da Município poder fazer a monitorização das infraestruturas enterradas, nomeadamente o saneamento. Claro que têm de ser salvaguardadas as questões da contratação pública, contudo, o facto de Oeiras ter uma maior percentagem no capital da Município, também lhe dá essa responsabilidade de, face às necessidades, dar viabilidade a esta empresa e concretizar projetos urgentes necessários e úteis.--

----- Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Ora bem, sobre a Município já muito foi dito.-----

----- Neste relatório em particular, eu gostava de sublinhar três aspetos que estão presentes nas próprias palavras dos signatários, do sumário executivo do relatório, e que me parecem de algum modo importantes. Muito do trabalho que está a ser feito pela Município, está a ser feito para territórios que não são Oeiras: Grândola, o Porto de Leixões, reabilitação da linha do Douro, linha do Alentejo, a plataforma de compras públicas a trabalhar com várias entidades e vários municípios... e quando vemos, até na descrição detalhada daquilo que são os rendimentos operacionais da Município, é discriminado aquilo que é o contributo da Câmara Municipal de Oeiras, e vemos que o contributo é zero. Ao mesmo tempo, no relatório é indicado que parte significativa do mercado em que a Município atua está em processos recorrentes de conflito jurídico e que põem em causa o desenvolvimento da atividade destas empresas e, no fundo, o que está aqui em causa é a própria capacidade do sistema que temos instalado em Portugal de dar resposta àquilo que são as encomendas e as necessidades na área de atuação da Município. -----

----- Portanto, a questão que aqui coloco é: sabendo-se já, que é que há questões financeiras que amiúde vêm à tona, como é que o Município de Oeiras, sendo parte mais do que interessada na sua composição e no seu sucesso, como é que poderá fazer parte de um conjunto de encomendas

que são do interesse certamente da própria Câmara Municipal (ainda há pouco tempo, aprovámos aqui em Assembleia o Plano de Atividades e o Orçamento para dois mil e vinte e quatro, em que havia uma componente grande relativamente às cidades inteligentes, a sistemas de informação geográfica, contratação e prestação de serviços nessas áreas), perceber se a Município está, ou não, a ser envolvida nesse esforço ou nessa encomenda que certamente terá de ser feita, porque corresponde certamente a necessidades prementes do Município nesta área? -----

-----Isto, para além de outras questões que já temos vindo a colocar, da defesa e valorização do capital humano e tecnológico que a Município tem vindo a acumular ao longo dos anos e que, naturalmente, serão objeto de outras discussões mais alongadas. -----

-----Mas especificamente sobre este relatório, há estes pontos que não gostaríamos de deixar passar porque, de facto, há aqui um processo em que aparentemente a Câmara de Oeiras se tem vindo a afastar desta empresa, que foi muito acarinhada e ainda bem, e deveria voltar a ser. -

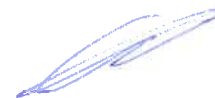
-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Esta proposta no seu corpo relembra-nos nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade designadamente das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local. -----

-----Ora, acompanhamos certamente com toda a atenção, esta proposta de deliberação, mas, contudo, sem surpresas. Constatamos que no terceiro trimestre de dois mil e vinte e três, o valor dos rendimentos da Município não foi suficiente para cobrir o valor dos gastos, apresentando um valor negativo de cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros, representando um agravamento em valores negativos de cerca de duzentos e quarenta e quatro mil euros face ao período homólogo anterior.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No ano de dois mil e vinte e três, a empresa apresentou resultados líquidos trimestrais negativos, sendo que neste período, o resultado líquido agravou-se. Quanto à eficiência operacional da empresa, os indicadores de atividade que medem a capacidade de gerar recursos a partir do seu desempenho operacional, apresentaram-se também negativos. -----

----- Assim perguntamos: vamos apreciar o quê? A Municíпия continua a dar prejuízos, para que nos entendam obviamente lá em casa. -----

----- Aguardemos por isso que a auditoria que o Executivo diz estar a ser levada a cabo chegue a esta Casa. Até lá, é mais do mesmo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, bom ano a todos. ----

----- Costuma dizer-se “Ano Novo, Vida Nova”, mas nós aqui na Assembleia Municipal de Oeiras, ano novo e continuamos na mesma. Continuamos a falar da Municíпия, continuamos a receber relatórios trimestrais da Municíпия com resultados líquidos negativos (pode suspirar à vontade, Senhor Vice-Presidente, não deixa de ser verdade), continuamos aqui a falar das várias questões da Municíпия, o Senhor Deputado João Santos da CDU usou uma expressão que eu achei curiosa e que eu percebo porque é que ele a usou: que há questões financeiras na Municíпия que volta e meia vêm à tona. Mas isto não são questões financeiras que vêm à tona, isto é um icebergue gigante que de três em três meses aparece aqui, e que nós vamos aqui tentando expor as várias questões que estão no relatório. Agradeço muito aos senhores deputados que fizeram várias perguntas pertinentes. Geralmente o Senhor Presidente responde a resposta que tem respondido nas últimas vezes que isto tem acontecido: Há uma auditoria em curso, enquanto a auditoria decorre não vale a pena continuamos a falar, os senhores deputados não sei quê, por favor... compreendam... E eu espero ter estado enganado no início da minha intervenção e que seja mesmo

“Ano Novo, Vida Nova”, e que o Senhor Presidente dê aqui, finalmente, o cabal esclarecimento e que saque da auditoria do bolso, que há tanto tempo que estamos à espera. Não estou a contar muito com isso, mas acho que o único desenvolvimento que pode haver em relação aqui aos nossos trabalhos em relação à Municíпия, é qualquer coisa desse género, porque senão continuamos aqui alegremente a caminhar na mesma direção e com um problema que a única coisa que está a ser feita é ser “empurrado com a barriga”. Eu começo a perceber os muitos elogios do Senhor Presidente ao Senhor Primeiro-Ministro António Costa, todos com as suas qualidades e defeitos, um defeito que parecem ter em comum, é gostar de “empurrar problemas com a barriga”. E estamos aqui a ver isto com a Municíпия. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----“Ano Novo Vida Nova”. Mas a lei é para respeitar sempre. De maneira que, há formalidades que nós vamos ter que continuar a cumprir, temos que continuar a apresentar relatórios trimestrais das empresas, os senhores deputados vão ter que os apreciar e apreciam-nos livremente, da maneira que entendem. De maneira que também “Tudo como antes no quartel em Abrantes”, do lado do Evoluir. Eu estava à espera de um discurso novo, mas é um discurso velho, exatamente o mesmo de dois mil e vinte e três. E, portanto, a criatividade realmente não abunda.

-----Gostaria também de vos dizer o seguinte, é claro que se porventura não houvesse regras de contratação pública como as atuais (mas aí está, elas existem), a Câmara Municipal poderia fazer contratos “in House” com a Municíпия, mas atualmente a lei não permite. O que quer dizer que a Municíпия está para a Câmara Municipal como qualquer outra empresa. De maneira que há trabalhos de cartografia, de informação geográfica, etc., que a Câmara Municipal adjudica, e com pena minha não pode ser a Municíпия, porque a concorrência apresenta, eventualmente, melhores propostas. Isto para dizer que não há nenhum, nem pode haver nenhum favorecimento da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em relação à Municípia.-----

----- Naturalmente, que qualquer evolução, ou qualquer proposta da Câmara Municipal relativamente à Municípia, ela só pode decorrer daquilo que forem as recomendações da auditoria que está em curso. E, portanto, não estavam à espera que eu dissesse outra coisa, aguardamos que a auditoria termine. -----

----- Como calculam, quando se diz que se “empurra com a barriga”, vejo que há muita gente que gosta de “empurrar com a barriga”. Agora, provavelmente aqueles que não respeitam a lei e que têm uma visão maniqueísta da sociedade e da lei, obviamente que a auditoria não serviria para nada. Inventava-se uma auditoria e pronto, mas em Democracia não é assim, em Democracia há regras. - -----

----- Portanto, está a decorrer uma auditoria, a auditoria vai ter resultados e esses resultados serão apresentados à Câmara e à Assembleia Municipal, e só nessa altura é que nós podemos ver o que é que vamos fazer em relação à empresa. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu registo o apelo à criatividade que o Senhor Presidente faz das intervenções dos senhores deputados municipais, mas quer dizer, se não há desenvolvimentos há muitos meses em relação a este assunto, e nós já os constatámos uma, duas, três, vinte vezes, quer dizer, eu registo o apelo à criatividade mas não há grande coisa de diferente que nós possamos dizer quando não há grande coisa de diferente a acontecer. -----

----- Já sugerimos que viesse cá alguém da Municípia, como vem de outras empresas, a prestar esclarecimentos, eventualmente até pudesse falar alguma coisa da auditoria, não sei o que é que poderia ser falado ou não..., mas Senhor Presidente, se as coisas continuam na mesma há muito tempo, há tempo demais, naquilo que é o nosso entender. O Senhor Presidente deu

exatamente a resposta que eu disse que ia dar, era bastante previsível, não era uma aposta muito arriscada da minha parte. Nós vamos continuar a fazer estas perguntas, como o Senhor Presidente disse e bem, o Senhor Presidente vai continuar a dar a mesma resposta... mas, enquanto isso está a acontecer, continuamos a ter uma empresa que tem os seus problemas, continuamos a ter trabalhadores da Municíпия cujas valências podiam estar a ser mais bem aproveitadas, melhor aproveitadas, e continuamos aqui neste rame-rame. Virou o ano, mas esta situação em relação à Municíпия continua na mesma. -----

-----Eu gostava de ver um bocadinho mais de criatividade era do Senhor Presidente, porque nós, como o Senhor Presidente gosta tanto de lembrar, estamos na oposição, somos minoria, não temos capacidade para impor o nosso programa, como o Senhor Presidente gosta tantas vezes de “abandar esse papão”, quem tem capacidade para fazer isso é o Senhor Presidente, mas o Senhor Presidente em relação a isto não faz nem uma coisa, nem outra, nem o seu contrário, estamos quietos à espera, não sei muito bem do quê. E pelos vistos, pelas respostas que o Senhor Presidente aqui insiste em dar, vamos continuar à espera e alegremente, e pode ser que um dia aconteça qualquer coisa boa ou má, logo se vê. -----

-----Obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Era só para lembrar, porque há pessoas a seguir-nos em casa, que a Municíпия é uma empresa na qual o Município de Oeiras tem menos de vinte por cento de participação...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“... Não tem? Tem sessenta?... Peço desculpa, mas de qualquer forma a minha intervenção serviu para esclarecer também quem está em casa a seguir-nos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- De facto, a participação é de sessenta por cento, o que é bastante alta.-----

----- O que o Senhor Presidente colocou como resposta à questão da contratação pública é verdade, mas também é verdade que, há instrumentos como contratos-programa que podem permitir encontrar alternativas à contratação pública convencional. E parece-nos que podia ser um caminho interessante a explorar.”-----

----- **APRECIADA**-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1120/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Constituição de Direito de Superfície – Novo Quartel dos Bombeiros de Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Relativamente a esta proposta, o PSD irá votar favoravelmente, porque é uma proposta, de facto, meritória. A construção do novo quartel dos bombeiros de Oeiras já peca por tardia, porque, de facto, o edifício antigo não estava situado nas melhores condições em termos de território logístico para que os bombeiros pudessem prestar todo o apoio de socorro aos cidadãos nas condições e na segurança que se exige e que requer. E, portanto, relativamente à Constituição de Direito de Superfície, o PSD nada tem a opôr e só tem de louvar a construção do novo quartel.

----- O PSD só queria deixar aqui uma pequena preocupação, partilhar aqui uma pequena preocupação, que tem a ver com as obras que vão ser necessárias fazer no antigo edifício do quartel dos bombeiros no centro da vila, antes de haver a passagem da sede da União da Junta de Freguesia de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias para essas instalações na Vila. E é uma preocupação que foi transmitida pelos oeirenses e também pelos comerciantes da Vila, porque existe algum receio

que... Já foi comunicado pelo Senhor Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, que a passagem dos serviços da Câmara Municipal para o novo edifício, para o Forum, terá lugar ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco, sensivelmente, a inauguração e depois a passagem dos edifícios, que significa que, nessa altura o centro da Vila ficará, de facto, sem serviços... a população não terá serviços básicos de acesso em termos administrativos. Portanto, existe alguma preocupação que possa haver um vazio, em termos da Vila, para o comércio e para os cidadãos de acesso a serviços. E, assim sendo, o que seria de louvar, era que as obras no antigo quartel dos bombeiros situado no centro da Vila, e que neste momento está desocupado, pudessem ocorrer com a maior brevidade possível para assim a União de Freguesias, já em dois mil e vinte e cinco, poder ocupar este local. E assim, sendo, quando houver a saída dos serviços da Câmara, a população não ficar desprovida de serviços administrativos básicos.-----

-----É só esta a preocupação do PSD, que não podia deixar aqui de a salientar. -----

-----Quanto ao demais, irá votar favoravelmente esta proposta, como é obvio.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Naturalmente que o Partido Socialista saúda o conteúdo desta proposta e a solução encontrada em relação ao direito de superfície do novo quartel dos bombeiros de Oeiras. Querendo, no entanto, fazer um reparo, que não é um reparo propriamente relativo a esta proposta, mas é um reparo relativo a todas as propostas que têm a ver com a aquisição de terrenos, cedências de direitos de superfície, permutas, passagens de direito público para o direito privado da Câmara, etc., que tem a ver com a ausência sistemática da planta com as coordenadas cartográficas dos terrenos. Não basta fazer nos anexos a informação de qual é a matriz, qual é o artigo, porque nós não vamos conferir as matrizes, os artigos, nem muitas vezes as confrontações não nos ajudam a ter noção exata do terreno que está em causa.... O Senhor Vereador está a dizer assim com a cabeça, mas sabe bem que é assim, as regras são estas, a cartografia devia constar com as respetivas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

coordenadas para que todos nós tivéssemos total consciência do que é que estamos a votar. -----

----- Como digo, não é uma questão desta proposta, é transversal a muitas, não é habitual a Câmara fazer isso e deveria ser habitual a Câmara fazer isso. -----

----- Nós estamos a falar da constituição do direito de superfície para o novo quartel, e, portanto, aqui não se fala, se calhar não teria que falar, mas a questão que se coloca é perguntar: qual é o negócio (negócio no bom sentido, atenção, a palavra não tem nada de negativo) que está em relação ao antigo edifício dos bombeiros? Também é uma cedência por cinquenta anos? Também tem uma renda igual? É porque aqui não se fala nisso, se calhar não tem que falar mas, de facto, é uma questão que nós gostaríamos de perceber, porque sabemos que há um conjunto de ideias, acho que ainda não há um programa funcional totalmente definido (que eu saiba) para a requalificação da área do centro da Vila, onde estavam os bombeiros. Mas valeria a pena também percebermos o que é que está pensado relativamente a essa questão. -----

----- E, finalmente, a talhe de foice, eu gostava de perguntar à Câmara e ao Senhor Presidente, nomeadamente, o que é que está pensado relativamente aos dois quartéis de bombeiros que se afiguram como os mais desqualificados, com piores acessos, nomeadamente, Linda-a-Pastora e Barcarena?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Da parte da Senhora Deputada Glória Sarmento (PSD), as questões sobre as obras no antigo quartel e os serviços da Vila, bom, estamos a fazer todos os possíveis para que as obras no antigo quartel se realizem rapidamente. -----

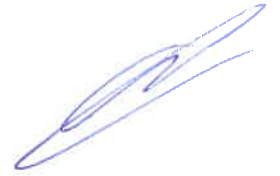
----- Como é sabido, é a União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias que irá ficar instalada naquele edifício. O programa funcional está pronto, o projeto está em execução, e eu estou certo... não digo que estejam prontas durante este mandato, mas estarão muito adiantadas

ainda este mandato. O ideal seria que a freguesia em dois mil e vinte e cinco mudasse... Aliás, a Senhora Presidente da União de Freguesias até já me comunicou que quer ela fazer as obras e da parte da Câmara Municipal estamos de acordo (quer fazer as obras na parte da freguesia), desde que o projeto esteja pronto. O projeto está em execução no DPRU, e realmente o que está previsto... há já um programa, respondendo à questão que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu, há um programa funcional para todo o edifício: uma parte é ocupada pela freguesia, haverá uma parte, no rés de chão, que pretende-se fazer comércio, eventualmente, restauração para dar mais animação ali àquela zona, e há uma outra parte, designadamente onde é o auditório, que se pretende entre outras coisas, recuperar aquele auditório, que é um auditório muito bonito, não é um auditório grande, mas é um auditório muito interessante. E pretende-se instalar ali, aquilo que designamos de Círculo da Arquitetura que, como sabem, está a funcionar no Dafundo, por cima das instalações da freguesia, mas tem um problema de acessibilidade pela Rua Sacadura Cabral, portanto, tem dois degraus e é realmente muito difícil o acesso. Iremos encontrar um outro destino para esse espaço e o Círculo de Arquitetura passará a funcionar aqui neste edifício. -----

-----Se tudo correr bem, pode ser que até ao fim do mandato, as obras estejam concluídas.

-----Relativamente a serviços, etc... bom, eu lembro que, ao contrário do que aquilo que alguns podem pretender fazer crer, a Vila vai ter mais movimento. Porque as instalações atualmente ocupadas pela Câmara Municipal serão ocupadas com outras atividades e o Palácio Marquês de Pombal irá ser um centro cultural, que terá, com certeza, uma animação significativa, por onde passará muito mais gente do que aquela em que se traduz na permanência de funcionários dentro do Palácio. Portanto, o objetivo é desenvolver ali um centro cultural na área das Ciências da Vida, que estamos a crer que poderá trazer milhares de pessoas, de visitantes, ali àquela zona.

----- Em relação ao antigo quartel.... Bom, como sabem haveria muitas maneiras de fazer um novo quartel. Já tivemos várias modalidades: ou a Câmara Municipal cedia, em propriedade plena, o terreno aos bombeiros ou a uma associação qualquer (nesse aspeto é tudo idêntico), uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

associação cultural ou desportiva, e depois atribuía subsídios e a respetiva entidade fazia a obra e a propriedade era plena da instituição. A outra hipótese era realmente atribuir o direito de superfície, criando o direito de superfície previamente à construção, e depois a entidade faz as obras e a Câmara Municipal, nestas circunstâncias, atribuía um subsídio e eventualmente a coisa estaria resolvido do ponto de vista formal. Acontece que, neste caso, o que se verificou foi que antes da atribuição do direito de superfície a Câmara Municipal realizou a obra. Definiu que aquele terreno era para o quartel, elaborou o projeto, avançou com a obra e, portanto, a obra é municipal. Por isso agora o problema da entrega da obra aos bombeiros. -----

----- Obviamente, que não há qualquer razão, nem poderia haver, de uma entidade como os bombeiros ter qualquer desconfiança da Câmara Municipal, até porque se uma associação de bombeiros por qualquer razão é extinta, o património desses bombeiros reverte para a Câmara Municipal, portanto, é assim. Acontece que os bombeiros de Oeiras eram proprietários do edifício e do terreno onde estavam instalados e, portanto, a Câmara Municipal ao fazer o novo quartel, naturalmente que vai receber o quartel velho, faz todo o sentido, porque o investimento é na totalidade do Município. Acontece que, os bombeiros não quiseram entregar o quartel velho à Câmara Municipal, fazendo, digamos uma doação. E a Câmara Municipal mantinha digamos, o quartel e fazia um contrato de cedência, ou um comodato, por exemplo, por noventa anos aos bombeiros. Os bombeiros fundados ou estribados, numa deliberação que teriam tomado em dois mil e catorze ou dois mil e quinze, em que diziam que era uma permuta entre um e o outro e em propriedade plena, segundo eles. Acontece que o Tribunal de Contas, não ia permitir este tipo de permuta, e, portanto, encontrou-se uma solução: a Câmara Municipal cede em direito de superfície o quartel novo e os bombeiros cedem em direito de superfície o quartel velho, exatamente nas mesmas circunstâncias. E porquê? Porque há uma diferença de valores, enquanto que o quartel novo vale seis milhões de euros, o quartel velho não chega a um milhão (são setecentos ou oitocentos mil euros). E, portanto, é óbvio que, numa permuta normal, o Tribunal de Contas ia

dizer que havia aqui um desajustamento, porque o Tribunal de Contas não olha ao facto de os bombeiros serem de interesse público, de serem uma associação financiada pela Câmara Municipal, etc. Portanto, de acordo com aquilo que é a disposição da lei relativamente a esta matéria, a Câmara cede direito de superfície, eles cedem direito de superfície.-----

-----Já foi, ou vai à Câmara Municipal uma proposta de deliberação (já foi) que virá aqui à Assembleia Municipal em breve, relativamente ao inverso disto: o direito de superfície dos antigos bombeiros à Câmara Municipal...”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Não vem cá porque não precisa.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** questionou o seguinte:-----

-----“Não precisa de vir cá?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

-----“Não, porque engrandece o Município.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“...pronto, então é isso.”-----

-----Quanto aos quartéis de Linda-a-Pastora e de Barcarena, eu devo vos dizer que, provavelmente há poucos municípios, com a dimensão do de Oeiras, onde houve uma programação planeada como aqui. Porque, nos anos noventa foi feito o planeamento da construção de novos quartéis no nosso Concelho e ficou então decidido que o primeiro era Algés, que estava em início de construção nessa altura, que o segundo quartel seria o de Carnaxide, todos se lembram em que condições é que estava o quartel de Carnaxide (basta olhar para as instalações antigas e ver o que eram), o quartel do Dafundo, que também estava numas condições muito difíceis, depois o de Paço de Arcos e finalmente seria o de Oeiras, porque o de Oeiras era o melhor quartel na época. E esse planeamento foi respeitado.-----

-----Pelo meio, estava previsto o de Linda-a-Pastora.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em Barcarena foram feitas obras de ampliação, que foi aquilo que na altura, os próprios bombeiros de Barcarena consideraram necessário, e foi feito aquele grande pavilhão, que é o parque de viaturas e um excelente ginásio em cima. E foi possível abandonarem as instalações que tinham no largo da Junta de Freguesia, onde, aliás, vai funcionar, em breve, a Assembleia de Freguesia de Barcarena e uma área de formação para os próprios bombeiros. O projeto também está em curso e em breve serão feitas essas obras. -----

----- O Quartel de Linda-a-Pastora, do mesmo modo foi ampliado e dá-se a circunstância que o de Linda-a-Pastora e de Barcarena correspondiam à necessidade de ampliação que, na época foi feita. O Quartel de Linda-a-Pastora não avançou porque os bombeiros, a Associação se recusou na altura aceitar a construção do novo quartel no terreno que estava destinado e que era na encosta de Linda-a-Pastora/ Queijas. Isto porque pretendiam que se construísse mesmo em Linda-a-Pastora. Ora, em Linda-a-Pastora não há terreno, só se construísse em cima da autoestrada, em cima da ACinco. E, portanto, durante vários anos, realmente, os Bombeiros de Linda-a-Pastora não aceitaram essa solução.-----

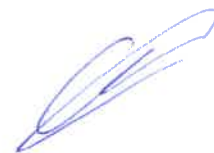
----- Das conversas que tive com eles ultimamente, e uma vez construído o Quartel de Oeiras, penso que a programação que irá ser feita será, com certeza, o novo Quartel de Linda-a-Pastora. Parece haver já predisposição para aceitar o terreno que fica ao lado da Escola Cesário Verde, em Queijas, na encosta de Linda-a-Pastora e depois iremos analisar Barcarena. Sendo certo que Barcarena em relação às necessidades do quartel corresponde às necessidades e, portanto, poderá ser melhorado essencialmente... ter melhores condições, naturalmente, porque mesmo a parte nova já foi construída há trinta anos ou vinte e cinco e, portanto, é natural que precise de ser remodelado. Portanto, a ordem cronológica será: Linda-a-Pastora e Barcarena. Isso também está previsto.” - -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem, vamos, portanto, passar à votação.” -----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 7/2024**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 1120/2023 – DMAG/DFP/DP – CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e vinte barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de dezembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, autorizar a constituição de um direito de superfície sobre o prédio urbano, com aproximadamente seis mil trezentos e catorze vírgula oitenta e cinco metros quadrados, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número seis mil cento e vinte e oito, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na matriz da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sob o artigo sete mil quatrocentos e oitenta e cinco, correspondendo ao Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, a favor da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oeiras, tendo em vista a instalação naquele prédio do Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.7. Apreciação da Proposta CMO N.º 1130/2023 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Relatório de Benefícios Fiscais Concedidos durante o ano de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte: -----

-----“Deste Relatório dos Benefícios Fiscais concedidos durante dois mil e vinte e três destacamos que apenas trinta e três casas cumpriram os requisitos para terem benefícios fiscais, por estarem arrendadas com rendas acessíveis. -----

-----Na redução por eficiência energética, apenas três pedidos, ou seja, praticamente nada.

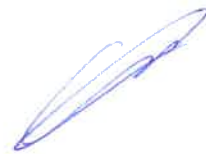
-----Achamos que a Câmara deveria investir mais em divulgação e apoio ao munícipe nesta área, como, aliás, já propusemos nesta Assembleia e foi aprovado. Obrigada.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A primeira nota que eu queria aqui deixar, ou nós queremos aqui deixar, tem a ver com o facto de o Regulamento novecentos e catorze de dois mil e vinte e três ter dado origem a este Relatório, que nos parece muito claro, preciso, conciso e que identifica, efetivamente, aquilo que esta Assembleia Municipal aprovou quando aqui veio a Proposta de Regulamento dos Benefícios Fiscais aplicáveis a impostos do Município de Oeiras. -----

-----O Relatório suscita-nos dúvidas idênticas às suscitadas pela Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), quer em relação às trinta e três candidaturas à minoração de vinte por cento para prédios urbanos arrendados, mas, sobretudo, os apenas três pedidos para prédios, com eficiência energética. Não conseguimos perceber e gostávamos de ser esclarecidos relativamente a esta matéria, da razão por ninguém ou só três pessoas ou três proprietários terem concorrido às questões relacionadas com a eficiência energética. O que é que se passa? É o grau de exigência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

excessivamente elevado? Há algum condicionante do ponto de vista da elegibilidade que faça com que haja tão pouca gente que esteja em condições de concorrer a este benefício? Estas questões parecem-nos que são extraordinariamente importantes, por um lado porque acho que seria salutar que o Município potenciasse o arrendamento das habitações que estão fechadas e, portanto, que daí adviesse o maior número de candidaturas. Por outro lado, porque sendo a eficiência energética uma prioridade que temos no nosso horizonte próximo, o que é que, de facto, impossibilita que não haja centenas de candidaturas a este Programa de Eficiência Energética que seguramente, melhoraria os rankings do Concelho, a nossa qualidade de vida, a qualidade do ar, etc.? -----

----- Portanto, dar os parabéns aos serviços municipais pela elaboração do Relatório e parece-nos que estas questões deviam ter uma explicação que nos permitisse perceber de que forma é que o Executivo Municipal poderia, eventualmente, avançar com novas prerrogativas, novas regras etc., ao nível do Regulamento dos Benefícios Fiscais para que eles tivessem eficácia externa, concreta e que contribuíssem, de facto, para aquilo que são os objetivos que é, repovoar os centros históricos, aumentar a nossa eficiência energética do edificado, que nos parece que são essas as questões essenciais que estão aqui em causa. Muito obrigado.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós temos duas questões: -----

----- A primeira vai no mesmo sentido daquilo que a Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) e agora o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiram, que tem a ver com o número de benefícios fiscais que foi atribuído em algumas destas tipologias. Nesse sentido, vemos aqui já que este Relatório é muito útil, porque permite-nos ter uma fotografia da realidade e nos permite ver aqui a diferença que existe entre os benefícios fiscais que são atribuídos passivamente, digamos assim. Por exemplo, na isenção da Derrama, basta uma empresa ter um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros obtém imediatamente o benefício fiscal por oposição de benefícios fiscais de outro tipo, onde é preciso mais burocracia, digamos assim, onde é preciso

fazer um requerimento, preencher mais requisitos, entregar documentação, etc. Vemos aqui que há uma diferença muito grande entre o número de benefícios que é atribuído num dos casos por comparação com o outro. E era importante, tendo em conta estes dados, o Executivo e o Município perceberem, percebermos todos, porque é que isto está a acontecer. Se é uma excessiva carga burocrática, e pode não haver grande coisa a fazer porque alguma dela, eventualmente, será por força legal, outra talvez a Câmara possa atenuar e talvez isso contribua para aumentar o número de pessoas que usufruem destes benefícios fiscais. -----

-----Por outro lado, se não fará sentido investir mais na divulgação destes benefícios fiscais, porque, e aqui nem sequer está em causa se nós concordamos com estes benefícios fiscais ou não, eles são os que estão em vigor, são os do programa que ganhou as eleições, como gostam, tantas vezes de apregoar. Portanto, acho que era importante, tendo isso em conta, tentarem que estes benefícios chegassem ao maior número de pessoas possível. Até porque depois nós tendo estes dados já não vai colar tão bem a conversa de “Oeiras à frente nos benefícios fiscais”, “nós damos muitos benefícios fiscais”, “apoiamos as famílias” e depois vai-se a ver e, afinal para a eficiência energética vão três apoios no valor de duzentos e quarenta e um euros. Fica bonito no papel, mas quando temos acesso aos números, vê-se que há muito caminho para andar e, portanto, esta era a primeira nota. -----

-----A segunda nota: queria dizer que é bom estarmos a discutir um Relatório referente a dois mil e vinte e três em janeiro de dois mil e vinte e quatro, mas por força das circunstâncias, estamos a discuti-lo com base em estimativas de valores do ano de dois mil e vinte e dois e, portanto, seria bom, eventualmente, deixar à vossa consideração, fazermos aqui a reflexão se não seria útil, para termos uma estimativa ainda mais precisa da realidade, uma fotografia ainda mais precisa daquela que é a realidade nesta matéria e que este Relatório fosse atualizado quando saíssem números oficiais para dois mil e vinte e três que nos permitissem ter uma imagem com uma precisão ainda mais fina, daquela que é a realidade e daquela que foi a realidade em dois mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e vinte e três da atribuição destes benefícios fiscais. Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Quem ouça as intervenções que foram aqui feitas dá a sensação de que esta é a política fiscal que o Executivo tem, que o Município tem. Eu, obviamente, concordo com a importância que o Relatório que aqui nos foi apresentado tem, com a transparência que encerra, no sentido de tornar óbvias, aquilo que para nós já era óbvio ao termos aprovado estes benefícios aqui nesta Assembleia, mas que depois em termos práticos, não temos a exata noção das consequências que têm na vida, quer das empresas, quer das pessoas e nessa medida, este Relatório é, obviamente, importante. -----

----- Penso que o importante é, e de certa maneira concordo com aquilo que aqui foi dito, dar a maior amplitude possível à informação no sentido de que isto não seja algo fechado, algo que, apesar de estar aprovado, não é de acesso fácil também por parte das pessoas ou das empresas. Julgo que não é isso que acontece. Aliás, há aqui alguns casos onde se verifica que a aplicação dos benefícios fiscais é ampla. De facto, há dois ou três casos onde a perspetiva era de que fosse mais ampla, maior e que beneficiasse um conjunto mais largo de pessoas. -----

----- Mas, eu quero e queria aqui chamar a atenção para que este estatuto dos benefícios ou este conjunto de benefícios fiscais que são concedidos, são concedidos em cima da política fiscal que o Município desenvolve, ou seja, parece que estamos, quem olha para isto de uma forma isolada, parece que é este o único esforço que o Executivo Municipal faz e não é. Não é, sabemos nós, o que é que a Câmara prescinde de receita fiscal quando aprova as taxas que aprova, designadamente em muitos casos, as taxas mais baixas que há no país. -----

----- Há uma predisposição da Câmara Municipal para, e isso sim é um efetivo benefício fiscal, é um benefício fiscal que é prestado ou que é dado a toda a população de acordo, obviamente, com a incidência de cada um dos impostos, mas é um esforço enorme e eu não me canso de referir aqui, porque, como digo o benefício fiscal não se traduz nos setecentos e oitenta

e sete mil euros que é a soma dos benefícios que aqui estão. O benefício fiscal que a Câmara Municipal transporta para as empresas e para os munícipes é de larguíssimas dezenas de milhões de euros por ano. -----

-----O facto de não tributar as taxas mais pesadas é, em si mesmo, um benefício fiscal que concede. Eu acho que era importante referir este aspeto, porque quem olhar isto só do ponto de vista deste Relatório que aqui tem, não fica com a noção exata daquilo que o Município tem feito ao longo de tantos anos em prol dos contribuintes aqui em Oeiras, sejam eles particulares ou coletivos. -- -----

-----Portanto, esta nota fica dada e saudando, como é evidente, a informação que nos é prestada que é, obviamente, muito útil e que faz eco das nossas preocupações aqui quando aprovamos no final de cada ano as taxas para o exercício que vem a seguir. Muito obrigado.” ----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Também nós salientamos a importância deste Relatório que chega a esta casa no dia de hoje, aqui apreciámos e algumas das nossas questões foram já colocadas pelos grupos políticos que me antecederam e há aqui uma questão que eu gostaria de colocar, uma vez que alguns dos números que este Relatório nos traz, são números que nos deixam algumas interrogações. Portanto, perguntar ao Senhor Presidente se, de facto, estes incentivos relacionados com a reabilitação urbana, este número diminuto de incentivos solicitados se terá a ver, eventualmente, com a burocracia do processo que antecede a concessão destes incentivos. Muito obrigada.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente, eu pedi de novo a palavra por causa da intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), que consigo concordar genericamente, mas eu acho que ele foi um bocadinho longe demais quando diz que a política fiscal que a Câmara definiu dentro das balizas fiscais definidas por lei, é em si só um benefício fiscal, uma série de benefícios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fiscais. O que não é verdade. São as opções de política fiscal da Câmara que podemos concordar ou discordar, isso não me parece que seja necessariamente aqui chamado para este Relatório, mas da qual os benefícios fiscais que estão aqui contemplados, esses assim, neste Relatório, e esses sim benefícios fiscais, onde estes benefícios fiscais se incluem. Agora querer fazer passar toda a política da Câmara necessariamente por benefícios fiscais não me parece tecnicamente correto. --

----- E é claro Senhor Deputado, nós sabemos que o impacto que essas decisões da Câmara têm não são apenas estes setecentos e oitenta e sete mil euros, mas tendo em conta que existem estes benefícios fiscais e que estão no valor de setecentos e oitenta e sete mil euros e que vemos que as candidaturas a estes benefícios fiscais estão, tendo em conta as ferramentas que temos para os analisar, muito aquém daquilo que poderiam estar, muito aquém do seu potencial, eu creio que é naturalíssimo que tal como o Senhor Deputado fez e vários outros deputados fizeram e eu também fiz e estou a fazer novamente, chamarmos à atenção que há espaço para melhorar, nomeadamente, eventualmente, na divulgação da existência destes benefícios fiscais, eventualmente nas condições de acesso a eles, de ordem burocrática e de outras ordens que sejam. Creio que genericamente concordamos, mas Senhor Deputado, acho que foi um bocadinho longe demais quando diz que a política fiscal da Câmara, por ter impostos baixos em alguns dos casos, é em si só um benefício fiscal, tecnicamente não está correto. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Presidente pretende usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Às vezes fala-se muito na árvore e não se quer ver a floresta. Na realidade, aquilo que depende da iniciativa da Câmara, ou seja, da ação da Câmara Municipal é obvio, uma poupança de dezasseis a dezoito milhões por ano só no IMI, mas isso depende da Câmara. Portanto, a taxa

aplicável ao IMI traduz-se numa redução da receita da Câmara entre dezasseis a dezoito milhões de euros por ano e um aumento de, digamos, rendimento para os cidadãos do Concelho em dezasseis/dezoito milhões de euros por ano. Se olharmos no mandato, estamos a falar de quase sessenta milhões de euros que os municípios arrecadam.-----

-----Onde, eventualmente, as coisas podem não correr tão bem para os municípios, tem a ver com aquilo que diz respeito aos próprios municípios. Isto é, são estabelecidos determinados benefícios fiscais, cuja concessão depende da ação da proatividade do próprio munícipe. E aí a Câmara Municipal, a única coisa que pode fazer e devo dizer que eu registo algumas das intervenções que aqui foram feitas, admito que a Câmara Municipal tem que analisar a situação, temos que ver, porque é que há tão pouca gente a beneficiar. É por não conhecerem a situação? Portanto, significa que o Município deve investir mais, a Câmara Municipal deve investir mais na divulgação destes benefícios. -----

-----Por outro lado, também dizem que custa mais, a propósito da eficiência energética, que nalguns casos custa mais o certificado de eficiência energética do que benefício. É uma coisa estranha se assim é. Não tenho a certeza, mas já me disseram isso, que por vezes o certificado de eficiência energética custa mais do que o benefício obtido. Mas, enfim, é um assunto que na sequência desta... não sei se é assim, se não é. Estou a “vender o peixe” pela mesma bitola como o venderam a mim. -----

-----Portanto, perante esta discussão, iremos analisar a situação, vamos ver realmente o que é que se passa. Eu sei que, ao nível, por exemplo, da requalificação urbana, pode haver aí alguma burocracia excessiva e desde logo, pode haver aqui uma interpretação e devo dizer que essa interpretação é feita pelos arquitetos e pelos juristas e que tem a ver com o que é a requalificação urbana. Não me estão a ouvir... não me estão a ouvir todos e eu gostava que ouvissem todos. ----

-----Ora bem, o que é a requalificação urbana? Se eu perguntar a cada um dos senhores deputados, cada um tem um conceito de requalificação urbana. A requalificação é mudar as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

janelas? É mudar o telhado e deixar as janelas? É reconstruir as paredes? Bom, o que é a requalificação urbana? Ora bem, a lei não define. A lei não diz o que é. Que percentagem de transformação do edifício? É vinte por cento, é trinta, cinquenta ou sessenta? Qual é o investimento que o particular tem que fazer para ser considerado uma requalificação urbana do edifício? Esse é um dos problemas, julgo eu, das conversas que tenho tido com arquitetos da Câmara Municipal, é a dificuldade que eles têm para considerarem em que momento há, de facto, uma requalificação urbana. Mas, penso que, após esta discussão... aí está a discussão que aqui tivemos neste ponto, acho que é positiva e que a Câmara Municipal deve analisar esta questão e vamos analisá-la, vamos tentar compreender por um lado, se as dificuldades são de natureza burocrática ou se é do desconhecimento ou ser, porventura, da pouca rentabilidade, digamos, do benefício. Iremos analisar essas três dimensões. Muito obrigado.” -----

----- APRECIADA-----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1144/2023 – GAF – relativa à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – Auto de Transferência N.º 390/2021 – Renovação N.º 147/2022 – Transferência inter-rubricas – Retificação da PD N.º 933/2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Deputada **Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Ora aqui está uma proposta, que foi retirada da Ordem de Trabalhos da Assembleia de vinte e um de novembro exatamente porque havia erros grosseiros no mapa de cálculo dos mapas financeiros que integravam a referida Proposta de Deliberação. Portanto, antes da Assembleia, o Partido Socialista alertou e a Senhora Presidente na altura retirou. Portanto, não é a primeira vez que estes tipos de erros ocorrem e a minha colega e camarada Sílvia (PS), hoje também detetou alguns erros e não foi considerada a mesma hipótese de ser retificada. Assim, estando retificado o erro e encontrando-se em conformidade com os mapas financeiros da

proposta, o Partido Socialista está em condições de votar esta proposta. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) já lembrou aqui, uma das muitas trapalhadas com que a Câmara nos brindou em dois mil e vinte e três e que agora volta a esta Assembleia Municipal já com os erros de cálculo mais grosseiros, esperamos que todos eles corrigidos.- -----

-----No entanto, há aqui uma questão que nós gostávamos de perguntar porque não percebemos muito bem a origem aqui de um valor. Já perguntámos em Câmara e o esclarecimento que obtivemos não nos esclareceu completamente e, portanto, talvez aqui o Senhor Presidente ou o Senhor Vice-Presidente pudessem esclarecer e que tem a ver com um valor na despesa corrente para o ano de dois mil e vinte e cinco que está três mil euros acima daquilo que era o valor previsto no auto de transferência original.-----

-----A resposta que obtivemos na Câmara foi que era uma questão que tem que ver com a forma como é feita a distribuição e as transferências da Direção-Geral e que, de facto, há mais três mil euros no ano de dois mil e vinte e cinco. Não sei se seria possível elaborar aqui um bocadinho mais para percebermos qual é que é a diferença entre os quinhentos e oito mil euros que estavam no Auto de Transferência original e os quinhentos e onze mil euros que aparecem na despesa corrente para dois mil e vinte e cinco nesta proposta. E, portanto, deixávamos esta pergunta. Muito obrigado.”- -----

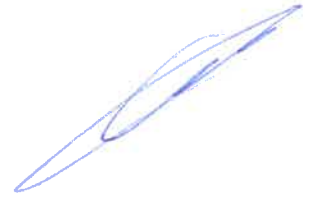
-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Não havendo mais intervenções, pergunto ao Senhor Presidente se não quer...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Está ali a Doutora Rita Cordeiro, não sei se ela está em condições de esclarecer isso.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Presidente, é melhor ser o Senhor a esclarecer.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

----- “Não, eu não esclareço nada. Nem tenho que esclarecer. Portanto, esta é uma questão de números que os serviços apresentam, os serviços dizem-me que está correto e, portanto, eu não tenho que duvidar dos serviços, a não ser que demonstrem aqui que tudo isto está errado e se estiver errado, eu mando para trás e mando os serviços analisar. Quem faz as contas, não sou eu, não me faltava mais nada.-----

----- Se o que estão aqui a propor, muito bem, eu pergunto, está ali a Doutora Rita Cordeiro se está em condições de esclarecer ou não. Se não estiver, eu registo.-----

----- Se a diferença, vejam bem, estamos a falar em transferências entre a Câmara e a Junta de Freguesia, não estamos a falar entre a Câmara e um particular qualquer. Estamos a falar de transferências entre duas entidades públicas, no âmbito da delegação de competências. Pode haver aqui um problema ou uma distonia qualquer de três mil euros. Entre quinhentos e oito e quinhentos e onze, três mil euros de diferença há de se notar com certeza, há de se encontrar a solução, há de se fazer o acerto, mas se por via disso se pretende adiar o problema, portanto, eu não me parece, acho que o mais adequado é votar esta questão, aprová-la e, naturalmente, dar oportunidade aos serviços de corrigirem esta questão. Quer dizer, acho que é assim. Agora, estão a pensar que eu sou contabilista, eu é que estou a fazer estas contas? Eu apenas dou orientações no sentido “saíam quinhentos mil para Carnaxide, saíam trezentos mil para Barcarena, estou de acordo, saíam... têm capacidade para realizar obra, muito bem faz-se”. Agora se depois gastam “x”..., entretanto, o auto de transferência que vem da Direção-Geral da Administração Autárquica que adianta o dinheiro ou melhor não adianta, retém-nos o dinheiro da Câmara e depois manda para a Freguesia. Isto é tudo uma confusão porque reparam, o dinheiro é da Câmara Municipal. A Direção-Geral da Administração Autárquica retém o dinheiro da Câmara Municipal, transfere-o para a Freguesia, esta usa-o, mas depois não o usa todo, vai devolver à Câmara Municipal aquilo que não usou e

depois no ano seguinte repetirmos a situação. Portanto, é natural que... vai para trás e vai para a frente e auto de medição daqui e auto de medição de além, que as contas por vezes não batam certas. Agora, muito bem, vai-se retificar, com certeza, vai-se ver onde é que está o erro e corrige-se. É aquilo que me parece. Agora, estavam à espera que fosse o Presidente da Câmara a dizer aqui onde é que está o problema dos três mil euros, não faço ideia. Sei lá agora onde é que estão os três mil euros. Mas os serviços vão, com certeza, detetar onde estão os três mil euros, hão de estar nalgum sítio. Ou de duas uma, esses três mil euros ou é a Câmara a pagar ou a Junta de Freguesia a devolver. Portanto, não há meios-termos ou é a Câmara Municipal que tem de transferir mais três mil para a Freguesia ou é a Freguesia que tem de devolver três mil à Câmara. Pronto, é isto.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Então o Senhor Presidente pretende retirar a proposta para que seja retificada...” ---

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Não, eu não pretendo retirar nada. Eu pretendo que a proposta seja votada e o compromisso do Presidente da Câmara é este: os serviços de acordo com a questão que o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu, e não sei se mais alguém referiu essa questão, mas quem tenha referido, qualquer erro técnico nessa matéria, aquilo que é o meu compromisso é dizer aos serviços para prepararem rapidamente uma resposta de esclarecimento à Assembleia Municipal sobre onde é que está o erro.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Eu confesso o meu espanto perante aquilo que acabou aqui de se passar. Eu perguntei de onde é que vinham os três mil euros, nem tenho a certeza que haja um erro. Senhor Presidente, eu peço imensa desculpa por partir do princípio que o Senhor Presidente conhece as propostas que traz a esta Assembleia Municipal, peço imensa desculpa, era uma impressão que eu tinha que era uma das suas funções, provavelmente estou errado. Senhor Presidente, eu perguntei de onde é que vinham estes três mil euros na esperança de que o Senhor Presidente, um dos vereadores, me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

soubesse explicar e em momento algum sugeri que se retirasse a proposta nem que houvesse aqui um erro de sobremaneira. -----

----- Agora, Senhor Presidente, eu devo dizer que fiquei um bocadinho surpreendido, por um lado fiquei por outro não, porque quer dizer, as trapalhadas em dois mil e vinte e três foram tão recorrentes e foi necessário a Câmara retirar tantas propostas que eu percebo que o Senhor Presidente mal vê qualquer coisa aqui na proposta que não está bem, acha logo que nós estamos a pedir para retirar a proposta. Senhor Presidente, uma nervoseira...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Fui eu que fiz essa interpretação.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -- -----

----- “O Senhor Presidente também fez... numa nervoseira que, Senhor Presidente, não é preciso.----- -----

----- Eu devo dizer que, perante uma questão que o Senhor Presidente diz que é de somenos, eu também acho que é de somenos. Agora o Senhor Presidente, perante uma pergunta destas e, perante isto, o Senhor Presidente fazer a intervenção que fez, eu fico um bocadinho assustado. ---

----- Senhor Presidente, vamos entrar em dois mil e vinte e quatro com o pé esquerdo.-----

----- Eu continuo com a mesma dúvida com que estava inicialmente, continuo a não estar esclarecido em relação a de onde é que vêm estes três mil euros, pelos vistos, vou sair deste ponto sem ser esclarecido em relação a onde é que estão os três mil euros e vou votar de acordo com isso...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, vamos à votação e depois o Senhor Presidente mandará a retificação.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção e disse o

seguinte:-----

-----“Se eu puder só concluir a minha intervenção, creio que ainda tenho tempo.-----

-----Portanto, Senhor Presidente, eu espero que agora em dois mil e vinte e quatro que o Senhor Presidente entre de uma forma um bocadinho mais calma, que oiça as intervenções que são feitas e que não considere logo que o estamos a atacar ou aos serviços, o que o quer que tenha feito na sua intervenção. Dito isto, continuo sem perceber a diferença entre os quinhentos e oito mil euros iniciais e os quinhentos e onze mil euros finais e vou votar de acordo com isso, espero que o Senhor Presidente compreenda isso também. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Fui eu que fiz essa interpretação Senhor Deputado, não foi o Senhor Presidente. ----

-----Nós vamos fazer a votação e depois a Câmara enviará a retificação que os serviços entenderem.”-----

4.8.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Joaquim dos Reis Marques), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmiento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e Bernardo Maria de Villa-Lobos Freire Caldeira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro). ---

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação.-

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 8/2024** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 1144/2023 – GAF – JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º. 390/2021 - RENOVAÇÃO N.º. 147/2022 - TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS - RETIFICAÇÃO DA PD N.º. 933/2023**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e quarenta e quatro barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e sete de dezembro, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação

Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a retificação da proposta número novecentos e trinta e três, de dois mil e vinte e três e a alteração inter-rubricas de modo a incidir, conforme solicitado pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no Auto de Transferência número trezentos e noventa, de dois mil e vinte e um e sua renovação número cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois, celebrado entre o Município de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, aplicável desde um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, até ao termo do contrato, da seguinte forma:----

-----Dois mil e vinte e quatro:-----
-----Despesa corrente - trezentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----
-----Despesa de capital - cento e vinte mil euros;-----
-----Total: quinhentos e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----
-----Dois mil e vinte e cinco:-----
-----Despesa corrente - trezentos e noventa e um mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----
-----Despesa de capital - cento e vinte mil euros;-----
-----Total - quinhentos e onze mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.8.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Senhora Presidente queria só referir que vamos apresentar uma Declaração de Voto por escrito em relação a esta proposta.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na proposta em apreço por não ter sido esclarecido quanto à dúvida que apresentou neste ponto da Ordem de Trabalhos. A discrepância de três mil euros entre o valor previsto no auto de transferência original para a despesa corrente de dois mil e vinte e cinco e o valor efetivamente apresentado, não obteve um cabal esclarecimento do Presidente Isaltino Morais, o que lamentamos e se refletiu no nosso sentido de voto de abstenção em relação a esta proposta.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Chegámos ao fim da nossa Ordem de Trabalhos. Temos público, temos três inscrições e é só para dizer para os senhores não se ausentarem.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. A Senhora Ágata Branco, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais – STAL, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Sou Ágata Branco, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais - STAL. -----

----- Em abril de dois mil e vinte e três, a Câmara Municipal de Oeiras num despacho assinado pelo Senhor Presidente quis regularizar os horários por turnos, praticados até então por muitos dos seus trabalhadores das áreas operacionais. Esta alteração de horários, impunha uma organização do trabalho sem ter tido a prévia, e de lei, consulta às estruturas representantes dos trabalhadores, sem apresentar caso a caso para cada divisão qual o horário alternativo aos turnos para que os trabalhadores em consciência pudessem decidir a modalidade de trabalho que

pretendiam, de acordo com a compatibilização da vida profissional com a vida familiar. -----

-----A alteração de horários representou uma enorme mudança para os trabalhadores que, após um extenso período posterior negocial entre o STAL e a Câmara tiveram por fim acesso às alternativas de horário e conseguiram pronunciar-se sobre as suas escolhas. Tratou-se de um processo negocial com avanços e recuos pela parte do STAL com a colocação em cima da mesa da vontade manifestada pelos trabalhadores em sucessivos plenários. Numas situações foram atingidas as pretensões e os objetivos apresentados, noutras ainda não, chama-se a isso processo negocial, chama-se a isto democracia. -----

-----Uma das situações em que os trabalhadores permanecem em luta é dos trabalhadores da Divisão de Gestão dos Resíduos Urbanos (DGRU) em horário noturno. -----

-----Estes trabalhadores nunca praticaram turnos e a edilidade aproveitou a antes citada regularização de horários por turnos para introduzir mudanças no seu período de trabalho. Desde o início de todo este processo que o STAL questionou a Câmara Municipal de Oeiras sobre os novos horários aplicados aos trabalhadores da DGRU-noite, transmitindo as razões do descontentamento dos mesmos, bem como as implicações na sua vida familiar. -----

-----Os últimos dois ofícios enviados à Câmara Municipal não obtiveram qualquer resposta da Autarquia contra as regras do Código do Procedimento Administrativo e principalmente numa clara mudança face à pronta disponibilidade de diálogo e da conseqüente resolução destas e de outras matérias, que até abril de dois mil e vinte e três caracterizou sempre as relações institucionais entre a Câmara e o STAL, mesmo quando não estávamos de acordo em relação alguma matéria. -----

-----Na sequência do descontentamento e da falta de resposta, os trabalhadores reunidos em plenário mais uma vez decidiram-se pela greve, esgotada que parecia estar a mesa negocial, primeiro em agosto, depois em dezembro, os trabalhadores da DGRU-noite fizeram greve, atingindo uma adesão de noventa e cinco por cento neste último período. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Como a Câmara bem sabe, o trabalho da recolha de resíduos sólidos urbanos é um trabalho mal pago e bastante duro fisicamente e com consequências a prazo na saúde dos trabalhadores mais sujeitos a doenças do foro musculoesquelético. À noite esta situação não é exceção. Apesar disto, é um trabalho desempenhado com zelo, contribuindo estes trabalhadores decisivamente, para a imagem que o Município granjeou em termos nacionais de uma Autarquia limpa e sem lixo na rua. Ninguém melhor que os trabalhadores aqui presentes poderão testemunhar sobre as suas dificuldades, as suas razões, os seus sentimentos. -----

----- Traz o STAL esta questão ao conhecimento dos membros da Assembleia Municipal de Oeiras, porque estranhámos a falta de resposta da Câmara Municipal de Oeiras, naquela que reiteramos, sempre foi uma relação de diálogo com este sindicato e que reafirmamos, queremos que se restabeleça e mantenha. -----

----- Da parte do STAL nunca nos demitiremos de colocar a debate as questões dos trabalhadores com a força e união que eles nos derem, para em sede de negociação, discutirmos as posições em causa, de forma transparente, de forma democrática, pelas regras da lei, mas com respostas políticas por parte da Câmara Municipal e dos seus responsáveis. É essa a maneira de encontrar soluções para estes problemas, não com o silêncio unilateral que se faz ouvir agora. Muito obrigada pela vossa atenção.” -----

5.2. O Senhor António Gonçalves Moura, representante do CCD, fez a seguinte intervenção:

----- “Estou aqui em representação do CCD da Câmara Municipal de Oeiras, organização social dos trabalhadores que na última Assembleia Municipal, foi alvo de ofensas e chacota por parte de um infeliz caso de intoxicação alimentar que ocorreu no refeitório dos SIMAS no dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três. -----

----- Uma situação lamentável que não podia ter acontecido, mas acontece e estas são situações que nós não podemos, efetivamente, controlar. Temos que controlar as nossas formas de mecanismos de atuação para preservar e garantir que tudo o que é produzido lá tem regras e nós

cumprimos essas regras. E eu venho aqui hoje dizer, a quem queria fiscalizar nessa data, que as coisas que foram aqui transmitidas por uma bancada e que eu lamento da forma como elas foram transmitidas, venho esclarecer o seguinte: -----

-----Foi dito que cinquenta pessoas foram alvo de intoxicação. Não. Não é verdade, apenas (bastava só uma que já não estava correto) foram dezoito e nenhuma delas foi alvo de intervenção hospitalar, foram apenas desarranjos intestinais.-----

-----Foi dito que não temos fiscalização pela ASAE. É lógico que a ASAE nos deve controlar quando temos que ser fiscalizados, mas nós cumprimos a legislação para, efetivamente, prestarmos um bom serviço para esse efeito. -----

-----Foi questionado na qualidade do serviço prestado e informo que temos aqui o HCCP que nos garante o cumprimento de todas as normas de higiene e que somos fiscalizados por uma técnica de segurança alimentar da Centralmed para o efeito e, como tal, somos regularmente fiscalizados trimestralmente. Temos, e também foi questionado nessa data, um CAE que representa a nossa associação. Este CAE representa e está vertido nos nossos estatutos que nos permitem realizar o serviço que prestamos enquanto associação. -----

-----E, agora apenas algumas notas: o CCD tem sessenta e dois anos de existência. Neste momento, tem quatro mil trezentos e vinte e dois associados e é por eles que aqui vim manifestar o desagrado pela forma jocosa e acintosa como fomos tratados. -----

-----O CCD tem a gestão dos bares dos SIMAS há mais de trinta anos. Tem prestado um serviço de qualidade aos funcionários, sendo reconhecido pela grande maioria dos seus utentes praticando um preço social, não descurando a qualidade dos produtos que nós metemos na nossa confeção, utilizando um bom serviço de fornecimento.-----

-----Para terminar, gostaria que a bancada do Evoluir se retratasse das afirmações que produziu em relação ao CCD, sendo uma associação idónea não merece ser tratada desta forma, desconsiderando todos os trabalhadores e colaboradores para prestarem um serviço qualitativo.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Aproveito para deixar à bancada do Inovar uma refeição que foi confeccionada hoje para que possam, efetivamente, provar e depois então no final dizerem sim, se gostam ou não gostam, mas daquilo que veem e não daquilo que ouvem. Tenho dito.”-----

----- **Alguns Senhores Deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor António Gonçalves Moura, representante do CCD** esclareceu dizendo o seguinte: -- -----

----- “Peço desculpa, para a bancada do Evoluir. Peço desculpa.” -----

5.3. O Senhor Carlos Israel Dias, funcionário da C.M.O., disse o seguinte: -----

----- “Boa noite a todos, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente, Vereadores, membros da Assembleia, público e colegas. -----

----- O meu nome é Carlos Dias e estou aqui como representante do Serviço de Recolha Noturna, setor que, neste momento, está em greve. -----

----- Vimos aqui à Assembleia Municipal, quase em último recurso demonstrar o descontentamento pela rotação de dias que veio prejudicar a nossa vida, a nível pessoal e monetária de todos os colegas. -----

----- Este serviço até à respetiva alteração horária sempre funcionou sem qualquer constrangimento e com a nossa maior dedicação. -----

----- Neste momento o nosso descontentamento aumentou devido à falta de resposta e alternativas por parte da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Em outubro, os funcionários enviaram ao Senhor Presidente uma carta aberta a convidá-lo a ter uma conversa/negociação com os funcionários à qual ficamos sem resposta. Além disto, o sindicato reforçou o nosso descontentamento e que também até à respetiva data, não obteve qualquer resposta. -----

----- Os trabalhadores aqui presentes e, em geral, sabendo que o nosso horário não tinha

qualquer ilegalidade e, lá está, o nosso serviço sempre foi feito. Estamos dispostos a negociar ou a tentarmos arranjar alternativas, mas em supra retomar o nosso horário de segunda a sexta-feira.

-----Viva aos trabalhadores da Câmara de Oeiras e agradeço esta intervenção.” -----

5.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não podem pronunciar-se, não podem bater palmas... pois não estava à espera que o fizessem. -- -----

-----Não sei se o Senhor Presidente quer dizer alguma coisa. Por minha parte não posso responder às questões aqui colocadas.”-----

5.5. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Esta é uma questão delicada, porque até há três meses, e eu hoje não posso dizer isso, eu desafiava as senhoras e os senhores deputados a saírem daqui comigo e mostrarem-me um papel na rua. Portanto, vejam bem o meu orgulho nos trabalhadores do Município. Qual é o presidente da Câmara que se atreveria a fazer esta afirmação: “Venham comigo à rua ver se encontram um papel”. Claro que isto é uma visão metafórica, com certeza que se encontraria um papel, se procurasse muito. Não se encontrava aqui nestas ruas à volta da Assembleia, podia-se encontrar um papel ali junto às bombas de gasolina. Naturalmente, se podia encontrar um papel ou outro, mas o que eu queria dizer com isto é que realmente Oeiras é um Concelho limpo, bem cuidado e em que os trabalhadores têm orgulho no seu trabalho. E devo dizer que, mesmo neste período da greve, particularmente acentuada na altura do Natal e do Ano Novo e, naturalmente que não é por acaso que a greve terá sido decretada para esses dias, porque é justamente nas alturas em que os municípios produzem mais lixo, mais resíduos e, portanto, é natural que o objetivo da greve é esse mesmo, é dar visibilidade à greve. Portanto, quanto mais lixo na rua houver... aliás, reparem ainda há pouco tempo, uma Senhora Deputada do Evoluir mostrava aqui fotografias, dizendo que essas fotografias eram anteriores à greve, mas curiosamente nunca se atreveu a mostrar fotografias dessas antes da greve, porque não as tinha, é que não havia, não havia essas imagens, não era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

possível obtê-las neste Concelho.-----

----- Isto para dizer que, naturalmente, nós lamentamos, eu lamento muito esta situação, mas gostaria de referir que a solução para este prolema não está aqui na Assembleia Municipal. Obviamente que fazem bem os funcionários, estão no vosso papel em vir à Assembleia Municipal, dar visibilidade à vossa luta e à vossa greve. -----

----- Eu, em primeiro lugar, queria manifestar aqui realmente o meu apreço e admiração por todos os funcionários da Câmara de Oeiras e muito particularmente, por aqueles que têm os trabalhos mais difíceis, mais pesados, que são indiscutivelmente os da recolha do lixo, os da recolha de resíduos, porque é durante a noite, há intempéries e, portanto, não vale a pena, todos sabem a dificuldade que há nesse trabalho e, por isso mesmo, ele é reconhecido. -----

----- Claro, não é reconhecido do ponto de vista monetário e vocês sabem que eu estou farto de de dizer mesmo nesta Assembleia que, mesmo dentro do pessoal do ambiente, praticamente o tratamento que é dado a um cantoneiro de limpeza que utiliza uma vassoura que custa vinte ou trinta euros, é o mesmo que ao trabalhador que conduz uma máquina que custa trezentos mil euros. Obviamente que a responsabilidade é diferente e as renumerações e os honorários deviam ser diferentes, mas isso são questões que a Câmara Municipal não pode resolver.-----

----- Também é sabido que, durante anos, a Câmara Municipal foi criando mecanismos que procuravam, de alguma forma, aumentar a autoestima e a valorização desses funcionários, com subsídio de diferente natureza, do subsídio de leite, isto e aquilo etc., lamentavelmente fomos sendo obrigados a retirar todos esses complementos, obrigados pela lei. -----

----- Relações com a sindicato, com o STAL, eu quero aqui manifestar também, digamos, o meu reconhecimento, à forma clara e transparente como o STAL coloca os seus problemas e os problemas dos trabalhadores. Portanto, devo dizer que nunca tive nenhum problema de relacionamento com o STAL. De facto, podemos concordar ou discordar, mas sempre tivemos um excelente entendimento e não posso deixar de o reiterar aqui como, de resto, a Ágata, na qualidade

de sindicalista, aqui apresentou. -----

-----Neste momento penso que este problema está a ser acompanhado por três sindicatos: o STAL, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Oeiras e há um outro sindicato que, sinceramente agora não sei... sei que recebi uma carta há três ou quatro dias de um outro sindicato a falar-me também neste tema e a propor-me uma reunião. -----

-----A última reunião que eu tive com o STAL foi, justamente, na altura prévia à emissão de um despacho definindo o trabalho por turnos e os horários, etc. Ora bem, na altura, pareceu-me que até estávamos de acordo sinceramente e a divergência era com o Sindicato dos Trabalhadores do Município que, por sinal, reuni com eles e também aceitaram o teor do meu despacho e fizeram um comunicado a dizer que estavam de acordo com a Câmara. Curiosamente, cinco ou seis dias depois, voltaram com a palavra atrás, não estou a falar do STAL agora, estou a falar no Sindicato dos Trabalhadores do Município, e tomaram uma outra decisão e, digamos, rasgaram aquilo que tinham acordado com a Câmara Municipal. -----

-----Ora bem, o que eu vos posso dizer neste momento, eu não posso ir mais além do que isso, é que é uma situação complicada. Eu faço aqui uma afirmação das tais que podem considerar bombásticas, mas que eu faço: a Câmara de Oeiras dá aos trabalhadores tudo o que a lei permite. E se me mostrarem que há algo que a Câmara Municipal não dá ou se mostrarem algo que uma câmara municipal qualquer nos arredores de Lisboa dê e o Município não dê, a Câmara Municipal dá. Só preciso que me tragam um exemplo de trabalho diferenciado daquele do que se faz em Oeiras. Se me disserem como há em Lisboa, em Loures, Vila Franca de Xira, na Amadora ou em Sintra, Oeiras fará rigorosamente o mesmo. Portanto, é tão simples e eu já disse isso aos sindicatos.

-----Reparem, nós temos acordos coletivos com os sindicatos, que agora estão em revisão, são concedidas determinadas regalias que vão para além do que a lei estabelece, mas que a lei nos ... aí está a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), não é uma questão de... não, foi a Doutora Sílvia que falou nisso, da especialidade, a margem de manobra que os acordos coletivos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de trabalho permitem, naturalmente que nós ai procurámos ir tão longe quanto possível. Agora é indiscutível que temos que estar dentro da lei e, portanto, aquilo que tem sido a dificuldade negocial é justamente se nos portamos dentro da lei ou não. -----

----- Por outro lado, eu devo dizer que se não respondemos aos officios do STAL, obviamente que devíamos ter respondido, mas presumo e vai ser respondido já amanhã. Presumo que não tenham sido respondidos por uma razão. Obviamente que nós não vamos negociar enquanto os trabalhadores estiverem em greve. Isso não vale a pena. Enquanto houver greve, não há negociação possível, comigo não há. E, portanto, sou muito claro, com todo o respeito que eu tenho pelos trabalhadores, mas é óbvio que nós não podemos ceder. Aliás, devo dizer o seguinte: a carta que aqui foi referida, a que os trabalhadores dirigiram ao Presidente da Câmara não pediram para falar comigo. Eu acho que o meu histórico junto dos trabalhadores, merece algum respeito, porque também os respeito a todos. A carta que eu recebi era a exigir a minha presença na segunda-feira num determinado... a exigir a presença do Presidente. Como calculam, eu não faço exigências aos trabalhadores e eles não me fazem a mim. Nós cooperamos uns com os outros, eu tenho orgulho nos nossos trabalhadores, acreditem, um orgulho enorme, porque acho que fazem um trabalho fantástico e, naturalmente que se neste momento estão em greve, é porque consideram ter razões para o fazer. Eu tenho procurado nas reuniões que tive com os sindicatos mostrar que estamos disponíveis para alterar toda esta situação daquilo que a lei nos permite alterar e, portanto, o que é que eu recomendo, muito bem, suspendam a greve e imediatamente entraremos em negociações. O STAL tem uma experiência realmente diferente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Oeiras, porque enquanto que o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Oeiras julgo que se resume aqui a Oeiras, o STAL tem uma experiência muito mais alargada a nível nacional e, portanto, é trazerem-nos informação relativamente ao que se passa noutros municípios e, portanto, desde que a situação seja legal, eu não tenho dúvidas em alterar os despachos todos, portanto, não pensem que eu sou teimoso. Se há pessoa que muda com facilidade,

sou eu. Portanto, eu não tenho preconceitos nessa matéria, desde que seja para valorizar os trabalhadores e valorizar o seu trabalho, contem comigo. Agora tem que estar dentro da lei. -----

-----De maneira que, estou disponível para começarmos a discutir essa questão. O STAL que não tenho dúvidas, é um parceiro fundamental nestas negociações e é assim que a Câmara considera. Sempre tivemos o melhor relacionamento e, portanto, eu acredito que o bom senso imperará e, portanto, se é assim suspenda-se a greve e iniciem-se negociações com o sindicato. Não havendo suspensão da greve não há negociações, como é óbvio. Muito obrigado.”-----

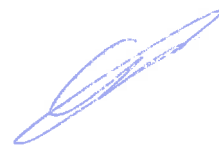
5.6. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) disse o seguinte:-----

-----“Antes de mais saudar todas as intervenções da parte do público e depois esclarecer algo que ficou um bocadinho mal-entendido pelos trabalhadores do CCD que hoje deslocaram-se aqui, de uma forma democrática e agradeço desde já a refeição que me deram, o almoço de amanhã.

-----Eu vou apenas esclarecer o seguinte: a nossa função aqui nesta Assembleia é a função fiscalizadora. Eu, na passada Assembleia, dia dezanove de dezembro, dirigi-me a este órgão, como compete a mim, com uma série de questões que nos foram colocadas também por trabalhadores da entidade do SIMAS e vou ler aquilo que disse naquela intervenção.-----

-----Comecei a intervenção com as seguintes palavras: “aproveito também para louvar o trabalho de décadas de associativismo do CCD em prol dos trabalhadores”, portanto, não há nenhum tipo de desprezo por parte do trabalho desta associação, existe também uma palavra de louvor antes das questões que coloquei.-----

-----Segue-se claro: “a informação que aqui exercemos a função de fiscalização e gostaríamos também de saber se esta associação está capacitada para exercer este serviço e se, por exemplo, é sujeita a inspeções da ASAE?” Portanto, como veem, eu coloquei questões. Infelizmente, o Executivo da Câmara não respondeu a essas questões e essas obtive-as no comunicado que o CCD fez exatamente uns dias anteriores e que eu só obtive, após a minha intervenção. Portanto, foi esclarecido, houve uma ocorrência, o número pouco importa, fosse uma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fossem cinquenta pessoas, ainda bem que não foram cinquenta pessoas, mas ainda bem que também se dirigiu hoje aqui o CCD para esclarecer esse assunto e agradeço. -----

----- Em relação aos trabalhadores da recolha do lixo, queria saudar a sua luta. É uma luta bastante importante, espero que a Câmara Municipal de Oeiras dê uma resposta justa a este setor e lembrar que estas mulheres e estes homens não são os “homens do lixo”, como são chamados na sociedade. Os homens e as mulheres do lixo somos nós, somos os munícipes que produzimos esse lixo e estes são homens e mulheres que recolhem os nossos resíduos e são fundamentais para a nossa saúde pública e é necessário responder às suas necessidades laborais que são bastante adversas e também saudar a sua deslocação hoje aqui a esta Assembleia, que foi muito importante. Obrigado.” -----

5.7. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Relativamente a estas intervenções relativas aos trabalhadores dos resíduos sólidos urbanos, apenas lembrar um bocadinho aquilo que já foi discussão no início da nossa reunião e assinalar aquilo que me parece ser uma contradição entre aquilo que foi afirmado pelo Senhor Presidente, da grande disponibilidade da Câmara Municipal para acolher as questões, as reivindicações e as dificuldades que os trabalhadores apresentam e aquilo que ouvimos agora num testemunho mais direto, em voz própria, em que aparentemente as solicitações para reunião não foram respondidas por mais do que uma vez e aquilo que eram convites foram entendidos como exigências de comparência. Portanto, há aqui talvez um desacerto entre aquilo que é a visão dos trabalhadores e aquilo que hoje nos foi aqui apresentado pelo Senhor Presidente. -----

----- A greve que estamos a viver, parece-me ser um testemunho muito expressivo de um grande descontentamento destes trabalhadores. É uma iniciativa de uma envergadura que não é, de facto, habitual no Município de Oeiras e isto quer dizer qualquer coisa. Portanto, lançamos novamente aqui este apelo, saudando, de facto, esta luta para que a Câmara encontre realmente

com o STAL (neste caso é o sindicato que deu aqui a cara e que mostrou esta disponibilidade), para encontrar soluções que porventura, existem, havendo, de facto, uma postura de diálogo, de abertura e de conciliação entre diferentes partes, mas certamente que haverá alguns mecanismos que podem ser ainda utilizados e que talvez ainda não estejam ainda a ser completamente tidos em conta. Obrigado.” -----

5.8. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais algum representante de grupo político pretende usar da palavra? Desculpe, eu perguntei se algum representante de grupo político pretende usar da palavra. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL).” -----

5.9. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte: -----

-----“Obrigado Senhora Presidente. Eu não sei se alguém vai poder responder.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Não é para resposta... a sua intervenção, a intervenção que o grupo político tem direito a fazer depois da intervenção do público é se tiver alguma dúvida, se quiser fazer algum comentário, não é para obter resposta, depois do Senhor, ninguém irá responder.” -----

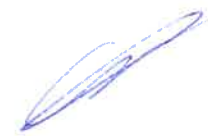
-----**O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** continuou a sua intervenção: -----

-----“Sim, então deixo só um comentário, não sei. -----

-----Desde já louvar a vinda destes trabalhadores aqui a Assembleia Municipal e fico apenas a pensar se não há condições pela lei de oferecer melhores condições neste Município. Porque é que a greve é em Oeiras e não é nos outros municípios? Não é uma greve nacional. O que é que funcionará melhor nos outros municípios para os trabalhadores que aqui não funciona, mas não vou me alongar porque já percebi que se calhar, estou fora do “scope” do que podemos discutir aqui. Obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Vai falar em nome do Partido Social Democrata?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:-----

----- “Em nome do Partido Social Democrata. -----

----- Eu no início desta Assembleia, em sede de PAOD, retratei na minha intervenção, algumas das coisas que foram ditas pelos trabalhadores aqui esta noite e, portanto, tal como eu disse na minha intervenção inicial, continua a não haver negociação de direitos sob pressão. O Senhor Presidente diz que, enquanto a greve não terminar não há negociação. O impasse persiste e quem paga são os oeirenses. Portanto, até quando? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Os Presidentes de Junta têm direito a três minutos enquanto grupo. Portanto, entre vós, escolham quem vai intervir.”-----

5.11. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente, a Câmara e os ilustres deputados, bem como todo o público presente. -----

----- Como alguns de vós sabeis, eu fui vereadora que teve o Pelouro do Ambiente e, obviamente, neste pelouro estava a limpeza urbana e a recolha de resíduos sólidos urbanos. Durante esse tempo que foram mais do que dois mandatos, o Senhor Presidente da Câmara sempre esteve disponível, sempre, para retribuir aos trabalhadores da Câmara Municipal que estavam nestas áreas, com tudo aquilo que era possível. -----

----- Pessoalmente, enquanto Presidente da Junta que sou atualmente, nas Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, não houve grandes problemas com a greve. Mas gostava, não sei se é esta a altura, de perceber porque é que os trabalhadores estão em greve, situação anómala no Concelho de Oeiras, sendo certo, que a grande maioria deles sabe que o Presidente e esta Câmara sempre pugnaram por proporcionar as melhores condições de trabalho. Nós, inclusivamente, acionámos uma cozinha noturna, lavagens de roupa que podiam lavar e secar, para além de EPI's

(equipamento de proteção individual) e de fardas que eram distribuídas pontualmente a todos. Portanto, sempre se foi além do que o empregador público, neste caso, a Câmara Municipal, poderia fornecer aos trabalhadores. Eu sinceramente, ainda não percebi qual é a razão desta greve e qual é a razão desta luta, sendo certo que a Câmara e as entidades públicas não podem ir além daquilo que é a especificação e a definição dos vencimentos da Administração Pública. -----

-----Eu, enquanto Presidente de Junta, na Câmara não tinha este pelouro, mas enquanto Presidente da Junta, muitas vezes digo aos trabalhadores, quem me dera poder pagar o dobro daquilo que eles recebem. Isto porque, de facto, são muito mal pagos e não se vive em Portugal com setecentos euros por mês ou com seiscentos euros por mês, mas, de facto, a lei não nos permite. ---- -----

-----E, gostava de ser esclarecida qual é a razão da greve, porque sinceramente ainda não percebi.”-----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte: -----

-----“Bem, meus senhores, terminaram as intervenções e antes de dar por finda esta Sessão, eu queria agradecer aos intervenientes que aqui vieram hoje falar nesta Assembleia Municipal. --

-----Nós, na realidade, não podemos resolver a situação, mas, o facto de aqui terem vindo, nós compreendemos que, na realidade, também acreditam que está aqui um grupo de pessoas que vos ouve, que se interessa pelos vossos problemas e tiveram a oportunidade de ouvir o Senhor Presidente. -----

-----Daquilo que eu conheço do Senhor Presidente, ele sempre está ao lado dos trabalhadores, sempre o ouvi com muito respeito e com vários elogios ao trabalho que os senhores desempenham. Como disse aqui quando começou, várias vezes disse se querem ir com ele ver como está o Concelho. -----

-----Neste momento, há realmente uma divergência, eu estou certa de que esta situação se irá resolver. Evidentemente que a Câmara Municipal não pode ir contra a lei, tem de cumprir a lei,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas que os senhores vão encontrar soluções e como o Senhor Presidente aqui disse, começar as negociações. Para isso, é preciso que suspendam a greve, mas eu estou certa de que o Senhor Presidente, juntamente convosco, com o STAL e com Sindicato dos Trabalhadores do Município de Oeiras, vão encontrar maneira de solucionar este diferendo. É isto que como Presidente da Assembleia e penso que todos os meus colegas, desejamos que aconteça.-----

----- Para todos um bom ano, que este comece com a solução deste problema e desejo a todos que possam continuar a fazer o vosso trabalho, com a dignidade com que o têm feito até agora que todos nós apreciados. Uma boa noite para todos.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos. --

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente, -----

-----O Primeiro Secretário, -----

-----O Segundo Secretário, -----

